

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

GISELLE LOPES SOUZA

**UM ESTUDO CRÍTICO DO SEXISMO: MODELOS MENTAIS EM
NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

VITÓRIA
2015

GISELLE LOPES SOUZA

**UM ESTUDO CRÍTICO DO SEXISMO: MODELOS MENTAIS EM
NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, Mestrado em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos, área de concentração: Teorias e Análises Linguísticas, linha de pesquisa: Estudos sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi.

VITÓRIA
2015

GISELLE LOPES SOUZA

**UM ESTUDO CRÍTICO DO SEXISMO: MODELOS MENTAIS EM
NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, Mestrado em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos, área de concentração: Teorias e Análises Linguísticas, linha de pesquisa: Estudos sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi.

Aprovada em 03 de agosto de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientadora

Professora Doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Professor Doutor Gustavo Ximenes
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a Deus, Senhor da minha vida, que não satisfeito de ter-me dado a vida, deu-me a oportunidade de viver ao lado de pessoas incríveis.

Agradeço a minha mãe, ajudadora de todas as horas, ao meu pai por toda a força que pode me proporcionar. A toda a minha família, irmão e irmã.

Agradeço especialmente a minha orientadora, amiga e grande exemplo de superação, de vida e de orientação. Acredito que sem ela não teria chegado até aqui e não teria me apaixonado tanto pela pesquisa.

Agradeço ao meu namorado, Adelmo, por tudo, pelo companheirismo, por saber entender as horas e horas de produção e as ausências, pelo amor que me motiva diariamente.

Agradeço ao Programa de Mestrado em Estudos Linguísticos e a todo o corpo docente que me acompanhou, em especial às Professoras Doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Doutora Júlia Almeida pelas preciosas considerações no Exame de Qualificação do trabalho.

Agradeço imensamente e com grande satisfação a existência do Grupo de Estudos sobre discursos da Mídia (GEDIM), por ter sido meu primeiro contato efetivo com a pesquisa da qual faço parte, por ter fomentado todas as grandes ideias e ter sido o diferencial na leitura e compreensão de difíceis questões para minha vida de pesquisadora, quer sejam elas teóricas ou existenciais.

Por isso, meus sinceros agradecimentos aos colegas de estudo, parte de minha vivência no GEDIM e a todos que tornaram a existência do grupo possível, especialmente à Professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi que, além de idealizadora e coordenadora do grupo, é a força motivadora das pesquisas. Estendo a gratidão à Professora Doutora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, ao Professor Doutor Gustavo Ximenes Cunha e ao colaborador internacional da Universidade Pompeu Fabra – Barcelona/ Espanha, Professor Doutor Teun van Dijk pelo afável acesso nos momentos de dúvida.

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação de Mestrado – que é mais que um trabalho acadêmico, mas uma postura de vida – as duas pessoas únicas e fundamentais neste processo: À eminente orientadora, norteadora e fonte-luz, Profa. Dr. Micheline Mattedi Tomazi, e ao meu amor para toda vida, Adelmo Alvarenga Tiburtino.

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom; e foi a tarde e a manhã, o dia sexto.

Bíblia Sagrada

RESUMO

Em nossos dias, podemos observar que o atendimento às mulheres, vítimas de agressão, é uma realidade crescente e o Brasil ocupa a 7ª (sétima) posição nesses casos de violência, num grupo de 87 países. No tocante ao território capixaba, o Estado do Espírito Santo ocupa o 1º lugar do Brasil nesse tipo de violência. Diante dessa realidade social, esta pesquisa configura-se como uma abordagem que procura investigar a maneira como as estruturas discursivas e as estratégias linguísticas funcionam na reprodução do sexismo, na legitimação do poder e do abuso de poder, na manipulação, no papel da mídia, ou seja, na produção discursiva da relação de dominação e controle mental que um grupo pode exercer sobre o outro por meio do discurso. Justificamos esta pesquisa com base no poder de controle da mídia, pois é ela que controla o que é dito e como é dito e, portanto, assume o poder de prover a sociedade de informações consideradas importantes, ao mesmo tempo em que atua ideologicamente produzindo manobras manipulativas para construir alguns modelos mentais e não outros. Este trabalho resulta de estudos situados na abordagem sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso, em diálogo com as teorias de gêneros sociais sobre sexismo. A seleção do *corpus* teve por critério as reportagens publicadas no jornal *A Gazeta*, no período de janeiro a dezembro de 2013, cujo tema é a violência contra a mulher em suas relações afetivo-conjugais, o que resultou em um número de 186 exemplares a serem examinados e selecionados. A hipótese que esta pesquisa procura verificar é a de que o jornal capixaba, ao publicar notícias sobre violência contra as mulheres, constrói um discurso que atua diretamente na reprodução de modelos mentais sexistas garantindo uma hegemonia patriarcal e masculinizada. Para a análise dos dados, optou-se por uma metodologia quantitativa, para comprovar o alto número de casos reportados de violência doméstica contra a mulher, e, em seguida, o procedimento metodológico foi qualitativo-interpretativo, orientado pelo caráter teórico-analítico da vertente sociocognitiva de Análise Crítica do Discurso. Os resultados demonstram que a ideologia sexista está presente na construção jornalística e pode influenciar diretamente os leitores do jornal, por meio de modelos mentais privilegiados pela elite simbólica e estratégias de polarização discursiva que representam a mulher numa condição de minoria e de grupo social que não faz parte da elite dominante.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Sociocognição. Ideologia sexista. Modelos Mentais. Sexismo. Violência de gênero.

ABSTRACT

Recently, we observe the attendance of women, victim of aggression, it's a rising reality and Brazil occupies the 7th position related of cases of violence against the women in a group of 87 countries. Speaking about the capixaba territory, the State of Espírito Santo occupies the first place in a hall country. Between that reality, this research figure itself as an approach that is trying to find out how the discursive structures and strategies work in a reproduction of sexism, in the legitimation of the power and power abuse, in the manipulation strategies, in the social role of Media, thus how the discursive reproduction of dominance and mental control that a group can carry on another group. This research is justify itself in the idea that Media controls what is said and how is said to people, therefore, it assumes the importance to serve the society sharing knowledge and information, by the other hand that information is constructed by manipulation and polarization and privileged mental models. Besides, this study is a result of the researches in Sociocognitive Critical Discourse Analyses that it been developed by van Dijk and it is supported by the Sociocognitive Psychologist Studies. However, the selection process of the *corpus* is based on the news published in 2013 by the A Gazeta Newspaper that can construct the hypothesis of the violence against woman been based on the male sexist dominance, so that the scenery of violence construct by can also be based in sexists mental models with the proposal of the maintenance male dominance. Talking about the analyses process, we opted for quantified methodology to prove out the high number of cases involving domestic violence against woman after that we proceed with a qualified- interpretative methodology, oriented by theoretical- analytical character of Sociocognitive Discursive Analyses. The results demonstrate that the sexist ideology is present in the journalistic construction and can directly influence its readers, through mental models favored by the symbolic elite and discursive polarization strategies representing the woman in a minority status and social group that does not part of the ruling elite.

Key-words: violence against woman, sexism, Critical Discursive Analyses, Sociocognitives Studies, Media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proposta da tríade sociocognitiva de van Dijk17

Figura 2 – Proposta da relação hierárquica entre categorias de análise
com base em van Dijk52

Figura 3 – A evolução do sexismo ambivalente enquanto ideologia dominante64

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Sumarização dos conceitos-base da ACD e suas influências teórico-metodológicas com base em van Dijk, Wodak e Fairclough.....	38
Quadro 2 – Estratégias do processamento discursivo com base em Van Dijk.....	55
Quadro 3 – Gráfico dos tipos de violência presentes nas reportagens de <i>A Gazeta</i> nos últimos anos.....	68
Quadro 4 – Gráfico da violência de gênero nas reportagens.....	69
Quadro 5 – Gráfico dos tipos de violência encontrados nas reportagens.....	71
Quadro 6 – Categorias de análise adotadas para o <i>corpus</i>	73
Quadro 7 – Síntese dos principais recursos e estratégias de manipulação da categoria de argumentação utilizados na construção das notícias analisadas	127
Quadro 8 – Síntese dos principais recursos e estratégias de manipulação da categoria dos significados utilizados na construção das notícias analisadas	129
Quadro 9 – Cadeia de influência do sexismo ambivalente na construção das notícias e no processo de vitimização do leitor	133

LISTA DE NOTÍCIAS UTILIZADAS NA ANÁLISE

Notícia 1 – “Empregada doméstica tem o corpo queimado pelo namorado”	82
Notícia 2 – “Vendedora é agredida com garrafa quebrada”	93
Notícia 3 – “Secretária leva sete facadas em casa, e ex namorado é suspeito.....	99
Notícia 4 – “Motorista esfaqueia ex mulher”	104
Notícia 5 – “Marido coloca fogo na casa, e vendedora escapa da morte”	109
Notícia 6 – “Bilhetes salvam mulher agredida”	112
Notícia 7 – “Grávida de seis meses é espancado por marido”	115
Notícia 8 – “Ex agride empresária na Praia do Canto”	119

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

1.1 Colocação do problema	13
1.2 Instrumento de análise do discurso adotado	16
1.3 Constituição da pesquisa	19
1.4 Perguntas e hipóteses	20
1.5 Objetivos	
1.5.1 <i>Objetivo geral</i>	21
1.5.2 <i>Objetivos específicos</i>	21
1.6 Apresentação dos capítulos da Dissertação	22

CAPÍTULO 2 ESTUDOS SEXISTAS: UM PANORAMA HISTÓRICO

2.1 A concepção de mulher e os estudos da diferença de gêneros	25
2.2 O nascimento do estudo sobre gênero social	27
2.3 O sexismo na estrutura social brasileira	28

CAPÍTULO 3 A PROPOSTA SOCIOCOGNITIVA DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

3.1 A Análise Crítica do Discurso: surgimento.....	34
3.1.2 A proposta sociocognitiva da ACD.....	37
3.2 Ideologia enquanto Cognição Social	41
3.2.1 Ideologias, modelos mentais e produção do discurso	47
3.2.1.1 <i>Modelos Mentais</i>	50
3.2.1.2 <i>A descrição como recurso revelador de modelos mentais ideológicos</i>	52
3.2.1.3 <i>Categorias reveladoras de modelos mentais ideológicos e mecanismos de manipulação</i>	54

CAPÍTULO 4 SEXISMO, IDEOLOGIA E DOMINÂNCIA: BASES DO DESVELAR DE UM SEXISMO AMBIVALENTE

4.1 Ideologias dominantes e grupos dominantes	57
4.2 O que é sexismo: preconceito, discriminação ou mais?.....	58
4.3 Sexismo ambivalente.....	60
4.3.1 <i>Sexismo, atitudes e violência contra a mulher</i>	64

CAPÍTULO 5 METODOLOGIA

5.1 Processo de escolha do <i>corpus</i>	67
5.2. Aspectos teórico-metodológicos para escolha de categorias de análise	72

CAPÍTULO 6 UM ESTUDO CRÍTICO DO DISCURSO IDEOLÓGICO CONTRUÍDO EM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER

6.1 A escolha do texto midiático como corpus e o papel das mídias na atualização de ideologias.....	75
6.2 O gênero “notícia”: um lugar para um discurso oportuno	77
6.3 Análise do <i>corpus</i>	81
6.3.1 Análise Modelo: “Empregada doméstica tem o corpo queimado pelo namorado”	82
6.3.2 “Vendedora é agredida com garrafa quebrada”	93
6.3.3 “Secretária leva sete facadas, e ex-namorado é suspeito”	99
6.3.4 “Motorista esfaqueia ex-mulher”	104
6.3.5 “Marido coloca fogo na casa, e vendedora escapa da morte”	109
6.3.6 “Bilhetes salvam mulher agredida”	112
6.3.7 “Grávida de seis meses espancada por marido”	115
6.3.8 “Ex agride empresária na Praia do Canto”	119
6.4 Síntese das análises	124
CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS	136

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A escolha do tema violência contra a mulher não poderia ser uma tarefa fácil e um acontecimento isolado. Não podemos ignorar que falar sobre violência contra a mulher ainda é tabu para muitas pessoas e é um tema fácil de ser rejeitado. Nossa difícil tarefa só pode acontecer em conjunto com uma série de fatores e, em especial, sob a ação conjunta de um grupo de pessoas. Nossa pesquisa começou com a Professora Doutora Micheline Mattedi Tomazi. Digo nossa, porque esta pesquisa, talvez, não pudesse existir sem a iniciativa dessa professora. Ela foi realizou m trabalho sobre o tema violência contra a mulher em seu Pós-doutorado e compartilhou um pouco de suas ideias de pesquisa, com alguns de seus ex-alunos e orientandos, no grupo de estudo criado por ela e coordenado por ela, o Grupo de Estudos sobre Discursos Midiáticos - GEDIM.

Tudo começou efetivamente no GEDIM. Nossa intenção era estudar dentro da linha de pesquisa específica, Texto e Discurso, a qual nos filiamos no Mestrado, uma área ainda pouco explorada nos trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal do Espírito Santo, ou seja, a Análise Crítica do Discurso de vertente sociocognitiva, em especial os trabalhos de Teun van Dijk. Começamos, assim, com o livro Discurso e Poder (2012). A proposta inicial era o estudo dos capítulos do livro e o desenvolvimento de direcionamentos teóricos e metodológicos para todos nós que iniciávamos as pesquisas voltadas à questão das minorias, objeto de estudo dos Estudos Críticos do Discurso, assim chamado por van Dijk no livro Discurso e Poder. Identificamos algumas minorias de interesse para os pesquisadores e para o grupo, logo o tema violência contra a mulher chamou-nos atenção de maneira especial.

Iniciados os primeiros passos, era preciso delimitar ou esboçar um título que já fizesse um recorte da teoria de van Dijk, autor escolhido como teórico principal para esta pesquisa. Escolhemos também que aspecto do tema, especificamente, iríamos desenvolver no trabalho. Daí surge a essencial contribuição do GEDIM nesse passo, pois, ao apresentarmos um esboço de nossos projetos de pesquisa de mestrado para os colegas do grupo, foi possível realizar trocas de informações fundamentais para

repensar as propostas temáticas. Todo esse caminho influenciou nossa pesquisa, que a princípio seria voltada para a questão apenas dos Modelos mentais e violência contra a mulher em reportagens do jornal *A Gazeta*. E mais uma vez não é possível deixar de falar do GEDIM, pois estudar a mídia e escolher um *corpus* jornalístico foi uma das questões mais bem decididas e acordadas da minha pesquisa, aqui ressalto “minha” para diferenciá-la da pesquisa do grupo como um todo. A essa altura, a escolha do *corpus* já estava acontecendo seja na central da Rede Gazeta, seja na pesquisa do site do *gazetaonline*. *A priori*, pensamos em selecionar notícias e reportagens sobre o tema e ficarmos com as reportagens com características narrativas. Essa escolha foi trabalhosa, pois as reportagens eram menor número e sua superestrutura pouco delimitada pelos aportes teóricos. Ainda assim persistimos com ela, e só seria abandonada com a qualificação, pois foi uma das grandes contribuições da banca nos mostrar a importância da notícia para a pesquisa.

Foi, efetivamente, após a qualificação que escolhemos trabalhar apenas com notícias e não mais com reportagens. Entendemos que a própria estrutura discursiva da notícia, as características estruturais e estilísticas do gênero como: ser dividida em título, *lead*, *sublead* e corpo do texto, partes estas com objetivos comunicativos bem delimitados, foi uma das características que mais nos chamou atenção. Não podemos deixar, porém, de destacar o fato de a notícia visar à objetividade e imparcialidade diante dos acontecimentos. Tudo isso, a princípio, parecia fundamental para o sucesso do trabalho com as categorias de análise escolhidas da teoria de van Dijk.

É preciso ressaltar como o GEDIM influenciou amplamente a produção efetiva da dissertação. No primeiro evento de pesquisa realizado pelo grupo em 2013, trouxemos o próprio autor, cujas obras são estudadas pelo grupo, Teun van Dijk, para falar de sua pesquisa, especialmente de um texto, que seria publicado no ano seguinte com o mesmo título *Discurso e Conhecimento* (2014). Em um dos momentos do encontro, o Professor Doutor Teun van Dijk conversou diretamente com as orientandas de mestrado, quando foi possível apresentarmos o andamento de nossas pesquisas. Além disso, pudemos realizar alguns questionamentos e sanarmos dúvidas de origem teórica e metodológica.

Foi o próprio van Dijk que nos indicou a possibilidade de fazermos uso da multidisciplinaridade como característica fundamental da ACD e dialogarmos com outras teorias que pudessem auxiliar a pesquisa. Desse momento em diante, o trabalho alcançou maturidade e começamos a pensar em um diálogo com a Psicologia Sóciocognitiva e ampliarmos a noção de sexismo a ser desenvolvida na pesquisa. Além disso, compreendemos a complexidade de uma teoria multifacetada e ampla que poderia englobar aspectos, cognitivos, sociais e linguísticos.

Nesse sentido, entendemos a importância desta pesquisa para o desvelar do sexismo implícito ou explícito nos casos de violência e a opressão contra as mulheres capixabas. Debruçar-se sobre o sexismo e sobre práticas sociais que circulam em nossa sociedade é uma forma de desnudar, à luz de uma ciência linguístico-discursiva, em interface com a cognição, diferentes ideologias e modelos mentais sexistas.

Reconhecemos esta pesquisa como inovadora no âmbito dos estudos críticos do discurso, pois a proposta busca uma interface do sexismo, “um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo” (FORMIGA, 2007, p. 383), fruto dos estudos da Psicologia Sociocognitiva, com uma proposta sociocognitiva dos Estudos Críticos do Discurso, a fim de estabelecer respostas para as ações comportamentais dos grupos e de práticas sociais em diferentes cenários da violência contra a mulher, narrados na mídia jornalística impressa.

Enquanto isso, o cenário da violência contra a mulher no Brasil e no Espírito Santo se modificava, o número de casos crescia dia a dia, muitas medidas foram tomadas a fim de combater e punir os casos de agressão. Assuntos como botão do pânico e feminicídio vieram à tona, como a própria divulgação da Lei Maria da Penha (2006) foi ampliada, mas ainda há muito a fazer para combater esse grande mal em nossa sociedade, e por isso as páginas seguintes desta pesquisa poderão auxiliar na compreensão desse problema de dominação e abuso de poder contra a mulher.

1.1 Colocação do problema

Sob um ponto de vista histórico, foi a partir dos anos 90 que os casos de violência contra a mulher começaram a preocupar pesquisadores de diversas áreas, enleados, principalmente, com os motivos das agressões relatados pelos envolvidos (SARTI, 2004). Esse quadro, que parecia ter tido seu ápice há mais de duas décadas, apresenta-se nos dias atuais sob a égide de números crescentes. Dados estatísticos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)¹ da Violência contra a Mulher indicam que o Brasil ocupa a 7^a (sétima) posição em relação aos casos de violência contra a mulher, num grupo de 87 países. São 4,4 assassinatos em cada 100 mil habitantes. Tais números são ainda mais alarmantes no que diz respeito ao Estado do Espírito Santo, que ocupa lugar de destaque no território nacional: são 9,4 assassinatos a cada grupo de 100 mil habitantes.²

Essa realidade despertou em nós o interesse em estudar criticamente o tipo de interação social mantida por homens e mulheres em tempos atuais e como os casos de agressão podem revelar pensamentos de dominância dos homens sobre as mulheres, ou seja, conhecer a relação direta e indireta que possa existir entre as agressões e a ideologia sexista.

Há um caminho para se discutir a questão da violência contra a mulher em nossa sociedade: através do estudo do sexismo como ideologia produzida e reproduzida por um grupo dominante (VAN DIJK, 2004). A problemática não é nova, trata-se de uma das mais antigas ideologias encontradas em nossa história. Segundo o autor, é a dominância masculina a causa do sexismo – um dos “-ismos” mais mortais de nossa cultura – sendo que entendemos dominância, neste trabalho, como “uma forma de abuso de poder legalmente ilegítimo” (VAN DIJK, 2012a, p. 88) que apresenta como principal consequência a desigualdade social. Ainda que também aconteçam casos de agressão contra a mulher em classes sociais abastadas, estamos apresentando

¹ Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (CPMIVCM) – criada por meio do Requerimento nº 4 de 2011-CN, “com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência” – visitou dezessete estados brasileiros e o Distrito Federal, sob a presidência da Deputada Federal Jô Moraes (PCdoB/MG) e relatoria da Senadora Ana Rita (PT/ES).

Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=133656&> acesso em 10/07/2013.

² Dados da CPMI indicados acima.

aqui uma vertente que intenciona olhar a desigualdade social baseada na diferença entre sexos, em que o sexo masculino parece acreditar ser superior ao feminino a ponto de poder submetê-lo.

Esse fenômeno de dominância dos homens sobre as mulheres não é recente em nossa história e atua de maneira próspera nas mentes das populações, desde antes do sistema social feudal até nossos dias (VAN DIJK, 2004). São séculos de dominação masculina sobre as mulheres e, apesar de existirem movimentos de resistência como os grupos feministas do Brasil e do mundo, atuantes desde meados dos anos 60, nunca houve uma mudança de ordem cultural, moral e ético-política que instaurasse um novo estado, um estado feminino, nesse caso.

Por isso, acreditamos que, para compreender melhor a ação de violência dos grupos sexistas sobre as mulheres, nas últimas décadas, será importante estabelecer um estudo crítico que não se baseie apenas nos comportamentos dos grupos sociais envolvidos nos casos de agressão, mas nos processamentos cognitivos em torno dos atos de violência que podem vir à tona. Propomos uma busca pelos modelos mentais construídos sob a égide de diferentes desdobramentos da ideologia chamada de sexismo, uma vez que este trabalho parte do pressuposto de que, assim como os comportamentos evoluem e se atualizam ao longo dos séculos, as ideologias responsáveis por construir e nutrir tais comportamentos podem tornar-se mais complexas e ajustar-se às novas tendências das relações sociais.

Portanto, não compartilhar da ideia de que existe apenas uma forma de sexismo é o principal mote desta pesquisa, além de conceber o sexismo como ideologia típica de um grupo social dominante. Antigos paradigmas podem ser quebrados quando se abandonam antigas concepções, e esse é o caminho que encontramos para alçar uma explicação para o número assustador e exorbitante de casos de agressão contra a mulher. Tal abordagem compreende que é preciso traçar a evolução do sexismo, e suas arestas devem ser bem desenhadas; por isso, buscamos respaldo em estudos de bases cognitivas, sociais e discursivas.

Paralelo ao crescimento do número de mulheres que sofrem ou sofreram algum tipo de agressão, já descritos e denunciados na própria CPMI da Violência contra a Mulher, está o aumento do poder de influência das mídias de massa. Uma das principais formas de acesso a esses casos de violência contra a mulher são as notícias e

reportagens sobre o assunto. Sob a importância de realizar um estudo que permita conhecer os modelos mentais privilegiados que são acessados pelos grupos sociais de homens e mulheres, tendo como base um conjunto de crenças sociais sexistas, a relação entre o papel social dessas mídias e a realidade enfrentada por essas mulheres deve ser estabelecida e problematizada, uma vez que “esse poder das mídias é inegável e tem inspirado muitos estudos críticos em muitas disciplinas” (VAN DIJK, 2012a, p 124). Assim, ao nos debruçarmos sobre reportagens jornalísticas que divulgam casos de violência contra a mulher, nosso estudo visa ao discurso ali produzido pelo viés dos conceitos de ideologia, modelos mentais, manipulação e acesso³ como definições que implicam imposições dolorosas e abusivas de poder em nossa sociedade.

1.2 Instrumento de análise do discurso adotado

Para iniciarmos uma apresentação do instrumento de análise adotado para esta pesquisa, precisaremos situar a proposta crítica sociocognitiva de van Dijk e a Análise Crítica do Discurso (ACD), sua principal influência. *A priori*, é preciso compreender que a ACD não é uma linha de pesquisa e nem mesmo uma subárea de outras linhas de pesquisa da Linguística. A ACD é uma perspectiva, um modo de pensar crítico, ou seja, ela “não é, na verdade, uma diretriz, uma escola nem uma especialização semelhante a tantas outras abordagens nos estudos discursivos” (VAN DIJK, 2012b, p. 114). Por isso, a ACD seria mais bem definida como um “modo diferente de teorização, análise e aplicação ao longo de todos os campos” (VAN DIJK, 2012b, p. 114).

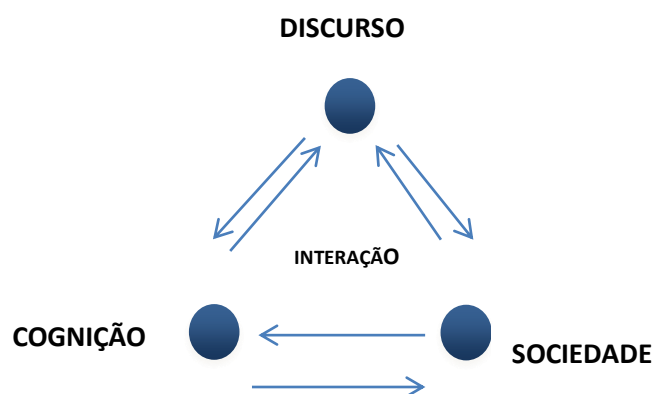
Por apresentar essa abertura teórica e as possibilidades de diálogo com muitas outras áreas do saber, a ACD permite aos pesquisadores elaborarem seus próprios enquadramentos teóricos e, para isso, propõe alguns elementos-base e alguns aspectos fundamentais que são: concentrar-se em problemas sociais e em questões políticas primordialmente; ser essencialmente multidisciplinar; não se preocupar apenas em descrever estruturas sociais, mas também explicá-las; ter enfoque

³ Devido à importância dos conceitos de ideologia, modelos mentais, manipulação e acesso, voltaremos a eles de maneira no capítulo 03 desta dissertação.

principal na produção/reprodução, confirmação e legitimação das relações de poder e dominação. O papel da linguagem é primordial nos estudos da ACD, pois é por meio de sua materialização que os discursos tomam forma e podem ter suas influências ideológicas desvendadas.

Dentro desse universo da ACD, está a pesquisa de van Dijk, que aqui chamaremos de proposta sociocognitiva de van Dijk, uma abordagem multidisciplinar, com foco nos grupos sociais chamados de minorias e nas relações de abuso de poder. Assim, é através do discurso em meio à comunicação social que as estruturas sociais são reveladas. O autor descreve as relações de poder envoltas em relações de dominância e controle de um grupo social sobre outros grupos (VAN DIJK, 2012b). Esse controle apresenta-se como um controle mental. E controlar as mentes dos indivíduos seria controlar suas ações e, por isso, van Dijk se apoia em uma tríade que será a base de toda a sua proposta teórica, que envolve as relações entre os grupos sociais, as relações cognitivas que permeiam as ações desses grupos e a materialização da linguagem no discurso. Tal tríade pode ser assim apresentada:

Figura 1 – Proposta da tríade sociocognitiva de van Dijk



Fonte: van Dijk, 2012a.

Esse tripé entre discurso, cognição e sociedade pode ser a base de relações de outras propostas teóricas que não as da ACD e que também acreditam nessa tríade; por

esse motivo é que van Dijk (2001) estabelece aquilo que ele chama de “significado de discurso” de forma ampliada. Discurso, para van Dijk, não é apenas materialização das estruturas sociais na linguagem, mas é considerado um evento comunicativo, multimodal, interativo, conversacional, que leva em conta a expressão corporal, facial, diagramação do texto e outros recursos semióticos (VAN DIJK, 2012a). Ainda, segundo o autor, a cognição relaciona tanto sua vertente pessoal, subjetiva, quanto a social, conjunto de crenças e representações mentais fixados na memória de longo prazo, já que, como sociedade, ele entende as relações entre grupos sociais e relações dentro do grupo social. Tais relações podem ser reveladoras das estruturas sociais mais abstratas, como relações de dominância (VAN DIJK, 2001).

Assim, pelo seu grande interesse em estudar criticamente as relações de poder, dominação e desigualdade social, a proposta teórica de van Dijk apresenta uma diversidade de métodos embasados em objetivos mais gerais e comuns aos pesquisadores que nela se engajam. Por isso, podemos utilizá-la de várias formas para estudar as estruturas sociais e as estruturas discursivas de textos escritos ou orais. As análises, por sua vez, podem valer-se de recursos provenientes de análise gramatical, pragmática, estilística, retórica, conversacional, semiótica, entre outras permitidas pela amplitude alcançada pelo estabelecimento de um conceito bastante abrangente de discurso (VAN DIJK, 2001). De todo modo, é o *corpus* que direciona a escolha do pesquisador para eleger categorias e estruturas de análise.

Dessa maneira, entender como as estruturas do discurso influenciam as representações mentais, cuja construção é controlada por ideologias relativas aos grupos dominantes, será mostrar como os mecanismos linguísticos trabalham para reproduzir e atualizar ideologias que atuam na manutenção desses grupos hegemônicos no poder. E, para isso, precisamos aliar uma terceira dimensão aos estudos do discurso que é a dimensão cognitiva, já que apenas a dimensão social e a discursiva não oferecem condições para se chegar a essas representações mentais de que nos fala o autor.

Aliás, os mecanismos linguísticos somente serão caracterizados como manipuladores uma vez que eles estejam estrategicamente a serviço de um discurso ideológico manipulador, construído por uma instituição, ou liderança que está a serviço de uma estrutura de poder ou que chamamos aqui de elite simbólica. No caso das mídias,

esse poder está a serviço da dominância e irá revelar ideologias dominantes. Assim, manipular é usar de forma perspicaz tais estruturas e elas podem variar dependendo da perspectiva adotada. Para demonstrar como esses mecanismos funcionam de acordo com a proposta da teoria sóciocognitiva de van Dijk, é necessário que ela satisfaça um ou vários critérios, dos quais os principais estão listados abaixo (VAN DIJK, 2012b, p. 233):

- a) as relações de dominância devem ser estudadas principalmente na perspectiva do grupo social dominado e do seu interesse;
- b) as experiências dos membros dos grupos dominados devem ser usadas como evidências para avaliar o discurso dominante;
- c) pode-se mostrar que as ações discursivas dos grupos dominantes são ilegítimas;
- d) podem ser formuladas alternativas viáveis aos discursos dos grupos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados;
- e) pode-se revelar ou esclarecer o processo mental de manipulação discursiva por meio da ativação de modelos mentais preferidos, isso pela base sociocognitiva apresentada pela teoria;
- f) pode-se, ainda, mostrar como acontece a aquisição de uma ideologia pelos grupos sociais, incluindo ideologias dominantes, e como o discurso e a comunicação desempenham um papel central na (trans)formação de uma ideologia.

Portanto, estabelecer os critérios para a análise pretendida definirá, também, o tipo de estruturas de análise que adotamos para tentar alcançar os objetivos propostos pela pesquisa. Por isso, nossa pesquisa está intimamente voltada para muitos dos critérios listados acima, principalmente no que diz respeito à possibilidade de revelar ou esclarecer os processos mentais de manipulação discursiva e a aquisição de ideologias dominantes por grupos sociais dominados.

1.3 Constituição da pesquisa

O propósito desta pesquisa é realizar uma análise interpretativa em notícias da mídia impressa capixaba a respeito da representação da mulher que sofre violência. Para tanto, procuramos respaldo na própria Lei Maria da Penha que prediz ser um crime contra a mulher qualquer ato de violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2010). Este respaldo legal amparou nossa postura engajada e nos auxiliou na identificação objetiva dos atores sociais agressor e mulher agredida. Além de ter sido de grande ajuda na seleção do *corpus*.

A seleção dos dados resultou, para sua construção, em uma análise quantitativa, já que deparamos com uma quantidade significativa de textos, com diversas notícias sobre o tema, publicadas no jornal *A Gazeta*, no período de janeiro a dezembro de 2013, totalizando um conjunto de 186 (cento e oitenta e seis) reportagens, das quais destacamos 8 (oito) para compor a análise, após um processo minucioso de seleção detalhada no Capítulo 05 desta dissertação.

Nossa opção em focar o objeto de estudo no contexto local da Grande Vitória é uma forma de impor um recorte da realidade de uma parte do Estado do Espírito Santo, que a exemplo de outros contextos brasileiros é marcado pelos casos de violência que envolve opressão, sujeição, dominação, danos psicológicos e morais, até as formas de violência selvagem e criminal contra a integridade física de mulheres.

1.4 Perguntas e hipóteses

A hipótese que este trabalho levanta é a de que os jornais atuam na manutenção do poder, o qual está sob a hegemonia/dominância masculina. Portanto, ao construir seus textos, eles reproduzem e procuram manter o leitor/receptor sob o controle de modelos mentais sexistas⁴, aparentemente “benévolos”, a fim de garantir tal

⁴ A noção de modelos mentais como como situações de atos ou eventos dos quais se falam ou pensam a respeito, representados na memória episódica ou memória de longo prazo será melhor desenvolvida no capítulo 03 desta dissertação.

hegemonia. Por outro lado, na era da informação, tanto os jornais — a instituição, como os jornalistas — atores sociais que têm a função de informar, precisam manter a aparência da imparcialidade e de denúncia social. Por isso, o discurso jornalístico sobre violência contra a mulher deve valer-se de estratégias de manipulação do leitor, com intuito de influenciá-lo a ativar os modelos mentais de escolha da instituição jornalística e do jornalista por meio de mecanismos cognitivos como a dúvida, a incerteza, a incapacidade de produzir julgamento, entre outras estratégias de manipulação, a propósito de atualizar modelos mentais sexistas na produção da notícia, os quais estão a serviço de um grupo social hegemônico que almeja a manutenção do poder.

1.5 Objetivos

Compreender por meio de um estudo qualitativo interpretativo os modelos mentais sexistas ambivalentes que atuam na formação de protótipos manipuladores responsáveis pela construção do discurso do gênero notícia e como esse discurso contribui para a manutenção da ideologia sexista. Para tanto, definimos os seguintes objetivos que norteiam nossa investigação.

1.5.1 Objetivo geral

Esta pesquisa objetiva compreender criticamente se o texto jornalístico, em especial a notícia, constrói seu discurso com base em estratégias específicas de manipulação embasadas em uma ideologia dominante: o sexismo.

1.5.2 Objetivos específicos

A busca pelas estratégias de manipulação que revelem modelos mentais sexistas seguirá os seguintes objetivos específicos:

- a) Definir sexismo e suas características enquanto ideologia dominante;
- b) Traçar as bases teóricas fundamentais para a proposta de análise crítica aqui iniciada;
- c) Identificar os tipos de sexismo existentes, com o auxílio dos estudos da Psicologia Cognitiva;
- d) Relacionar sexismo ambivalente, ideologia e modelos mentais com base nos estudos críticos cognitivos (VAN DIJK, 2012a e b) e diferenciá-los de base comum;
- e) Identificar os chamados protótipos manipuladores ou atalhos cognitivos que podem contribuir para construir um discurso manipulador;
- f) Definir quais desses protótipos estão a serviço da ideologia sexista e suas manifestações e como a manutenção do sexismo acontece nesse processo.

1.6 Apresentação dos capítulos da dissertação

Esta dissertação apresenta-se dividida da seguinte forma:

No Capítulo 1, Introdução, estabelecemos e esclarecemos nossas escolhas para o direcionamento desta pesquisa. Assim, apresentamos mais detalhadamente nosso problema, nossos objetivos, nossos questionamentos, que serão apresentados e comprovados no decorrer das investigações, bem como apresentamos, em linhas gerais, a escolha do *corpus* e as escolhas teóricas e metodológicas que nos guiaram.

No Capítulo 2, intitulado “Estudos sexistas: um panorama histórico”, nós alinhamos uma trajetória histórica que fundamenta os estudos sexistas, desde os trabalhos baseados em gêneros, com aporte da Sociolinguística, até alcançarmos o sexismo, como ideologia dominante e seus feitos na estrutura social de nosso país, desde seu estabelecimento no contexto da República, para chegar aos seus rastros na estrutura pós-moderna ou na modernidade. Assim, a importância deste capítulo reside na contextualização do tema social que embasa esta pesquisa.

No Capítulo 3, cujo título é “A teoria sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso”, com base na proposta multidisciplinar de Van Dijk (2012a e b), definimos as bases teóricas que dão suporte à abordagem metodológica escolhida e permitem, ao mesmo tempo em analisar o *corpus* definido: as produções jornalísticas por nós escolhidas para a pesquisa. Devido à contribuição de outras áreas e autores que dialogam com a perspectiva sociocognitiva, lançamos mão, sempre que fora preciso, de outros trabalhos que se desenvolvem com os calcados na Sociocognição. É o caso dos trabalhos desenvolvidos pela Psicologia Sociocognitiva e nos trabalhos de Stalnaker e Clark, por exemplo.

No Capítulo 4, denominado “Sexismo, ideologia e dominância: bases de um sexismo ambivalente”, tratamos dos conceitos que são importantes para a análise que se pretende do *corpus*. Refletimos sobre o sexismo como uma ideologia produzida por uma dominância e, a partir desse entendimento, procuramos desvelar as bases do sexismo ambivalente, por acreditarmos na importância desse tipo de sexismo para o nosso trabalho. Também nesse capítulo, em diálogo com a proposta de van Dijk, esclarecemos a importância da interface cognitiva que se estabelece pela tríade: sociedade, cognição e discurso. A relevância dessa interface sociocognitiva para os estudos do discurso encontra respaldo na Psicologia Cognitiva que, aliada à concepção de ideologia dos estudos de van Dijk, nos permitiu o diálogo com o estudo mais amplo do indivíduo que leva em conta as práticas discursivas, os grupos sociais, e a coletividade em prol da compreensão e discussão das atitudes e práticas sexistas.

No Capítulo 5, intitulado “Metodologia”, esclarecemos, de maneira mais detalhada, as opções metodológicas que sustentam nossa pesquisa para a análise do *corpus* escolhido, bem como o caminho percorrido para a constituição do *corpus* de análise.

No Capítulo 6, “Marcas do sexismo ambivalente e modelos mentais privilegiados em notícias sobre violência contra a mulher”, apresentamos as análises das reportagens selecionadas de acordo com as escolhas teóricas e metodológicas que fizemos no decorrer da pesquisa, priorizando categorias de contexto e estratégias linguísticas e estruturas discursivas que são relevantes para comprovar nossa hipótese de ideologia sexista no discurso das reportagens jornalísticas.

Nas Considerações Finais, apresentamos as conclusões desta pesquisa e procuramos demonstrar as contribuições alcançadas por ela e seus possíveis

desdobramentos para as reflexões quanto ao tratamento do discurso que permeiam as atitudes sexistas presentes em notícias sobre violência contra a mulher.

Em sequência, apresentamos o embasamento teórico que irá nortear o olhar dessa pesquisa e envolvê-la em uma proposta linguística relevante para os linguísticos da atualidade. O estudo teórico sócio-cognitivo aqui proposto só alcançará êxito uma vez que compreenda a relação entre as ideologias sexistas e a produção do discurso sexista. E é isso que pretendemos alcançar neste próximo passo.

CAPÍTULO 2

ESTUDOS SEXISTAS: UM PANORAMA HISTÓRICO

2.1 A concepção de mulher e os estudos da diferença de gêneros

No capítulo anterior, observamos a apresentação formal desta dissertação. Antecipamos alguns dados importantes e pudemos, também, descrever as fases do processo de pesquisa cujo resultante seria esta dissertação de mestrado. No presente capítulo, no entanto, iremos construir uma perspectiva do que se configurou como estudos preliminares para um efetivo estudo posterior do sexismo e como estes trabalhos oferecem-nos um panorama do que havia de mais relevante sobre as pesquisas que envolviam gêneros e sexos no século XX.

Para isso, é fundamental analisar a concepção de mulher como um segundo sexo, subordinada ao sexo masculino e condicionada a uma natureza biológica e maternal. Essa visão foi amplamente questionada pelo movimento nascido nos anos 60 e 70 que problematizou a condição da mulher e seu papel social desempenhado até então. Essa mudança na perspectiva adotada para olhar a condição da mulher aconteceu em vários níveis do saber e em várias áreas do conhecimento, não apenas a Sociologia e a Psicanálise fomentaram discussões, mas também a Linguística, especialmente com a área da Sociolinguística, também iniciou um caminho para estudar e desvelar certos pré-conceitos existentes sobre a fala feminina. O primeiro marco em torno das diferenças de gênero na linguagem teve início com o texto de Robin Lakoff, sob o título de *Language and Woman's Place*, de 1975. Precursor dos estudos sobre linguagens, seu trabalho legou à Sociolinguística o pioneirismo nos estudos sobre as diferenças linguísticas na fala de homens e mulheres.

Nas pesquisas da Sociolinguística, também priorizou-se problematizar crenças em voga no mundo ocidental que se estenderam por toda a primeira metade do século XX e foram questionadas nas décadas subsequentes, entre quais está a ideia de que “as mulheres falam demais” ou “as mulheres não são objetivas em suas conversações”. Essas assertivas sobre a fala das mulheres legaram trabalhos como os de Debora Tannen (1990), com o livro *You Just Don't Understand: Women and Men in Conversation*, que foi traduzido para mais de trinta e uma línguas e é

considerado um dos principais ícones no estudo do que ficou conhecido como o *Modelo dos Três Ds*.

O modelo teórico dos *Três Ds* trata de três perspectivas teóricas que se debruçam sobre a questão do gênero na linguagem e, indiretamente, apontam para sua importância na esfera social (OSTERMAN; FONTANA, 2010, p. 9). O primeiro, desenvolvido por Lakoff (1975), é o modelo do *Déficit*. Nesse primeiro modelo, acredita-se que mulheres e homens apresentam níveis de vocabulário diferentes por receberem acesso à educação de maneiras diferentes; portanto, a condição inferiorizada legada à mulher limitava seu acesso à educação e seu vocabulário, então, ficava restrito, ou seja, a língua falada pelas mulheres era inferior à língua dos homens pelo fato de receberem uma educação com objetivos sociais diferentes, ou seja, as mulheres são educadas para ocupar uma posição social subordinada (LAKOFF, 1975) e isso influiria em seu poder de acesso e domínio da linguagem, uma vez que ter amplo acesso às estruturas linguísticas e a linguagem é sinônimo de poder.

O segundo modelo é o da *Diferença* que prediz serem homens e mulheres duas culturas diferentes, frutos de uma educação que respeita as diferenças, isto é, aqui estamos novamente diante da proposta de Deborah Tannen, com seus textos de grande número de leitores em todo o mundo, que prediz ser o homem e a mulher fruto de dois “mundos” diferentes com afinidades discrepantes.

Já o terceiro modelo, o da *Dominância* (CAMERON, 2010), que abriu caminho para outras áreas como a Análise Crítica do Discurso (ACD), pensou a questão da dominação do gênero social e possibilitou olhar a diferença entre homens e mulheres em termos de dominância dos homens sobre as mulheres, numa ordem patriarcal (VAN DIJK, 2012b, p. 216). Além disso, quebrou paradigmas formalistas existentes dentro da própria Sociolinguística, pois enquanto a Sociolinguística tradicional pressupõe que as pessoas falam de tal maneira pelo papel social que desempenham, criando estereótipos na linguagem, sugerindo, assim, que as pessoas apresentam determinadas características pela forma como elas falam, os modelos anteriores, que simplesmente expunham catálogos e cotejos entre a fala de homens e mulheres, dariam lugar a uma perspectiva que visava compreender como o uso de certos recursos linguísticos pode determinar a diferença de gêneros.

Retomar esses três modelos foi importante para traçar um percurso anterior aos estudos sobre gênero social, além de apontar as tentativas de se iniciar um estudo interessado em entender as diferenças entre os discursos e enunciados produzidos por homens e mulheres. Isso abre a possibilidade de se compreender melhor a forma como o estudo sobre gênero social ganhou relevância e visibilidade, o que faremos no tópico seguinte.

2.2 O nascimento dos estudos sobre gênero social

Vê-se, pois, uma completa inversão no estudo da diferença de gênero possibilitada pela abordagem da Dominância e pelos *Estudos da Performatividade*, bastante defendido por Ostermann & Fontana (2010), que complementou o modelo dos *Três Ds*. Foi com o auxílio desses últimos estudos que, a partir dos anos 80, a ACD surgiu com uma proposta discursiva, cognitiva e social para a questão da desigualdade de gênero social e como uma reação aos paradigmas formais dominantes dos anos 1960 e 1970 (VAN DIJK, 2012b). Nessa proposta, a questão das diferenças entre homens e mulheres pode ser vista para além da desigualdade de gêneros, ou seja, uma proposta sexista de desigualdade entre homens e mulheres, baseada nos respectivos papéis sociais ocupados por esses grupos e as relações de poder e dominância que acontece entre eles, sem estar limitada à idade ou etnia, como a Sociolinguística antes propunha.

Nesse momento, autores como van Dijk (2012b) sinalizaram para o fato de que as ideologias sexistas é que constroem as diferenças existencialistas entre homens e mulheres em nossos dias, e não a cultura, contrariando as três teorias mais amplamente divulgadas a respeito do assunto e conhecidas como os *Três Ds*. Embora o último modelo propusesse maior envolvimento social na questão da desigualdade, ele ainda não foi suficiente para dar conta de perscrutar as estruturas sociais e ideológicas mais profundamente arraigadas.

Nesse movimento, cresceu um sentimento de rejeição por parte dos pesquisadores em propor categorizações e identidades essencialistas, o que mudou o conceito e a perspectiva do estudo do gênero que, atualmente, é definido, com frequência, não

pelo que as pessoas são, mas pelo que elas fazem ou representam numa determinada situação. É o caso, por exemplo, da pesquisa de Carmen Rosa Caldas-Coulthard, da University of Birmingham, que voltou seu trabalho para a questão da invisibilidade da mulher em textos e passou a refletir sobre o papel da mudança linguística nas práticas sociais brasileiras (CALDAS-COULTHARD, 2007, p. 231).

Outro trabalho recente que merece destaque sobre o assunto violência de gêneros e violência contra a mulher é o da professora pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo Micheline Mattedi Tomazi. Seus recentes trabalhos voltados à questão da discriminação de gêneros e relações de poder entre grupos sociais em contextos jurídicos associam questões diretamente ligadas ao cumprimento da Lei Marinha da Penha e as ideologias subjacentes aos discursos dos envolvidos nos processos. No texto “Discurso Jurídico e Relações de Poder: gestão de Faces e de Lugares” de 2014, Tomazi e Marinho⁵ as representações construídas pelos envolvidos nos processos judiciais:

Uma análise linguística que leve em conta a complexidade discursiva de textos pertencentes ao domínio jurídico pode contribuir para entender como são construídas as imagens e os lugares dos envolvidos em casos de violência conjugal no discurso jurídico, assim como pode indicar como cada um assume posições e trabalha com estratégias discursivas para apresentar uma imagem positiva de si e negativa do outro. A análise dos autos coloca em evidência a maneira como cada um é apresentado no texto e nos faz refletir sobre como os esses documentos ajudam a consolidar uma ideologia social marcada por discriminações de gênero e relações de poder. (MARINHO & TOMAZI, 2014, p. 276)

Assim, o número de trabalhos recentes voltados à questão da condição social da mulher, às questões de dominância, de sexualidade, de gênero e de discurso nos faz refletir sobre a relevância de se problematizar o sexismo, suas formas de existência em nossa sociedade e como suas ideologias são capazes de produzir e reproduzir desigualdade não apenas de gênero, mas desigualdade social e abuso de poder. Nas partes que seguem deste texto, com o auxílio dos estudos sociocognitivos de van Dijk

⁵ Micheline Mattedi Tomazi: professora Doutora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, mimattedi@hotmail.com.

Janice Helena Chaves Marinho Professora Doutora da Graduação e da Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, janicehelenachaves@gmail.com.

e os trabalhos da Psicologia, tentaremos traçar um perfil para essa problemática no Brasil.

2.3 O sexismo na estrutura social brasileira

Não é apenas na sociedade feudal ou em alguns séculos passados que podemos encontrar um conjunto de crenças que propõem lidar com a mulher como um ser socialmente marginalizado, sem grande participação efetiva nas tomadas de decisão que envolvem manifestação de poder social. De posse exclusiva do marido, tomada como um objeto e como meio de procriação, a mulher descrita nessa sociedade patriarcal em nada difere da ideia de mulher presente nos vários séculos de existência do Brasil. Nosso país negou à mulher o direito ao voto e uma efetiva participação e emancipação social para além dos atributos biológicos, ainda depois de declarar-se uma República. Essa concepção de mulher só viria a ser realmente questionada no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, após as revoluções feministas que aconteceram em todo o mundo ocidental, inclusive no Brasil.

Dessa maneira, toda a vida de opressão que sofreram as mulheres de nosso país e de outros cantos do mundo é o que chamaremos de resultante do sexismo, um conjunto de crenças elaboradas por homens que constroem a ideia dos papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres, crenças nas quais a mulher sempre está em situação inferior ou subalterna, ou seja, a conclusão de que o preconceito sexual existe e está enraizado em nossa sociedade foi possível “pelo delineamento dos limites de poderes entre os grupos sociais minoritários e majoritários” (FORMIGA, ARAÚJO, CAVALCANTE, 2007, p 63).

Esse sexismo legou ao Brasil e ao mundo uma profícua diferenciação e discriminação da mulher baseada na desigualdade dos sexos. Um exemplo disso é o fato de que mulheres casadas não tinham direitos globais sobre os próprios filhos. Questões como essas podiam ser evidenciadas até mesmo nas bases do Código Civil Brasileiro, o qual segregava os papéis do homem e da mulher, sempre subjugando a posição da mulher na família e na sociedade. Foi nas primeiras décadas de nossa incipiente

República, especificamente em 1916, que foi inaugurado o Código Civil Brasileiro, que estipulou a dominância do homem sobre a mulher, cabendo a ela a função de auxiliadora, companheira, hierarquicamente inferior ao homem.

Ainda, os direitos inalienáveis do marido sobre a mulher não estavam apenas sobre as bases de poder social, mas também sobre as questões financeiras. A ele era passado todo o direito de administração dos bens comuns da família e a mulher ficava à mercê de suas incumbências:

[...] o novo Código trouxe ainda a obrigação à mulher de adotar o nome de família do marido, pois esta, na concepção arcaica da época, após o casamento passava a ser parte da família do marido, deixando, até mesmo, de integrar a sua própria família, não podendo trabalhar sem a autorização marital. E, no desquite litigioso, o marido só estava obrigado a lhe prestar alimentos se a mulher fosse inocente e pobre. E a mãe que contraísse novas núpcias perdia o direito ao pátrio poder aos filhos do leito anterior, passando este ao marido. E ainda, pelas dívidas do marido, respondiam os bens particulares da mulher (CABRAL, 2004, p. 41).

Essa concepção, que estabelecia relações de preconceito e discriminação entre os sexos e a completa diferenciação dos papéis sociais ocupados por homens e mulheres, só seria modificada com a Nova Constituição de 1988, que prevê o direito de igualdade entre homens e mulheres, em amplo sentido, o que só foi possível após décadas de lutas e resistência contra o sexismo e as ideologias vigentes na época, pois ainda nos anos 60 as leis civis favoreciam o sexo masculino e sua posição ocupada na sociedade, além disso a condição subalterna da mulher era explicitamente determinada. É o que podemos constatar nos excertos da lei de 27 de agosto de 1962:

Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade. (Redação dada pela Lei nº 4.121, de 27.8.1962). Parágrafo único. Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para solução da divergência.

Ainda é possível acrescentar as palavras abaixo:

Ocupava o marido posição de preeminência perante a esposa, conforme se observa dos direitos e deveres que, a seguir, o Código enumera: permanecia aquele como chefe da sociedade conjugal, competindo-lhe a representação legal da família, da administração dos bens comuns e particulares da mulher, que lhe coubesse administrar, em virtude do regime adotado, o direito de fixar e mudar o domicílio e o direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal, devendo prover, também, a manutenção da família, art 233. (AZEVEDO, 2001, p.66)

Vale, ainda, ressaltar que mesmo com a instituição da Lei do Divórcio de 1977, grande avanço a favor dos movimentos feministas no Brasil e de direitos humanos, podemos perceber na redação da lei indícios de uma escrita sexistas que intenciona culpar um dos cônjuges pelo fim do relacionamento:

Mesmo com o advento da Lei do Divórcio, manteve-se no instituto da separação a necessidade da identificação de um culpado pelo fim do amor. O que tem um evidente caráter punitivo, pois somente o cônjuge "inocente" tem legitimidade para propor a demanda, devendo comprovar a "culpa" do réu pelo rompimento do vínculo matrimonial decorrente do inadimplemento das obrigações elencadas na lei. Ainda quando há o consenso do casal, necessário se faz que aguardem o decurso de prazos, quer para a obtenção da separação, quer para a concessão do divórcio. (DIAS apud CABRAL, 2001, 49).

Desenvolver uma reação a esses traços do sexismo malévolo em nossas leis não parece ter sido tarefa insana, e sim uma tentativa de modificar o sistema opressor após anos de desigualdade e injustiças contra a mulher. Esta tendência, todavia, só seria de fato inaugurada, principalmente, com os protestos feministas da segunda metade do século XX, pois desde então a condição e função desse grupo social foi problematizada e reavaliada e propostas de maior e mais efetiva participação política e econômica foram postas em pauta.

Embora haja esse movimento que indica algum progresso na condição da mulher, a partir da década de 90, especialmente nos anos 2000, houve o auge dos casos de agressão contra a mulher, o que nos leva a refletir e trazer novamente o sexismo como fulcro da questão vivida por ela, pois, mesmo que as relações sociais tenham sofrido atualizações e a participação social da mulher tenha sido modificada e expandida, parece haver muito mais a ser estudado e combatido em nossa sociedade.

Para isso, faz-se preciso um estudo ideológico que possa conhecer a força motriz de uma estrutura social reveladora de desigualdades e de dominância, principalmente em um Estado que possui uma lei específica para os crimes contra a mulher, como a Lei Maria da Penha. O histórico da criação dessa lei está manchado com sangue de muitas mulheres, especialmente daquela que foi homenageada com o nome da Lei. Maria da Penha teve parte de corpo paralisado após levar um tiro do ex-marido enquanto dormia, teve risco de morte novamente com uma tentativa de assassinato por eletrochoque pelo mesmo criminoso. Ela só pôde ver o agressor ser condenado a dez anos de prisão, dezenove anos depois, dos quais apenas dois ele cumpriu em regime fechado (BRASIL, 2010). A Lei não é apenas a marca de uma vitória dos direitos da mulher, mas carrega a trajetória da grande desigualdade quando o assunto é a punição de agressores que cometem crimes contra a mulher, não somente à mulher, mas às suas próprias mulheres, esposas, mães, companheiras.

Embora a Lei preveja direitos inalienáveis e punições aos agressores e homicidas, muito precisa ser feito em matéria de divulgação, educação que diz respeito à Lei e seu cumprimento. Podemos observar uma escrita clara e objetiva nas prerrogativas da Lei Maria da Penha:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2010, p. 12)

E para que os crimes sejam relatados e que aconteça a denúncia e a punição é preciso ter a compreensão dos tipos de agressão existentes e suas características. Vejamos suas peculiaridades no artigo 7º (sétimo) da Lei:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e

perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; ação parlamentar 15 Procuradoria Especial da Mulher;

IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2010. p. 20)

Com base nos tipos de violência encontrados na Lei Maria da Penha é que norteamos nossa visão sobre os casos neste trabalho. Diferente de um pesquisador que olha de fora para sua pesquisa, escolhemos uma proposta teórica engajada que promove um profícuo envolvimento entre pesquisador e pesquisa. Por isso, entendemos que os casos noticiados escolhidos como corpus configuram-se como crimes contra a mulher, enquadrados em um ou mais tipos de violência supracitados e extraídos do artigo 7º da Lei.

Por isso, no próximo capítulo apresentaremos a base teórica que irá nortear o olhar dessa pesquisa e envolvê-la nos estudos críticos discursivos como uma proposta linguística palpável para os Estudos Linguísticos da atualidade. Numa perspectiva supramencionada como Sociocognitiva, o estudo aqui proposto só alcançará êxito uma vez que compreenda a relação entre as ideologias sexistas e a produção do discurso sexista. E é isso que pretendemos alcançar neste próximo passo.

CAPÍTULO 3

A TEORIA SOCIOCOGNITIVA DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

3.1 A Análise Crítica do Discurso: surgimento

No capítulo anterior salientamos a importância deste capítulo para a análise linguística dos discursos sexistas e como esses discursos podem desvelar os estratos sociais que os compõem. Para isso, há um percurso histórico que um analista do discurso precisa a fim de percorrer e delimitar seu objeto de pesquisa e, com isso, compreender os objetivos norteadores de sua análise. O que hoje se intitula Análise Crítica do Discurso (ACD) teve sua gênese a partir dos anos 70, momento em que o estudo do discurso encontrou lugar nos estudos linguísticos legando à linguagem em uso inédita importância. As palavras de Ruth Wodak, em entrevista a Cesar Colorado, pesquisador em linguística da Universidade Pompeu Fabra (UPF), em 2010, assim dizem:

durante o desenvolvimento dos estudos da linguagem nos últimos anos da década de 60 e começo dos anos 70, quando eu comecei meu trabalho acadêmico, a linguística tornou-se muito popular na Áustria, momento em que eu estava estudando em Viena. Lentamente escutamos falar da Sociolinguística, enquanto esta estava em desenvolvimento nos Estados Unidos e na Grã Bretanha; por outro lado, devido aos movimentos estudantis, aos pensadores críticos como Jurgen Habermas, Adorno, y outros, que se tornaram muito populares, de repente, eu tive essa noção de que estudar a linguagem fora do contexto não faria o menor sentido. Por isso, me interessei muito pela análise da linguagem em uso (WODAK **apud** COLORADO, 2010, p. 4).⁶

Como outrora mencionado, a autora assinala a contribuição oportunizada pelo estudo da linguagem em uso. Ela, também, acrescenta o encontro fortuito com outros grandes expoentes da atualidade e como essa guinada dos estudos discursivos e pragmáticos produziu frutos importantes para o surgimento da Análise Crítica do Discurso.

⁶ Durante el desarrollo de los estudios del lenguaje en los últimos años de la década de los sesenta y comienzo de los setenta, cuando yo empecé mi trabajo académico, la lingüística se volvió muy popular en Austria, cuando estaba estudiando en Viena. Lentamente escuchamos hablar de la sociolingüística, mientras se estaba desarrollando en los Estados Unidos y en Gran Bretaña; por otro lado, debido a los movimientos estudiantiles, a pensadores críticos como Jürgen Habermas, Adorno, y otros, que se volvieron muy populares, tuve de pronto esta noción de que estudiar el lenguaje fuera de contexto realmente no tenía sentido. Entonces me interesé mucho en el análisis del lenguaje en uso. Tradução nossa.

Foi em janeiro de 1991, em um simpósio na Universidade de Amsterdã, que um grupo de pesquisadores se reuniram sob a premissa de discutir sobre análise crítica do discurso. Essa reunião é considerada o início de um estudo institucionalizado e sistematizado da ACD.

Desde então, algumas iniciativas e contribuições de autores, como a revista *Discourse & Society* editada por van Dijk, desde 1990, que foi um marco das publicações relacionadas ao discurso em sociedade, além de fomentar o trabalho de diversos autores. O editorial de van Dijk para a primeira edição da *Discourse & Society* foi intitulado: *a New journal for a New Research Focus* (uma nova jornada para um novo foco em pesquisa) obteve proporções messiânicas, além de apresentar um objetivo que parecia difícil de ser alcançado, uma vez que pretendia reunir textos de autores que divergiam em formação e enfoque teórico.

Vemos, ainda, no fragmento do texto de WODAK (**apud** COLORADO,2010) a sumarização dos fatores que influenciaram um grupo de pesquisadores contemporâneos à autora, como Teun van Dijk e Norman Fairclough, por exemplo. Dentre os principais aspectos apontados por ela estão: fatores sociais diversos, o desenvolvimento da sociolinguística, da linguística textual e da teoria crítica, a junção desses eventos influenciou feitura específicas em termos de abordagens teórico-metodológicas. A respeito dessa especificidade da ACD, comenta van Dijk, pois para ele há mais que um método, uma escola, há uma postura investigativa. O autor acrescenta:

a Análise Crítica do Discurso não é, na verdade, uma diretriz, uma escola nem uma especialização semelhante a tantas outras “abordagens” nos estudos discursivos. Antes, a ACD objetiva oferecer um “modo” ou uma “perspectiva” diferente de teorização, análise, e aplicação ao longo de todos os campos (VAN DIJK, 2012a, p. 114)

Isso possibilita a ACD, além do estudo dos problemas sociais através da linguagem, a adoção de uma natureza peculiar: a transdisciplinaridade. Segundo Fairclough,

Metodologicamente, esta abordagem acarreta um trabalho de maneira “transdisciplinar” que dialogue com outras disciplinas e teorias, as quais

estejam endereçadas aos processos contemporâneos de mudança social. (FAIRCLOUGH, 2004, p. 01)⁷

A opção pela “transdisciplinaridade” em lugar de apenas “interdisciplinaridade” revela que as teorias com as quais dialoga não apenas atuam em favor de seus objetivos de análise como também são parte constituinte da ACD. Outro importante fator é que todas as teorias com as quais a ACD dialoga devem ser informadas ao longo do enfoque escolhido pelo analista.

Esta proposta que Fairclough chama “transdisciplinar” e van Dijk (1992) intitula “multidisciplinar” recebeu muitas críticas desde a instituição oficial da ACD nos anos 90. Desde de a primeira edição de *Discourse & Society* a questão da multiplicidade de influências e áreas relacionadas a ACD já havia sido considerada pelo editor e, ainda, que “incorporar essas diferentes direções em análise crítica do discurso já era uma questão intencionada” (VAN DIJK, 1990 apud GOUVEIA, 2001, p 346).

O que van Dijk chama de “directions” ou “direções” dentro da ACD são as multiplicidades de áreas com as quais se pode dialogar e que são incorporadas à análise pretendida, o que também se projeta na escolha do objeto de análise.

Assim, a perspectiva adotada pela ACD permite que a visão de linguagem extrapole os limites da comunicação e se transforme em um instrumento de denúncia social. Dessa forma, é preciso uma visão de linguagem que possa assumir um comportamento para além da comunicação verbal, por isso a linguagem na ACD está sob a diretriz de um modelo semiótico, o qual é capaz de revelar elementos presentes nas práticas sociais, dentre os quais estão os valores culturais das comunidades, as relações sociais e identidades sociais (FAIRCLOUGH, 2000). A respeito da identidade social da linguagem, acrescenta Carmen Rosa Caldas-Coulthard professora Titular de Linguística Aplicada e Língua Inglesa no DLLE da UFSC até 1996. Desde então, é professora sênior no Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham, Inglaterra, onde obteve seu doutorado em Análise do Discurso (1988),

⁷ Methodologically, this approach entails working in a ‘transdisciplinary’ way through dialogue with other disciplines and theories, which are addressing contemporary processes of social change. **Tradução nossa.**

para analistas críticos do discurso, a linguagem não é só um instrumento de comunicação, mas uma poderosa arma, já que por ser um sistema simbólico profundamente arraigado em estruturas sociais, não só reflete como também enfatiza ideologias discriminatórias. (CALDAS-COULTHARD, 2007, p. 01)

“Não só reflete como também enfatiza ideologias discriminatórias”, dessas palavras podemos inferir sobre o posicionamento assumido pelo analista crítico do discurso frente a essas estruturas sociais que podem estar impregnadas de ideologias promotoras de discriminação social, postura essa que não parece ser a da indiferença. A respeito desse envolvimento do analista com as questões sociais comenta van Dijk:

para os analistas críticos do discurso, é fundamental a consciência explícita do seu papel na sociedade. A formulação, a descrição e a explanação de teorias, também na análise do discurso, são sociopoliticamente “situadas”, quer gostemos disso ou não. Dessa forma, a reflexão acerca do papel dos acadêmicos na sociedade e na *polis* transforma-se em uma parte inerente da tarefa proposta pela análise do discurso (VAN DIJK, 2012^a, p. 114)

Isso amplia o relacionamento entre linguística e sociedade e o olhar lançado às estruturas sociais desvelados pelo discurso dos diversos grupos sociais podem legar outra tendência, a de que “os analistas do discurso orientam suas pesquisas em solidariedade e cooperação com os grupos dominados” (VAN DIJK, 2012a, p. 114).

Diante da identificação da ACD com os assuntos mais marginais que em outras áreas da linguística, poder-se-ia contestar a importância e a credibilidade das pesquisas desenvolvidas pelos analistas críticos do discurso e a aceitabilidade de seus objetos de análise, por isso van Dijk (2012) sinaliza para uma série de “requisitos” que a ACD precisa para concretizar seus objetivos (ver item 3.2).

3.1.1 A proposta sóciocognitiva da ACD

Definida a postura e influências sobre as quais estão submetidos os analistas críticos do discurso, será preciso estabelecermos os principais fundamentos da ACD. Estes já foram propostos por Fairclough e Wodak⁸:

⁸ Extraído do livro “Discurso e Poder” de van Dijk.

- A ACD aborda problemas sociais;
- As relações de poder são discursivas;
- O discurso constitui a sociedade e a cultura;
- O discurso realiza um trabalho ideológico;
- O discurso é histórico;
- A relação entre texto e sociedade é mediada;
- A análise do discurso é interpretativa e explanatória;
- O discurso é uma forma de ação social.

Com intuito de apresentar os conceitos incorporados e outras concepções teóricas que influenciaram a ACD, em seu processo de formação, construímos o quadro abaixo como uma exposição sumarizada dessas principais influências teórico-metodológicas.

Quadro 1 – Sumarização dos conceitos-base da ACD e suas influências teórico-metodológicas com base em van Dijk, Wodak e Fairclough;

Sumarização dos conceitos-base da ACD e suas influências teórico-terminológicas.		
Conceito-base	Definição	Teorias subjacentes/influências
Macro versus Micro nível de análise	As especificidades da linguagem na interação e comunicação como o discurso pertencem ao micro nível de análise, já o poder, a dominação, o conhecimento compartilhado ao macro nível .	Influências dos estudos da Sociologia. Esta representação assimétrica faz-se presente no célebre diagrama Coleman--Lindenberg (Coleman, 1990: 8 e 702) sobre as microfundações do macrosocial. De maneira simplificada, estabeleceu-se que os resultados macro têm origem em ações individuais com causas micro no plano individual (os sentidos da ação), as quais, por sua vez, dependem de fenômenos macro. Ou

		<p>ainda os macro resultados apenas indiretamente dependeriam de causas macro, tendo sempre fundações micro expressas em suas construções. Embora possam ser observadas regularidades no plano macro, que sugerem a existência de relações causais nesse plano, a explicação de tais relações requer, segundo Coleman, a identificação sequencial do modo como os fenômenos macro têm efeitos no plano micro da ação e, em seguida, como a ação tem consequências agregadas, e em geral não intencionais, de âmbito macro. E aqui está a grande questão da ACD em cotejo com a questão de Coleman (1990) a de que o analista crítico, ao estudar o macro sistema, poderá alcançar e desvelar o micro funcionamento desse sistema.</p>
<p>Relações de poder- discurso e poder -poder e sociedade</p>	<p>A noção de poder aqui é social não individual, poder é controle, também a noção de base de poder é fundamental para entender as estruturas sociais manifestas discursivamente e</p>	<p>Principal influência da Genealogia e Microfísica do poder de Foucault, poder como uma relação de forças e centros de poder, discurso de autoridade, lugar de poder são as principais influências.</p>

	ideologicamente na linguagem.	
Hegemonia e dominância	Ramificações do conceito de poder como controle, o conjunto de leis e regras impostos pela por grupos de domínio e aceitos como um consenso geral (hegemonia), já o domínio social de um grupo sobre o outro caracteriza a dominância .	A teoria leninista de Gramsci que promove uma leitura de hegemonia nos moldes das lutas de classes. Ele, também, afirma que uma classe social que está em relação de subordinação a outra classe, geralmente, adota a concepção de mundo da classe dominante (GRAMSCI, 1978). Esse pensamento teórico é fundamental para o tipo de análise que propõe a ACD.
Controle da mente e representações mentais – modelo sóciocognitivo interacional	A ACD também focaliza como as “estruturas do discurso” influenciam as representações mentais (VAN DIJK, 2012b, p.122)	Influências da Cognição aliados aos estudos de Gramsci, entre outros.

Fonte: quadro elaborado pela autora com base em van Dijk (2012), Wodak (2006) e Fairclough (2000).

Por esse enfoque multidisciplinar é que foi possível a delimitação realizada por van Dijk representada pelo triângulo “discurso – cognição – sociedade”, sendo que o autor entende discurso como “evento comunicativo” que pode ir desde a manifestação da escrita ou da fala até as expressões corporais e imagens, enquanto cognição envolve tanto a pessoal quanto a social. Isso significa que os conjuntos de crenças, objetivos, avaliações e emoções também estarão no foco do analista. E, por último, van Dijk (2012a) define sociedade como “inclusão” dentro da esfera do micronível com as interações interpessoais indo aos níveis macrocorporativos relativos a grupos sociais e suas instituições.

Será preciso, dessa forma, compreendermos essa multidisciplinaridade, se ela afeta o recorte teórico de escolha do analista ou se é um recurso que promove amplitude ao recorte e objeto pré-estabelecidos. *A priori*, estabelecemos que Análise Crítica do Discurso (ACD) não constitui uma escola e não oferece uma diretriz para seus pesquisadores e que sua natureza “multidisciplinar”, por si só, promove ramificações (VAN DIJK, 2012a).

Enleado a questionamentos como esses, é que o próprio van Dijk propõe uma nova nomenclatura para a disciplina e, com ela, novos paradigmas. Por esse motivo, resolvemos denominar a teoria proposta por van Dijk de Estudos Críticos Sociocognitivos ou vertente Sociocognitiva dos Estudos Críticos do Discurso, de van Dijk, ou ainda mais especificamente de Teoria ou Abordagem Sóciocognitiva tendo como base a mais recente publicação do autor, o livro “Discourse and Knowledge” de 2014.

E é por esse mesmo motivo que escolhemos esse enfoque teórico como base para olharmos o sexismo enquanto ideologia e atitudes ideológicas e como há a reprodução e atualização dessa ideologia nas mentes dos indivíduos representados por seu grupo social, o que só é possível por meio de uma abordagem social, cognitiva e discursiva, uma vez que nossa base de análise é o discurso em sua modalidade escrita.

3.2 Ideologia enquanto Cognição Social

Com a intenção de relacionar discurso e ideologia, optamos pelo estudo proposto por van Dijk (1992, 1995, 1998, 2001, 2005, 2012 a e b, 2014), a fim de compreendermos o estágio intermediário entre a produção de conhecimento em nível de comunidades de conhecimento, ou comunidades culturais, e a construção do discurso dentro dos grupos sociais. Para isso, será necessário relacionar ideologia e cognição social, com o intuito de dar conta da proposta de compreender quais situações estão envolvidas no desenvolvimento e na reprodução das ideologias dentro dos grupos sociais. Por fim, é preciso entender como o discurso está envolvido com a reprodução da ideologia na sociedade (VAN DIJK, 2001), para buscarmos uma proposta conceitual para a

ideologia sexista que envolva as três dimensões dos estudos de van Dijk: discurso, sociedade e cognição.

A linguagem em uso, os textos, a conversação, a interação e a comunicação serão estudadas sob a égide do discurso. Os aspectos mentais das ideologias, como sua natureza de ideias ou crenças, suas relações com as opiniões e conhecimentos e seu *status* de representações socialmente compartilhadas serão envolvidas nas arestas da Cognição; já quando o estudo se direciona aos aspectos sociais, políticos, históricos e culturais das ideologias, tanto quanto às questões envolvendo os grupos de resistências contra a dominância, tais aspectos devem ser analisados com base nos estudos da Sociologia/Sociedade. Essas áreas, entretanto, estão assim distintamente separadas apenas para exemplificar as diversas áreas com as quais a análise poderá envolver-se. Todas elas, portanto, estão intimamente envolvidas na análise e uma não existirá sem a outra (VAN DIJK, 2001, p. 10).

Desse modo, o autor divide, para fins de análise, os principais aspectos da ideologia, dando ênfase ao aspecto mental e social. Nesse último, ele inclui outros aspectos, como o político, cultural e histórico. No tocante ao aspecto cognitivo, a teoria se apoia em uma concepção de ideologia como um conjunto de ideias, crenças ou representações socialmente compartilhadas. Já no que se diz sobre o aspecto social da teoria, van Dijk corrobora a ideia de que, como o discurso, as ideologias são essencialmente sociais, especialmente relacionadas a grupos sociais e responsáveis por suas atitudes. Assim se apresenta uma definição de ideologias contemplando esses aspectos:

ideologias consistem em crenças socialmente compartilhadas e não em opiniões pessoais. Além disso, elas geralmente são relacionadas a alguma importância política e social, atitudes conflituosas, por isso temas como aborto e eutanásia aparecem. Essas crenças são fundamentalmente a respeito de gêneros, ser homem ou mulher, em que ideologias feministas ou sexistas aparecem, ou sobre raça e etnia, neste caso ideologias racistas e étnicas aparecem (VAN DIJK, 2001, p. 11).⁹

⁹So ideologies consist of shared, social beliefs, and not of personal opinions. Moreover, they are often about important social and political e conflicting attitudes about abortion and euthanasia show. They are fundamentally about gender, being a woman or a man, as feminist or sexist ideologies show, or about race and ethnicity, as is the case for racist and antiracist ideologies (VAN DIJK, 2001, p. 11). **Lembramos que as traduções realizadas neste texto são de única e total responsabilidade da autora.**

Nesse sentido, a ideologia aqui tomada como crenças socialmente compartilhadas e não como opiniões pessoais, foge de conceitos mais tradicionais como o que apresenta o conceito de ideologia como uma arma estritamente da dominância produzida por um estado opressor (VAN DIJK, 2001). Vê-se, então, uma abordagem que apresenta a ideologia como parte constituinte da vida em sociedade, da vida comum, cotidiana, ou seja, nossas atitudes e aquilo que condiciona nossas preferências estão apoiadas em nossas crenças socialmente compartilhadas, mais precisamente pelas ideologias que compartilhamos em nossos grupos sociais.

Apesar de ideologias consistirem em crenças socialmente compartilhadas, será de grande importância diferenciá-las de *common ground* (base comum), pois as ideologias estão íntima e estritamente ligadas a grupos sociais, e constituem a base da memória compartilhada por esses grupos.

O autor que introduziu a noção de *common ground* (BC) foi Stalnaker (VAN DIJK, 2012b), ele propõe uma discussão para a questão da pressuposição ao afirmar que quando os falantes falam eles pressupõem certas coisas e isso norteia tanto o que eles escolhem dizer quanto o que eles desejam que seja interpretado, o que segundo o autor parece óbvio, mas o que não parece ser tão explícito é como a relação entre os falantes, os pressupostos e as crenças desses falantes se relacionam e como os pressupostos mudam ao decorrer de uma conversação (STALNAKER, 1999). A fim de tentar uma explicação para a questão ele introduz o conceito de *common ground*, segundo o autor:

Quando os falantes querem significar coisas, eles agem com a expectativa de que suas intenções comunicativas sejam, ao mesmo tempo, reconhecidas. Essa ideia nos direciona, naturalmente, para uma noção de base comum (*common ground*), ou seja para uma informação compartilhada mutualmente reconhecida in uma situação ou ato em que se intenciona comunicar (STALNAKER, 1992, p.704)¹⁰

Ou seja, um *common ground* (base comum) é apenas uma crença comum ou mútua compartilhada em uma situação em que se intenciona comunicar; assim, o que um falante pressupõe é o que ele acredita ser uma crença comum ou mútua, não apenas

¹⁰ when speakers mean things, they act with the expectation that their intentions to communicate are mutually recognized. This idea leads naturally to a notion of common ground – the mutually recognized shared information in a situation in which an act of trying to communicate takes place (STALNAKER, 1999, p. 704).

de indivíduos de um grupo e sim de todo um povo de uma região ou nação (STALNAKER, 1999).

Distintas do *common ground*, as ideologias não são estritamente socioculturais e não se pode pressupor que sejam aceitas por qualquer pessoa (VAN DIJK, 2001). São as ideologias responsáveis por tudo que é relevante para a existência dos grupos sociais, ou seja, nosso primeiro passo é reconhecer que as ideologias consistem em crenças socialmente compartilhadas associadas às características específicas de um grupo social, como sua identidade e posição na sociedade (VAN DIJK, 2001). Isso se estende para tudo que é relativo ao grupo, indo além do *status* social desse grupo, sua margem de visibilidade e influência sobre os demais, mas também seus interesses, atualização e reprodução, por exemplo.

Embora as ideologias ditem aquilo que irá nortear as relações dentro do grupo social e fora dele, nem todos os membros estão igualmente familiarizados com elas. Assim, parece haver graus de envolvimento dos membros com o grupo e suas ideologias:

Ainda que as ideologias, por definição, sejam socialmente compartilhadas, obviamente nem todos os membros de grupos sociais as conhecem de igual maneira. Como é o caso dos idiomas naturais, há diferentes graus de excelência no envolvimento do grupo com a ideologia. Os membros podem falar ou atuar sob a base da ideologia adquirida, mas nem sempre podem formular suas crenças explicitamente. Por outro lado, há líderes, magistrados e outros “ideólogos” que ensinam, explicam, incutem nas mentes e explicitamente reproduzem as ideologias do grupo. Da mesma maneira poderíamos assumir que nem todos os membros se identificam com o grupo ideológico da mesma maneira e com igual força (VAN DIJK, 2005, p.14).¹¹

Isto sugere uma linha tênue que separa os grupos ideológicos e determina níveis de envolvimento desses grupos sociais com as ideologias vigentes, isto é, os indivíduos podem estar envolvidos com grupos ideológicos em maior ou menor grau, pois a noção de um grupo ideológico se define pela existência de diferentes atores sociais que podem coexistir sem manter envolvimento entre si, o que nos direciona para a flexibilidade da teoria em explicar os níveis de atitudes ideológicas, ou seja, isso pode

¹¹Aunque las ideologías por definición son socialmente compartidas, obviamente no todos los miembros de grupos las `conocen' igual de bien. Como es el caso de los idiomas naturales, hay diferentes grados de `experticia' e nun grupo. Los miembros pueden hablar o actuar sobre la base de la ideología adquirida, pero no siempre pueden formular sus creencias explícitamente. Por otra parte, hay expertos, maestros, líderes y otros `ideólogos' que enseñan, explican, inculcan y explícitamente reproducen las ideologías de grupo. De la misma manera, podríamos a sumir que no todos los miembros se identifican con un grupo ideológico de la misma manera, y con igual fuerza (VAN DIJK, 2005, p.14).

explicar, por exemplo, como o sexismo se manifesta em diferentes atitudes ideológicas e como ele pode se desdobrar em tipos diferentes de sexismo (VAN DIJK, 2005).

Ressaltamos, ainda, que nem toda a atividade com grupos de indivíduos num mesmo ambiente pode ser chamada de grupos sociais. Para isso, é preciso preencher alguns requisitos. Por isso, um dos principais desafios a serem enfrentados por pesquisadores que adotam a base cognitiva e social para tratar a ideologia é o pressuposto de que elas são propriedades de grupos sociais e que esses grupos podem coexistir sem uma ligação íntima entre eles. Assim, a identificação com o grupo social e o sentimento de pertença a esse grupo será um elemento crucial de discriminação do que pode ser considerado grupo social e o que não pode ser considerado. Passageiros de um transporte coletivo, por exemplo, não são considerados um grupo social, pois não há uma identificação ideológica que una seus interesses e mova suas atitudes semelhantemente, pois não há nada que os faça se identificar com o pronome “nós” e incluí-los como alguém que compartilha as crenças dos outros indivíduos (VAN DIJK, 2005).

Ao atender aos critérios como durabilidade, continuidade, práticas sociais, interesses, relações com os outros grupos, bem como ao sentimento de pertença ao grupo que se expressa tipicamente pelo pronome “nós”, os grupos sociais se constituem por afinidades de interesses e crenças que irão reger a suas práticas sociais (VAN DIJK, 2005). Seguindo tais critérios, podem-se diferenciar grupos sociais de comunidades culturais. Estas apresentam crenças gerais como conhecimento normas e valores que não precisam manter relação com outras comunidades culturais; já aqueles, como anteriormente apresentado, possuem ideologias intrinsecamente ligadas a seus interesses e a suas metas sobre outros grupos sociais (VAN DIJK, 2005); portanto, a comunidade linguística do português do Brasil é uma comunidade cultural que não precisa manter relação com a de Portugal, por exemplo; por outro lado, o grupo de homens casados é um exemplo de grupo social que mantém sua relação com o grupo social representado pelas esposas, por exemplo.

Estabelecida essa diferenciação, vale ressaltar que, nessa proposta, as *normas* e *valores* que organizam nossas ações estão intimamente ligados às ideologias dos

grupos sociais, pois elas basicamente definem o que é bom ou ruim, o que é permitido ou proibido, e a relação e diferenciação entre elas são fundamentais para compreendermos as atitudes de determinados grupos:

Dada a íntima relação entre ideologias e crenças valorativas, assim como ideologia e atitudes, não é de se surpreender que exista uma conexão entre ideologias e valores. Nisso, ambas são fundamentais para a memória social (VAN DIJK, 2001, p.15)¹².

A fim de conhecermos um pouco mais a estreita relação entre a tríade “crenças valorativas, ideologias e atitudes” e como essa relação acontece na situação social discursiva de comunicação, lidaremos com outra parte da teoria sociocognitiva em desenvolvimento por van Dijk: o conceito de modelos mentais. Uma vez que se fale em grupos ideológicos e atitudes ideológicas, uma das principais facetas dos grupos sociais ideológicos é seu poder de influenciar e a sua necessidade de se relacionar com outros grupos; será preciso, então, definir as relações entre os grupos como uma relação de dominância e, por isso, uma relação de abuso de poder. Sendo o abuso de poder um tipo de controle que apresenta uma dimensão cognitiva, isso demonstra que o cerceamento da liberdade de um grupo pode ocorrer de maneira indireta, ao utilizar-se muito mais o controle da mente do que o uso de força física (VAND DIJK, 2012a).

Daí surge um conceito que emerge dos estudos cognitivos e trabalha a questão do controle mental que um grupo pode exercer sobre outro. São os modelos mentais os responsáveis por esse cerceamento da liberdade de um grupo sobre outro, pois eles controlam a produção dos discursos. Desvendar esses modelos mentais faz-se necessário, a fim de delimitar as arestas do discurso dos grupos sociais envolvidos na dominância. Isto pode acontecer de duas formas: mostrando como os grupos poderosos controlam o discurso público e/ou como esse discurso controla a mente e a ação dos grupos (menos poderosos) e quais são as consequências desse controle (VAN DIJK, 2012a, p. 118).

Admite-se aqui “outro elemento de importância para a questão da reprodução discursiva do poder e da dominância, é o próprio acesso ao discurso e eventos

¹²Given the close relationships between ideologies and evaluative beliefs such as attitudes, it is not surprising that there is also a connection between ideologies and values. Indeed, both are fundamental for social memory (VAN DIJK, 2001, p. 15).

comunicativos” (VAND DIJK, 2012a, p 89). Uma vez avaliado como um recurso social valorizado, o discurso distribuído desigualmente entre os grupos sociais e seu acesso sendo restrito às classes sociais mais abastadas, como é o caso dos textos midiáticos e jornalísticos, aqueles que têm menos acesso ao discurso ficam à margem daqueles que controlam a produção e a atualização discursiva e à manipulação que estes podem exercer sobre os discursos produzidos a respeito das minorias e para as minorias. A fim de iniciar uma pesquisa em torno do controle que um grupo ideológico pode exercer sobre outro através do discurso, precisaremos compreender a relação entre ideologia e modelos mentais, como pode processar-se o controle da mente do outro e do próprio grupo social proposto pela ideologia e, ainda, como modelos mentais privilegiados são adotados em lugar de outros e como são propriamente ditos “modelos mentais”.

3.2.1 Ideologias, modelos mentais e produção do discurso

Quando exatamente reconhecemos um discurso sexista, racista ou neoliberal à medida que escutamos ou lemos tal discurso? Esse questionamento nos direciona para a derradeira e não menos importante etapa do funcionamento das ideologias: a produção dos discursos. Compreender como as ideologias influenciam a produção discursiva e a escolha de certas estruturas linguísticas em lugar de outras e os conjuntos de crenças socialmente compartilhadas irão determinar não apenas as atitudes dos grupos ideológicos, mas também a produção de seus discursos enquanto grupos e enquanto indivíduos membros do grupo. Assim a “maneira como alguns homens falam sobre as mulheres obviamente também dependerá da maneira como eles se representam em relação às mulheres” (VAN DIJK, 2005,p. 16), isto é, quem condiciona esse posicionamento social do grupo sexista são as ideologias sexistas e o quanto cada membro compartilha dessas ideologias.

Sendo as crenças dos grupos caracteristicamente ideológicas, no tocante ao aspecto de serem controladas e organizadas por ideologias subjacentes, elas podem assumir diferentes formas dependendo de suas funções sociais, o que poderá definir as diferentes construções discursivas para cada função; algumas podem ser de cunho

político social ou outras condicionam a vida familiar dos membros, mas todas partirão de uma mesma base em diferentes situações, pois um homem médico que produz um discurso sexista agressivo contra a sua mulher subjugando-a irá reproduzir tais ações e discursos em seus pacientes, ainda que o discurso apresente formatos diferentes:

[...] em outras palavras ainda que possamos distinguir tipos diferentes de grupos sociais e ideologias com diferentes funções, podemos supor que necessitamos de uma teoria geral que funcione como a base abstrata geradora de tais diferenças (VAN DIJK, 2005, p. 11).

Aliado ao que foi discutido, podemos acrescentar as estratégias do processamento discursivo com base nos modelos ideológicos tendenciosos e as crenças socialmente compartilhadas. Todas as estruturas linguísticas do discurso são controladas por representações ideológicas subjacentes, ou seja, o uso de certos recursos retóricos e estilos de narração, entre outros, podem revelar estrategicamente as ideologias do falante ou do escritor, por exemplo. Assim o discurso poderá depender tanto de textos ideologicamente tendenciosos, como da maneira ideológica em que os participantes interpretam os eventos, a partir de modelos mentais subjetivos ou mais diretamente de crenças gerais de grupos que são ideologicamente controladas (VAN DIJK, 2005).

Essa teoria também permite que, dadas as condições contextuais específicas, os falantes podem, por conseguinte, esconder ou dissimular opiniões ideológicas; em outras palavras, o discurso nem sempre é ideologicamente transparente e a análise do discurso, por sua vez, nem sempre nos permite inferir quais são as crenças ideológicas das pessoas. Isso sempre depende da definição que os participantes realizam da situação comunicativa, depende do contexto. Em outros termos, nosso conceito de ideologia não é determinista e os membros do grupo social nem sempre necessariamente expressam ou manifestam as crenças dos grupos com os quais se identificam; aliás, o discurso é sempre variável tanto pessoal quanto contextualmente (VAN DIJK, 2005, p.11).

Neste ponto nos deparamos com estruturas mentais responsáveis pelo processo mental de manipulação discursiva, o que configura uma das preocupações de van Dijk quando o assunto é o processo cognitivo de construção do discurso. Por isso, sua proposta defende que existem estruturas linguísticas movidas para ativar modelos

mentais específicos nesse processo, por meio da atualização de modelos mentais na memória de curto prazo (MCP), com base naquilo que possuímos enraizado na memória de longo prazo (MLP):

Em primeiro lugar, o discurso, em geral, e o discurso manipulador, em particular, envolvem o processamento da informação na memória de curto prazo (MCP), resultando basicamente na “compreensão” (de palavras, orações, sentenças, enunciados, e sinais não verbais), por exemplo, em termos de “significados” ou “ações” proposicionais. Esse processo é estratégico no sentido de ser *on-line*, ser propositalmente direcionado, operar em vários níveis da estrutura do discurso e ser hipotético: suposições e atalhos rápidos e eficientes são feitos em vez de análises completas (VAN DIJK, 2012b, p. 241).

Entendemos que manipular é exercer o controle sobre essas estratégias que servem como atalhos cognitivos para uma compreensão rápida e, na maioria das vezes, incompleta e polarizada do evento comunicativo. Dar ênfase em partes dos textos, destacando-os, como fazem as manchetes e *slogans*, é um recurso cognitivo que pode ser rapidamente ativado na MCP, permitindo que essas partes sejam muito mais lembradas do que o corpo do texto, que pode apresentar estruturas mais complexas e com maior número de informações (VAN DIJK, 2012a). É importante destacar que a manipulação é um efeito do discurso cotidiano, não há nada de especial ou incomum nisso; o que tornaria a manipulação uma arma a favor do abuso de poder e da dominância não é o fato de chamar atenção para uma informação e sim privilegiar uma informação em lugar de outra, polarizando assim o discurso.

O processamento rápido *on-line*, do qual falamos no parágrafo anterior, afeta a compreensão estratégica de discursos específicos. Entretanto não é apenas de compreensão rápida de eventos momentâneos e específicos que se faz a comunicação, a maior parte dela é direcionada para a produção de uma manipulação mais estável, para a construção de ideias permanentes na memória de longo prazo (MLP). Nessa parte, estão presentes os conhecimentos, atitudes e ideologias, tudo que nos constitui enquanto pessoas e enquanto membros de um ou mais grupos sociais. Por isso é que certas estruturas linguísticas estão presentes repetidamente em notícias e reportagens jornalísticas a fim de conduzir a manutenção das ideologias e informações as quais desejam manipular e incuti-las na memória de longo prazo dos leitores.

3.2.1.1 Modelos mentais

Desde os primeiros anos do seu nascimento nos anos 80, o conceito de “modelos mentais” tem alçado sucesso em meio aos estudos da psicologia cognitiva em geral. Em linhas gerais, os modelos mentais têm sido concebidos como situações de atos ou eventos dos quais se falam ou pensam a respeito, representados na memória episódica ou memória de longo prazo (VAN DIJK, 1995).

Os modelos mentais também incorporam a interface entre a memória episódica e o conhecimento pessoal dos eventos, de um lado, e as crenças socialmente compartilhadas pelos grupos, do outro. Assim a construção e atualização dos modelos mentais envolvem fragmentos do conhecimento sociocultural tomados no momento da comunicação, enquanto tais crenças ou outras estruturas cognitivas são em parte provenientes de modelos episódicos (*episodic models*), construídos pelos processos de generalização, abstração e contextualização, ou seja, existe uma íntima relação de ativação entre os recursos da MCP e MLP, ao mesmo tempo em que, dada sua natureza individual, modelos mentais também são construídos e atualizados com base nas outras representações derivadas da memória episódica ou pessoal; assim como são gerais, abstratos e pessoais os modelos mentais de evento, os fatos e as atitudes também o são.

É preciso entender, ainda, que os modelos mentais são únicos e pessoais, cuja natureza está ligada a nossa interpretação individual de um discurso e de uma situação específica. “Evidentemente, esses modelos pessoais também envolvem a instanciação de conhecimentos ou crenças gerais, socialmente compartilhadas” (VAN DIJK, 2012a, p. 244). Embora isso seja necessário a fim de que a comunicação aconteça, a natureza dos modelos mentais permanece única e pessoal. Além disso, os modelos mentais não atuam apenas possibilitando-nos a compreensão da fala ou da escrita, eles também são os responsáveis pela compreensão que temos do evento comunicativo como um todo, são os modelos de evento e modelos de contexto que atuam diretamente sobre essas duas etapas do processamento cognitivo.

Em termos de atualização e produção discursiva de modelos mentais preferidos, é importante partir do pressuposto de que todo discurso é controlado pelo contexto. E

esse controle do discurso pelo contexto acontece em duas etapas, que inicia de categorias mais abrangentes até as mais específicas:

A primeira é mais abrangente, diz respeito ao controle do conhecimento geral e das informações que serão manifestas nas estruturas do discurso (nível semântico), na segunda etapa estão os mecanismos que agem na produção efetiva do discurso, responsáveis por controlar todas as estruturas variáveis do texto ou fala, ou seja, como as coisas são ditas e não o que é dito (VAN DIJK, 2012b, p. 146).

Deve-se ressaltar, também, que as experiências vividas pelos grupos sociais precedem a produção dos discursos desses grupos. Desse modo, os modelos de evento, isto é, as situações discursivas vividas pelos grupos sociais podem não apenas influenciar o conteúdo dos discursos subsequentes, mas também as estratégias estruturais desses discursos (VAN DIJK, 2012a).

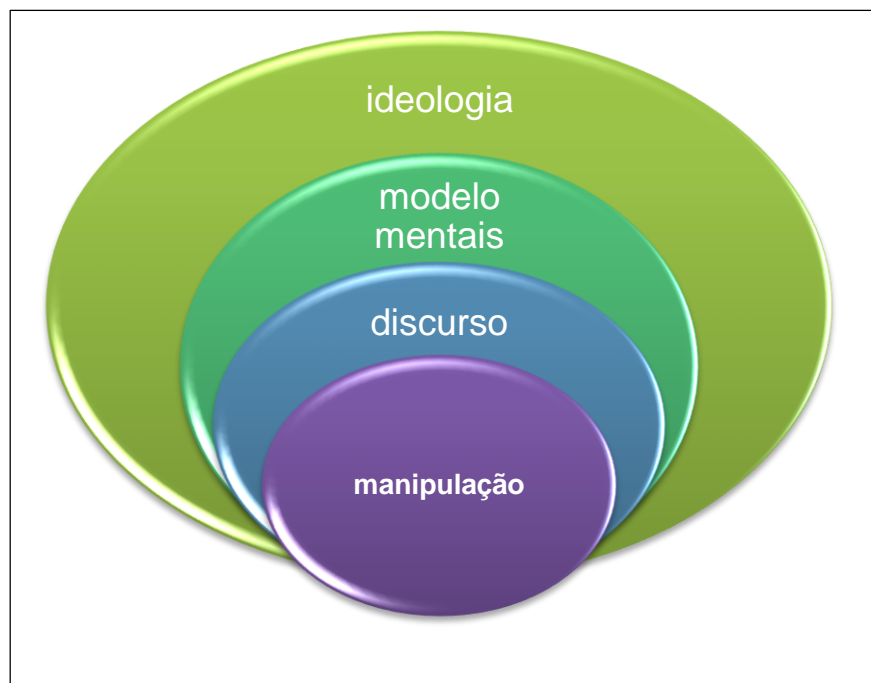
Dessa forma, o discurso e sua interpretação são de caráter subjetivo, podendo influenciar diretamente os modelos de contexto dos receptores, sendo que “as pessoas e as relações sociais são avaliadas com base naquilo que fazem e dizem” esses interlocutores (VAN DIJK, 2012a, p. 146). Nesse sentido, o processo de produção do discurso vai de modelos de evento (modelos mentais relativos a situações ocorridas) aos modelos de contexto (escolhas das estruturas do discurso). Os modelos de evento correspondem “à memória episódica” (memória de longo prazo), suprindo o conteúdo dos discursos, qual seja, aquilo que foi dito, e esses discursos influenciam os “modelos de contexto”, isto é, o processo cognitivo que controla como as coisas são ditas na situação em curso.

Ainda sobre a relevância em manter a relação discurso e contexto, deve-se reconhecer que é “[...] por meio das palavras que usam que os falantes mostram suas identidades, suas relações enquanto participantes, sua adaptação às audiências, suas emoções, seus valores etc. e os tipos de situações em que estão falando ou escrevendo” (VAN DIJK, 2012a, p 238). Fala-se aqui em escolhas lexicais, que são grandes responsáveis por caracterizarem as categorias contextuais, ou seja, de acordo com o estilo e tipos de palavras utilizadas pode-se criar uma nova categoria de modelo de contexto.

É preciso lembrar, porém, que a escolha lexical é, antes de qualquer coisa, definida pelos significados ou pelos modelos de eventos subjacentes dos usuários da língua:

como estratégia geral, as pessoas optam pelas palavras que expressam da maneira mais exata possível a informação específica que está presente nesses modelos de evento (VAN DIJK, 2012a, p. 196). Portanto, há uma relação hierárquica entre ideologia, modelos mentais, discurso e manipulação, e tudo isso por ser revelado pela escolha das categorias específicas de análise. Essa relação está apresentada pelo organograma abaixo:

Figura 2 – Proposta da relação hierárquica entre categorias de análise com base em van Dijk



Fonte: produzido pela autora com base em van Dijk, 2012b.

3.2.1.2 A descrição como recurso revelador de modelos mentais ideológicos

Para van Dijk, há importantes propriedades semânticas que nos podem revelar muito sobre os modelos mentais e conhecimentos envolvidos em uma situação comunicativa. Essas propriedades podem revelar as ideologias dos mais diversos grupos sociais existentes. A “descrição” é uma das mais importantes dessas propriedades semânticas, pois ela permite materializar os modelos mentais:

“importante propriedade semântica do discurso controlada pelo conhecimento privilegiado é o modo como o discurso *descreve* o “mundo”, ou seja, situações, eventos, ações, objetos, pessoas etc.” (VAN DIJK, 2014, p. 598).

Desse modo, a descrição, como propriedade semântica sob a qual atuam os modelos mentais de contexto, será utilizada, nesta pesquisa, com o auxílio de duas de suas subcategorias: **a perspectiva e o nível da descrição**. Sendo que “[...] a perspectiva ou ponto de vista é um dos modos clássicos sob os quais os acontecimentos podem ser descritos, relativamente à localização dos falantes ou receptores” (VAN DIJK, 2012a, p. 243). Dentro dessa subcategoria, van Dijk sinaliza para um *move* conversacional específico descrito em dois movimentos, o “indo até” e o “vindo até”; podemos ressaltar a atividade do agressor de mulheres como indo ao encontro da agressão, cujo ato aparenta não estar previamente respaldado, não parece haver motivos para a agressão ou atos de truculência, assim o agressor simplesmente abusa de seu poder sobre a parceira; já o segundo, vindo até a vítima, compreende o ato de violência sofrido por algum motivo aparente, isto é, ele parece ter sido provocado pela vítima.

Quando falamos em *nível da descrição ou granularidade*, tratamos de uma das subcategorias da descrição que pouca atenção tem recebido nas bibliografias e que será de grande relevância para este trabalho, pois nos possibilitará analisar a descrição de manchetes e *leads* jornalísticos, por exemplo, segundo a generalização dos fatos ou se há a presença de duas inclinações descritivas: uma mais generalizante, menos detalhada com níveis baixos de descrição ou especificações, a outra com funções mais reveladoras e mais específicas que irá analisar o nível de completude do discurso. Quer dizer, se os dados e as informações presentes no discurso do jornal estão mais ou menos *completos*, se há indícios de omissão de informações ou de repetição de dados com fins enfáticos. Essas ações são

[...] operações sobre modelos mentais de evento que podem ser controladas pelas informações presentes nos modelos mentais de contexto, tal como conhecimento prévio presumido, os interesses e ideologias dos receptores e do falante/escritor e seus objetivos (VAN DIJK, 2012b, p. 253).

Com sua relevância para uma pesquisa com enfoque cognitivo e social e a forma como essas dimensões estão relacionadas, a descrição, nesse sentido, não será uma propriedade exclusivamente cognitiva, reveladora de modelos mentais e conhecimentos; ela apresentará, também, uma face reveladora de estruturas sociais mais profundas. Tendo em vista esse assunto, van Dijk enfatiza a necessidade de se manter um íntimo envolvimento entre os construtos sociais e os construtos cognitivos. Vale ressaltar que esse envolvimento só será possível de ser estabelecido pela linguagem, especificamente pelo discurso, sendo ele presente no texto escrito ou na fala.

Daí surge a importância de se considerar categorias de análise como a variação sintática, o léxico, o discurso de autoridade, a evidencialidade, o grau de eufemismo, entre outras, como elementos que apresentam alta sensibilidade ao contexto, pois é por meio da escolha de recursos sintáticos, palavras, expressões metafóricas, entre outros recursos linguísticos, que muitos dos modelos mentais e ideologias podem ser revelados, pois “muitas variantes sintáticas têm uma pluralidade de significados ou funções diferentes, e portanto, precisam ser explicadas” (VAN DIJK, 2012b, p. 230).

3.2.1.3 Categorias reveladoras de modelos mentais ideológicos e mecanismos de manipulação

Por considerarmos que as ideologias são adquiridas individualmente por meio das práticas sociais intragrupo e das relações com os extragrupo, como já foi dito anteriormente, a aquisição do conjunto de crenças que denominamos ideologia é uma das grandes questões da ACD, dos estudos de van Dijk e, por isso, é o foco deste trabalho. Os grupos sociais são responsáveis por organizar não só a aquisição como também a reprodução das ideologias. Isso pode acontecer por diversas formas sociais de educação, doutrinação e treinamento, e é neste âmbito que estão os líderes e os representantes de autoridade como: professores, pastores, padres entre outros (VAN DIJK, 2014). Aqui podemos incluir da mesma maneira o jornalista como um líder de autoridade, uma elite simbólica, capaz de promover a aquisição de ideologias dominantes e reproduzi-las em seus discursos polarizados.

Dessa forma, conhecer as estratégias de manipulação que estão a serviço de um recorte de informações, que polariza ideologicamente o discurso, pode contribuir significativamente para o rompimento ou a não da ativação do processo de vitimização do receptor do discurso manipulador, principal estratégia que promove discursivamente a segregação social e o controle do acesso à informação. Assim, elaboramos um quadro teórico das categorias discursivas que pode demonstrar o funcionamento do discurso ideológico, inclusive do discurso manipulador.

O Quadro 1 servirá como base para posterior seleção e identificação dos elementos de análise, que podem ser apontados no discurso midiático manipulador, com intuito de explicarmos como acontece o processo social e cognitivo da manipulação de informações. Será utilizado também para definir que tipo de crenças está arraigado nessas informações e, por fim, para quais grupos sociais ideológicos essas crenças estão a serviço.

Quadro 2 – Estratégias do processamento discursivo

QUADRO DAS ESTRATÉGIAS DO PROCESSAMENTO DISCURSIVO	
Formação de um modelo de experiência	Dada uma situação social, os atores constroem um modelo mental da situação ou experiência, incluindo a representação mental da cena presente, entre outros elementos. Esse modelo de experiência controla toda a ação dentro da situação.
Formação dos modelos de contexto	Se as situações corriqueiras representadas requerem uma comunicação verbal, os atores formam um modelo de contexto com a mesma estrutura global do modelo de experiência, mas com papéis comunicativos específicos. É este modelo de contexto que de maneira dinâmica e contínua controla todas as outras produções discursivas e certifica que o discurso, em todos os níveis, esteja apropriado à situação presente.
Formação/ seleção de um modelo de situação (situacional)	O modelo de situação é ativado quando um conhecimento dado já foi comunicado, restando ao modelo de contexto selecionar uma informação importante para a aquele momento específico.
Seleção de gênero	Dependendo do evento comunicativo, a seleção de gênero deve ocupar espaço, ao mesmo tempo, que o modelo de contexto, sob a influência dos modelos de contexto e da cena presente.

Semântica	Sob o controle geral dos modelos de contexto e das bases do modelo de situação, a seleção de informação relevante é introduzida pelos módulos semânticos da produção discursiva, que controla a produção de sentido no discurso.
Sintaxe e léxico	As proposições seguem os padrões dos modelos sintáticos e lexicais, para questão de trocas de palavras e sequências sintáticas.
Expressão	A organização sintática emaranhada de itens lexicais tem sido introduzida nas mais variadas e multimodais “expressões modulares”. Estas continuam sob o controle dos modelos de contexto.
Nivelamento (crosslevel)	Todas as expressões não são selecionadas apenas como uma função destacada a respeito do que foi comunicado pelo modelo de evento e do significado produzido pelo discurso numa esfera global e local, fruto desse modelo mental, mas como uma função pragmática do modelo de contexto que condiciona as realizações discursivas apropriadas na situação comunicativa presente.
Descrições	Importante propriedade semântica do discurso, controlada pelo conhecimento privilegiado, é o modo como o discurso descreve o “mundo”, ou seja, situações, eventos, ações, objetos, pessoas etc. Algumas das propriedades da descrição: granularidade do texto, nível do texto, perspectiva, descrição dos atores sociais, descrição da ação.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em van Dijk, 2012a e 2012b.

A partir do quadro acima, iremos delimitar as estratégias do processamento discursivo fundamentais para se pensar o discurso da notícia jornalística em relação e desvendar-lhe as influências ideológicas.

No próximo capítulo, apresentaremos os conhecimentos fundamentais necessários para se conhecer a evolução do texto e deduzi-lhe as expectativas, além de caracterizar a ideologia sexista em nossa sociedade e em nosso discurso, por meio dos estudos da Psicologia Sóciocognitiva que se debruça sobre uma nova vertente de estudos sexistas: o sexismo ambivalente.

CAPÍTULO 4

SEXISMO, IDEOLOGIA E DOMINÂNCIA: BASES DO DESVELAR DE UM SEXISMO AMBIVALENTE

4.1 Ideologias dominantes e grupos dominantes

Este capítulo objetiva tratar de forma mais abrangente o sexismo no Brasil e ampliar as questões denunciadas no capítulo dois desta pesquisa. Dividir os capítulos pareceu-nos mais didático e funcional, pois este conhecimento é exigência imediata para a compreensão da análise do *corpus* e caberia ao leitor consulta-la no início do texto, o que dificultaria a compreensão sequencial. Além, isso possibilitou reduzir o volume de páginas do capítulo dois, o que também auxilia a continuidade da leitura.

Partimos, aqui, do pressuposto de que há duas ideologias de grande impacto nas relações sociais e ações humanas que persistem em nossos dias, o sexismo e o neoliberalismo (VAN DIJK, 2004). É relevante a relação de igualdade que tais ideologias apresentam, pois ambas são criações masculinas, elaboradas por homens e são consideradas como formas de agressividade masculina.

Outro fator importante apontado é a questão da dominância ou hegemonia dessas ideologias sobre as demais (VAN DIJK, 2004). Apesar de o neoliberalismo caracterizar-se mais especificamente como hegemônico ou dominante em nossos tempos, sua relação intrínseca com o sexismo não pode ser ignorada, pois a estratégia de hegemonia passa pelo pressuposto da existência de duas características essenciais: uma de ordem política, que diz respeito à “solidez” e à “consistência” do projeto engendrado pelo grupo dominante; e a outra é de ordem econômica, corporativa, referente à capacidade de atender às necessidades diversas e específicas dessa classe ou grupo social (GRAMSCI, 1978, p. 33).

Desse modo, as ideologias dominantes são construídas por um poder específico; no caso da nossa sociedade, trata-se do poder de um grupo social masculino que atua com crenças e ações sobre os outros grupos sociais. Isso quer dizer que as mulheres, que constituem o outro grupo, além de sofrer a dominação, ainda tendem a adotar as crenças pré-construídas pelo grupo dominante, por exemplo, pois de acordo com

Gramsci (1978), parece ser muito comum um determinado grupo social, em situação de desigualdade social ou em condição de subordinado a outro grupo, adotar a concepção de mundo do grupo dominante, mesmo que ela esteja em contradição com suas crenças ou sua vida diária.

No contexto do sexismo, portanto, as crenças desenvolvidas pela dominância masculina e aceitas pela classe subordinada, a de mulheres e crianças, agirão sobre as mentes dos grupos subalternos, a fim de garantir a permanência da dominância no poder. Desse modo, não será fácil para a classe ou grupo dominado desenvolver uma contra hegemonia, a menos que seja instaurado um novo tipo de Estado e, por conseguinte, nova ordem intelectual e moral, ou seja, novas bases ideológicas dominantes (GRAMSCI, 1978, p. 100).

De acordo com as características das relações sociais de dominância e hegemonia apresentadas por Gramsci (1978) e sinalizadas por van Dijk (2004), podemos estabelecer uma relação íntima entre o quadro atual de violência contra a mulher e as ideologias dominantes sexistas de nossos dias. É sabido que a dominação masculina impera desde o princípio da formação dos Estados independentes e do que chamamos de civilização, ainda que existam movimentos de resistência. Como já foi dito no início desta pesquisa, nunca houve no mundo uma mudança de ordem social que promovesse a ascensão de outro grupo ao poder, como o de mulheres e negros, por exemplo.

Por isso, acreditamos que, para compreender melhor as ações de violência dos grupos sexistas sobre as mulheres nas últimas décadas, será importante estabelecer um estudo que não se baseie apenas nos comportamentos dos agressores, mas também que estabeleça os tipos de sexismo existentes, como eles dialogam entre si e com os grupos sociais e, por fim, que leve em conta sua natureza comportamental; em outras palavras, em que situações essas ideologias podem embasar ações de natureza violenta e coerciva.

4.2O que é sexismo: preconceito, discriminação ou mais?

Um cotejo entre teorias sociocognitivas e psicossociais possibilitou-nos um olhar sobre o sexismo que, até então, consistia em maior interesse da psicologia e da psicanálise. Trata-se de um sexismo traduzido como preconceito e em alguns momentos como discriminação. Essa conclusão de que o preconceito sexual existe e está enraizado em nossa sociedade foi possível “pelo delineamento dos limites de poderes entre os grupos sociais minoritários e majoritários” (FORMIGA; ARAUJO; CAVALCANTE, 2007, p 63).

Muitas formas de preconceito e discriminação sexistas são encontradas em nossos dias e poucas delas são questionadas ou consideradas como politicamente incorretas por homens e mulheres. É o caso de privar a mulher de um emprego que exija trabalho braçal, uma vez que se considera a mulher como frágil ou débil para tal empreitada.

Decerto que não permitir o acesso da mulher a determinados cargos sob o pretexto de ela não estar apta ou por não apresentar a estrutura física de um homem é um ato que está em profunda relação com a ideia de que a mulher merece ou precisa ser tratada de forma diferenciada, cuja base ideológica provém do sexismo. Isso nos faz questionar os tipos de sexismo existentes e os fatores que contribuem para que os diversos grupos sociais, principalmente os que sofrem dominação, não tenham consciência da ação negativa das ideologias discriminatórias promotoras de desigualdade social, as quais também ativam em seus atos de comunicação social de sua vida rotineira.

Há, dessa maneira, conjuntos de crenças sexistas diferentes e a teoria da inferioridade das mulheres diante dos homens faz parte desses conjuntos. O crucial é que nenhum desses conjuntos de crenças implica igualdade de gêneros sociais; pelo contrário, eles vão de encontro à garantia dos direitos assegurados pela Constituição Brasileira, reformulada em 1988, que diz:

Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRAZIL, 2004, p. 48).

Desse modo, se homens e mulheres são iguais. Esse direito não conferido às mulheres caracteriza formas de agressividade masculina ou discriminação social ou sexual (VAN DIJK, 2004). Para adentrarmos um pouco mais na questão psicossocial e cognitiva das ideologias sexistas e suas diferentes manifestações, iremos nos apoiar em uma nova definição desse conceito para além da visão de preconceito ou discriminação ideológica. Assim, a psicologia sociocognitiva concebe sexismo como “um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo” (FORMIGA; ARAUJO; CAVALCANTE, 2007, p.63). Essa concepção individualista será amparada pelo conceito de ideologia de van Dijk, com fortuito acréscimo da questão social, fundamental para se pensar as relações sociais dos envolvidos nos atos de agressão.

Como já foi dito anteriormente, as manifestações do sexismo atual não são mais vistas como atos deflagrados extremos de hostilidade em relação ao outro, ou especificamente às mulheres; elas também acontecem de maneiras mais sutis, veladas ou nem sempre com atitudes negativas. Não há apenas um sexismo estritamente negativo, unilateral, com características precisas e bem delimitadas, nas diversas vertentes para o sexismo. Por essa flexibilidade de poder obter manifestações consideradas não negativas ou com suas intenções negativas veladas, fala-se, então, em *sexismo ambivalente*. Essa ambivalência denota ainda maior necessidade de estudar criticamente o sexismo. Por outro lado, as ferramentas para medir e mensurar as manifestações sexistas são pouquíssimas; conta-se essencialmente com os trabalhos de Glick e Fisk (1996) com o “Inventário do Sexismo Ambivalente” e os trabalhos de Formiga (2004); Formiga, Gouveia e Santos (2002); Formiga, Araujo e Cavalcante (2007) e Formiga e Neta (2009) no Brasil.

Por isso, no próximo tópico iremos nos aprofundar nessa definição de sexismo denominada ambivalente e no modo como as contribuições dos estudos da psicologia sociocognitiva constroem os conceitos que irão embasar nossa pesquisa. Além disso, compreender as vertentes do sexismo será entender como sua natureza ideológica tem se atualizado ao longo dos anos.

4.3 Sexismo ambivalente

Em nossos dias, muito se fala sobre direitos e deveres mais igualitários para homens e mulheres com o avanço da tecnologia e do relacionamento interpessoal. Ainda assim, o mundo atual não pode compreender como a violência contra a mulher aumenta a cada dia. Uma tentativa de avançar em direção a uma explicação para fatos como esse está no estudo da própria natureza da ideologia sexista e suas manifestações, pois há formas de sexismo que não são consideradas hostis e outras não tão hostis, como já adiantamos em parágrafos anteriores.

Por isso, tratar o sexismo como ambivalente é trazer seu conteúdo e ações à tona em todos os níveis de ação cognitiva e em todas as classes sociais. Além da antipatia e hostilidade a um determinado grupo social, lidamos em nossos dias com formas sexistas bem-aceitas socialmente, algumas pouco ou nada questionadas e outras ainda não reconhecidas pela população. Um exemplo disso é que muito se fala sobre a agressão física contra as mulheres, algo que é considerado pela maioria como hostil e inaceitável, mas ainda há grande tolerância contra a agressão verbal que elas podem sofrer dentro de seus lares, por exemplo. Como seu nome já sugere, o sexismo ambivalente apresenta-se em duas diferentes modalidades: *a hostil* e *a benévola* (GLICK; FISKE, 1996). Definir essas duas vertentes poderá auxiliar na identificação dos grupos que as adotam e como são qualificadas suas ações.

O **sexismo hostil** foi um grande conhecido da sociedade medieval. O que mais impressiona é que ainda se apresente em nossos dias com bases muito semelhantes àquelas quinhentistas. O pensamento central que sustenta tal sexismo é o da intolerância e preconceito contra a figura da mulher no desempenho de qualquer papel social de poder ou decisão. Não é permitida à mulher ascender socialmente, delimita-se uma hierarquia vertical em que a mulher deve ocupar o papel de mãe, esposa e do lar, enquanto ao marido é conferido o papel de líder intelectual e econômico dessa família, sendo, pois, a figura de provedor que prevalece na figura do marido. Nessa modalidade de sexismo, qualquer tentativa de tomada de decisão pela mulher é interpretada como uma tentativa de golpe ou tomada de poder, senão de desrespeito (FORMIGA, GOUVEIA; SANTOS, 2002).

Ainda nas relações afetivo-conjugais envoltas pelo pensamento hostil, o casamento é visto pelo grupo social masculino como um golpe da mulher que deseja usar o

envolvimento marital para controlar o homem, seus horários, suas saídas com os amigos e este não deve se comprometer, a fim de evitar a dominação e, portanto, a falta de liberdade que o casamento proporciona. Apesar de ainda encontrarmos esse tipo de manifestação em nossos dias, combatê-la tem sido uma tarefa menos árdua do que a outra modalidade que apresentaremos a seguir, uma vez que o sexismo hostil é de mais fácil identificação e não é bem-aceito pela sociedade de hoje. É justamente isso que faz com que novos “esquemas mentais” sejam manifestos em nossos dias, no sentido de (des)velar a sutileza das novas ações sexistas (FORMIGA; NETA, 2009).

Dessa necessidade de atualização da ideologia sexista, surge o conceito de **sexismo benévolo**, que “se refere a uma atitude positiva, aparentemente não preconceituosa em relação à mulher, evidenciando o sentido paternalista que a descreve como pessoa frágil, que necessita atenção, mas que também pode complementar o homem e sua existência” (FORMIGA; GOUVEIA; SANTOS, 2002, p. 106). Exemplos dessa manifestação aparentemente contrária ao exemplificado no sexismo hostil é a ideia de que o homem deve ter uma mulher para si, de que as mulheres devem ser tratadas como flores, de que a mulher é frágil, um tanto débil para certas atividades, mas é a mais bem-preparada para tomar decisões sentimentais. Atribui-se à mulher, no sexismo benévolo, a responsabilidade pela educação dos filhos e isso culmina com a ideia de que o homem precisa de uma mulher para ajudá-lo a amadurecer cognitivamente, entre outras ideias que tendem a reforçar esse tipo de sexismo.

Embora em tais situações pareça haver uma valorização da mulher (FORMIGA; SILVA NETA, 2009), ainda existe a sua subjetivação em um ser sentimental, preso à sua natureza biológica maternal, um tanto instintiva, o que lega à mulher uma condição marginal na tomada de decisão ou em papéis sociais que denotam poder. Nesse aspecto, não há diferença entre a **perspectiva hostil e benévola**, pois ambas constituem um conjunto de crenças e valores humanos, construtos ideológicos criados por elites simbólicas masculinas e aceitas pelo grupo social subalterno, sendo esses conjuntos de crenças e valores incorporados às ideologias do grupo social dominado, ou seja, o grupo das mulheres (VAN DIJK, 2005; GRAMSCI, 1978).

Dessa forma, a aceitação dessas ideologias (GRAMSCI, 1978) pode levar ao conformismo, qual seja, as mulheres podem acostumar-se ao sexismo benévolo e não

o combater como é feito ao sexismo hostil. Um fator que atenua as possibilidades de resistência a essa modalidade de sexismo é o ato dos homens em rejeitar as críticas das mulheres contra as atitudes preconceituosas geradas pela modalidade sexista sutil, pois uma simples rejeição realizada pela mulher poder ser considerada um exagero pelo grupo dominante:

Esse tipo de sexismo – o benévolo ou sutil – ao ser explicado a partir dessas funções valorativas, permite compreender que a pessoa que adere a esses valores seria capaz de produzir um discurso conformista em relação à dinâmica social considerando-a como inalterável, sendo assim, não lutar contra e aceitar, bem como, na maioria das vezes, se engajar na dinâmica social de que qualquer forma de achincalho ou chacotas em relação às mulheres não teria nada com a pessoa ser preconceituosa, e sim, tratar-se-ia apenas de uma brincadeira e que a pessoa que manifestasse a indignação quanto a esse fato seria exagerada e ‘neurótica’ quanto à situação considerada preconceito (FORMIGA; NETA, 2009, p. 181).

Podemos observar o surgimento do fenômeno da ambiguidade interpretativa, pois o autor do ato preconceituoso leva a vítima a acreditar que o preconceito está em sua interpretação e não no conteúdo da “brincadeira”. Assim culpar a vítima torna-se um escape para o ato preconceituoso, vexatório ou discriminante realizado pelo grupo social/indivíduo que pratica esse ato.

Desse modo, ainda que o sexismo benévolo possa motivar o desenvolvimento de relações sociais positivas entre os dois grupos sociais, homens e mulheres, seu efeito sobre as relações maritais em que a visão da mulher como adjutora pode estimular no homem a confiança de relatar seus sentimentos a ela ou mesmo em tê-la como alguém com quem ele pode ser mais sentimental, não acarreta mudança no caráter socialmente maléfico do sexismo, pois as ideologias podem ser “boas” ou “ruins” dependendo das consequências das práticas sociais que estão embasadas nessas ideologias (VAN DIJK, 2005, p.14).

Dessa forma, podemos compreender que o sexismo benévolo pode não ser o responsável pelas atitudes hostis ou atos de coerção violenta, entretanto ele permanece como agente da segregação social, uma vez que suas ações podem ser também classificadas como negativas. Tal característica do sexismo ambivalente nos permite ir além da sua própria condição ideológica e lançar olhares às atitudes promovidas por essa ideologia e como tais ações podem revelar ainda mais detalhes da dominância masculina. Vejamos a evolução do sexismo ambivalente na Figura 3.

Figura 3 – A evolução do sexismo ambivalente enquanto ideologia dominante



Fonte: quadro produzido pela autora com base em Formiga, Gouveia e Santos, 2002.

4.3.1 Sexismo, atitudes e violência contra a mulher

De acordo com o estabelecido, uma característica fundamental das ideologias é seu caráter social, pois as ideologias não são crenças pessoais, mas sim crenças socialmente compartilhadas pelos grupos sociais, como também é o caso de normas e valores (VAN DIJK, 2005). Por isso, atitudes semelhantes podem ser vistas pelos membros de um mesmo grupo e isso os caracteriza como um grupo social. No caso do grupo social composto por homens, que vimos ser o produtor e reproduzidor da ideologia sexista, a maioria dos homens que constituem esse grupo compartilha das mesmas crenças e podem reproduzir as mesmas atitudes.

Uma vez que sejam gerais e abstratas, as ideologias falam muito sobre os princípios gerais dos grupos e, apesar de apresentarem um caráter generalizante, elas são

imitadas pelas especificidades da dominância social a qual pertence e suas bases ideológicas (VAN DIJK, 2005). Por esse motivo, os indivíduos que pertencem ao grupo social formado por homens são limitados pelas ideologias pertencentes a esse grupo, que ditam as características das atitudes de suas atividades.

Entretanto, algumas pessoas podem questionar o grau de envolvimento dos indivíduos de um determinado grupo social com as ideologias do grupo social composto por homens. É o caso da ideologia sexista, pois nem todos os homens estão de comum acordo com o sexismo hostil, optando por uma postura mais pautada no sexismo benévolo, ou outros adotam a postura do sexismo hostil, porém mais paternalista protetora e menos coerciva.

Embora haja níveis de envolvimento dos grupos sociais com o sexismo ambivalente, todos os membros compartilham de parte da ideologia dominante para esse grupo (VAN DIJK, 2005; FORMIGA; SILVA NETA, 2009), o que nos leva a questionar sobre as mais diversas situações em que o sexismo se manifesta, principalmente em sua vertente benévola ou sutil.

Desse modo, não seria possível compreender as manifestações do sexismo e as atitudes sexistas de nossos dias sem a possibilidade de se pensar o sexismo benévolo, pois as versões mais flagrantes do sexismo hostil não compreendem todas as atividades sexistas e atos mais sutis não poderiam ser estudados ou tratados como preconceito; por isso, pensar os casos de agressão contra a mulher nos dias atuais é refletir sobre o sexismo ambivalente e o desenvolvimento de suas duas modalidades.

Isso porque apenas um tipo de sexismo não poderia explicar comportamentos que variam ao longo da vida dos membros de um grupo social. “As ideologias são adquiridas em um processo gradual e às vezes mudam através da vida e outras vezes precisam ser relativamente estáveis” (VAN DIJK, 2005, p. 10). Nenhuma pessoa acorda feminista ou pacifista de uma hora para a outra, mas uma vez inserida em um determinado grupo tenderá a seguir as atitudes ideológicas desse grupo. É o caso da relação direta entre as fases da vida do homem e o seu grau de envolvimento com o grupo social e com o sexismo.

Conforme as definições de sexismo expostas neste capítulo, poderemos estabelecer os critérios metodológicos de seleção das notícias escolhidas para compor o *corpus*, além da escolha das categorias de análise.

CAPÍTULO 5 METODOLOGIA

5.1 Processo de escolha do *corpus*

Neste capítulo, iremos estabelecer os critérios de seleção do *corpus* e etapas metodológicas para esta pesquisa. Começamos pela escolha do tema, que inicialmente escolhido, pensamos na escolha de um *corpus* que estivesse de acordo com a proposta do tema, a fim de se verificar a existência ou não de ideologias sexistas. Entendemos que pensar o sexismo como ideologia dominante é pensá-lo como base de influência para construção de discursos produzidos por uma elite dominante, assim como pelas instituições midiáticas, incluindo a mídia jornalística impressa.

A mídia jornalística é responsável por veicular grande parte das informações a que podemos ter acesso em nossa vida e seus discursos podem contribuir direta ou indiretamente para a formação de opinião e influenciar os níveis de leitura do receptor desse discurso. Além disso, os textos jornalísticos impressos se sobressaem aos digitais por manter a característica de documento, sem a passividade de alterações do jornal digital (VAN DIJK, 1995). Por isso, escolhemos notícia impressa como um meio pelo qual as marcas da ideologia sexista podem ser reveladas.

Com base nesse pensamento, realizamos uma busca por instituições midiáticas que produzem jornais impressos e que atendem aos seguintes critérios: a) número significativo de leitores dentro de sua região de alcance; b) número de publicações semanais voltadas ao tema “violência doméstica” ou “violência contra a mulher”; c) credibilidade com o leitor das classes sociais conhecidas como “classe média” ou “classe média alta”. Além desses critérios, entendemos que delimitar o alcance territorial do jornal assume uma grande importância para a pesquisa, pois a escolha da instituição jornalística está diretamente relacionada ao acesso sobre o tema “violência contra a mulher” em seu território de abrangência.

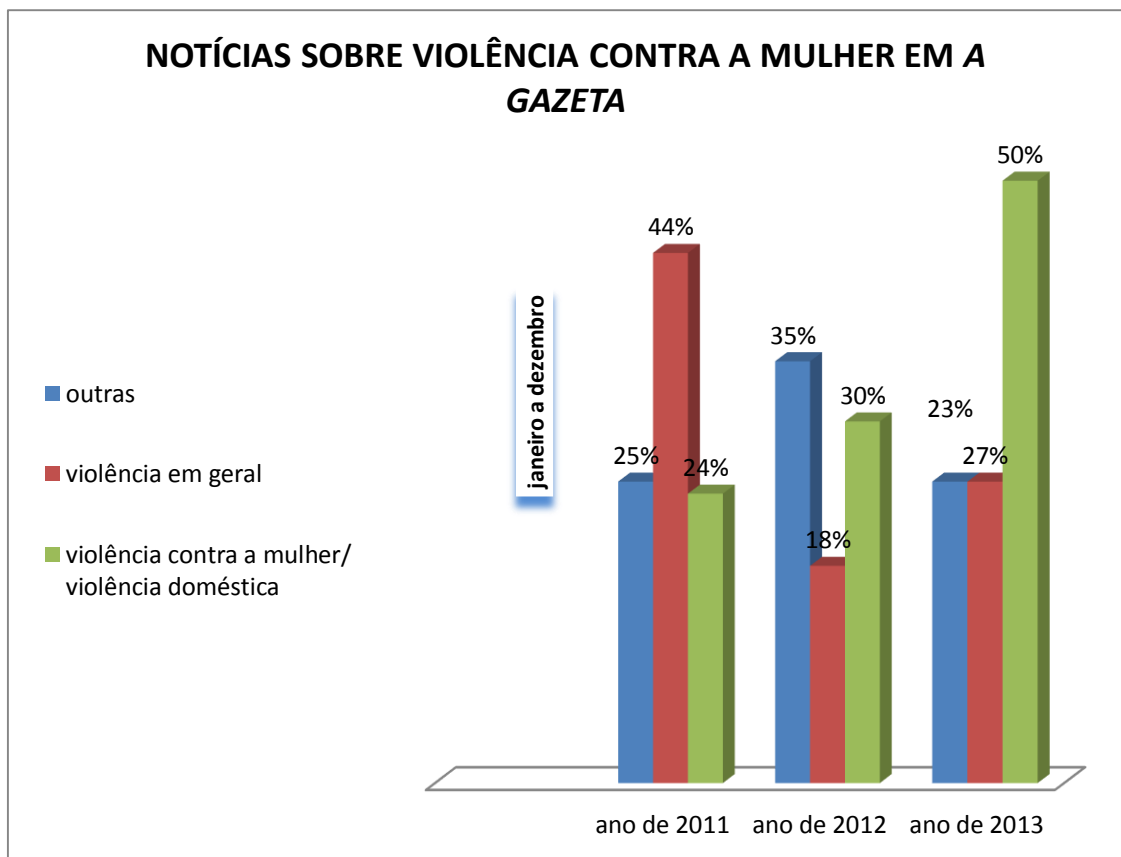
Pelos motivos elencados, escolhemos o jornal *A Gazeta* como a instituição jornalística que, além de ser detentora de todas as características anteriores, está localizada no

Estado no qual se concentra o maior número de casos de homicídios contra mulheres do país: o Estado do Espírito Santo.

Após a escolha do referido jornal, realizamos uma pesquisa quantitativa interpretativa, a fim de confirmarmos a possibilidade de levantamento do *corpus* para a comprovação ou não de nossas hipóteses sobre ideologias sexistas em notícias veiculadas no jornal. Para a seleção do *corpus*, utilizamos a ferramenta de investigação disponibilizada pela própria instituição jornalística em sua biblioteca e centro de pesquisa, que permite a busca no acervo do jornal por palavras-chave ou sintagmas. Dessa maneira, utilizamos essa ferramenta de busca por meio de palavras que julgamos importantes para o tema: violência, mulher, agressão física, homicídio e termos como delegacia da mulher, violência contra a mulher e violência doméstica.

Restringimos a pesquisa na rede de dados do jornal referente aos anos de 2011, 2012 e 2013 e obtivemos os seguintes dados, conforme o Quadro 2:

Quadro 3 – Tipos de violência presentes em notícias de *A Gazeta* nos últimos três anos

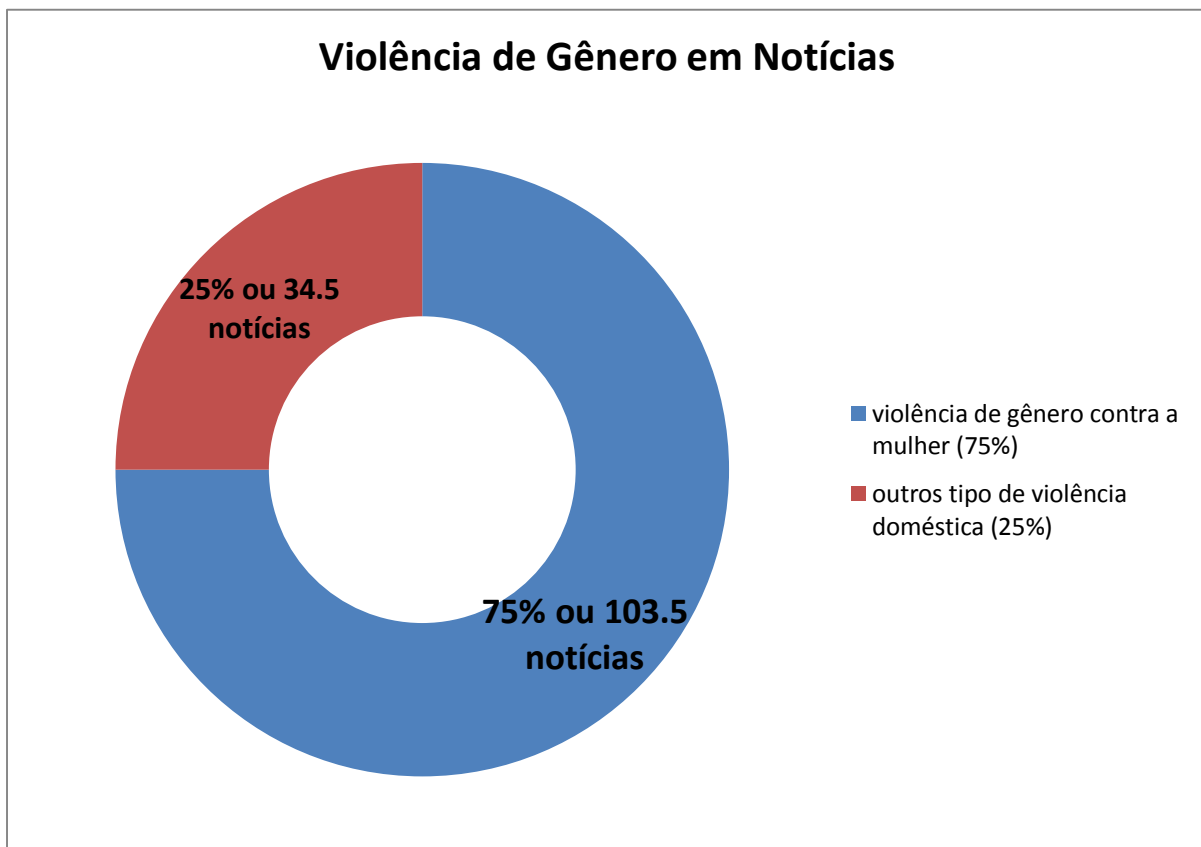


Fonte: Gráfico produzido pela autora, 2015.

Desse levantamento inicial, verificamos que no ano de 2013 houve um número elevado de publicações sobre o tema proposto e, por isso, optamos em um primeiro recorte que compreende a seleção das notícias divulgadas durante o ano de 2013. No referido ano, encontramos o registro de 186 (cento e oitenta e seis) notícias e reportagens, publicadas no período de janeiro a dezembro.

Diante desse número de notícias, fizemos uma primeira seleção no sentido de escolher aquelas que tratam da violência contra a mulher em suas relações afetivas, isto é, que se referem à violência afetivo-conjugal, e desconsideramos outros tipos de violência doméstica que envolvem outras situações (mãe e filho, estupro, idosa, entre outras). Dessa seleção, restaram 138 (cento e trinta e oito) notícias cujo tema especificamente remete à violência de gênero contra a mulher.

Quadro 4 – Violência de gênero nas notícias



Fonte: Gráfico produzido pela autora, 2015.

Caracterizar o tipo de violência sofrido pelas protagonistas das notícias revelou-se um desafio, juntamente com a seleção do tipo de envolvimento entre os atores sociais dos fatos relatados. Rejeitados os demais casos, os casos de violência em que os envolvidos apresentavam algum tipo de relação afetivo-conjugal foram privilegiados, uma vez que o Estado identifica esses tipos de relacionamento como estáveis e confere às partes certos direitos matrimoniais, ainda que não tenham contraído o matrimônio. Isto pode aumentar a responsabilidade social entre os participantes no relacionamento, além de preconizar direitos e deveres de um com o outro.

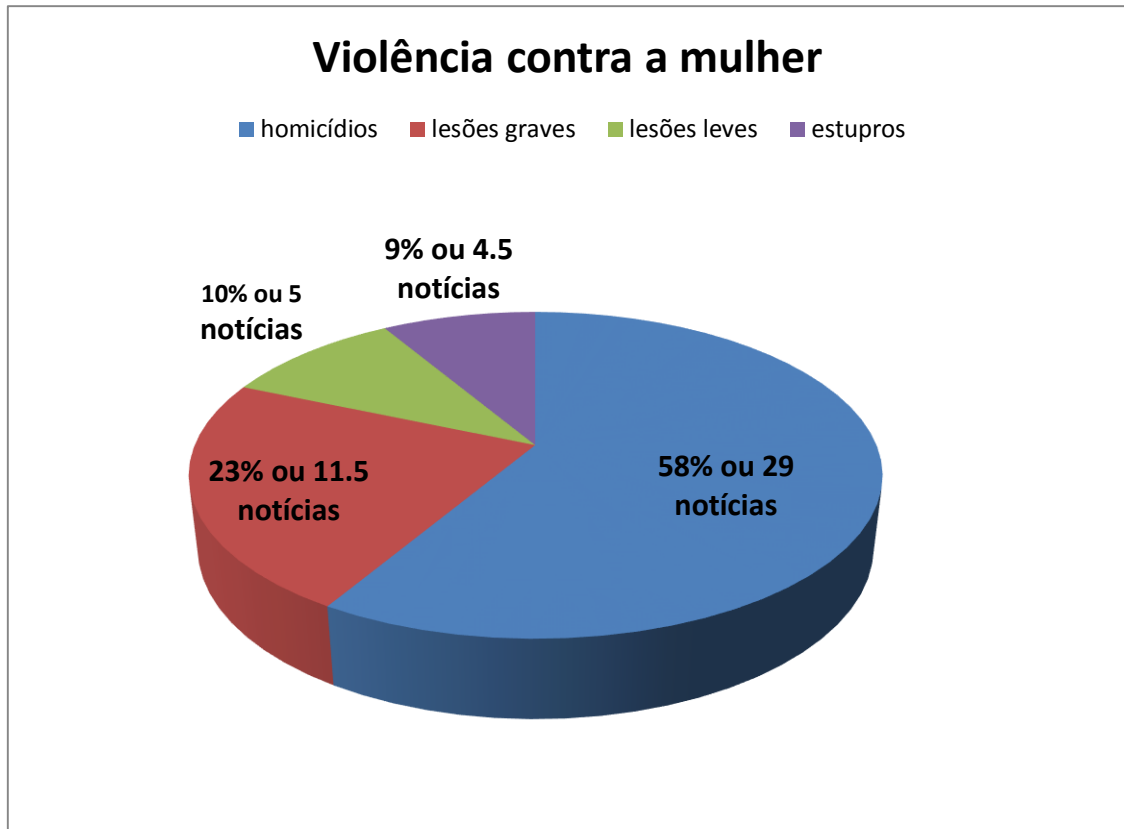
Diante do número expressivo de notícias sobre o tema, decidimos, ainda, por outro recorte e selecionamos 50 (cinquenta) notícias em que a violência retratada é narrada em um cenário que envolve casos de lesões graves ou homicídios contra a mulher.

As 50 (cinquenta) notícias com o tema “violência afetivo-conjugal contra a mulher” foram selecionadas, das quais vê-se que a maior parte apresenta casos de lesões graves e homicídios, enquanto outra parte compreende casos de agressões caracterizadas como leves¹³.

Além disso, separamos um espaço para casos específicos de estupro. Vejamos o Quadro 4:

Quadro 4 – Tipos de violência encontrados nas notícias selecionadas de *A Gazeta*

¹³Tomamos aqui a noção de lesões corporais leves e graves segundo está descrito no Código Penal Brasileiro DL. 002.848.1940, na Parte Especial – Crimes contra a pessoa, Capítulo II – das lesões corporais, art. 129 que diz: ofender a integridade corporal ou a saúde de alguém, desta feita, pequenas equimoses ou ainda ínfimos arranhões são considerados como lesões corporais leves, logo, em decorrência da reprimenda cominada, de três meses a um ano de detenção, a tramitação do procedimento observará as disposições contidas na Lei Nº. 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cível e Criminal). A primeira consequência que torna a lesão corporal grave é a que produz, como resultado, a incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, como bem assinala o inciso I do §1º do artigo 129. Cabe frisar que a locução *ocupação habitual* não é interpretada como sinônimo de trabalho diária; ao contrário, tal locução é detentora de um sentido mais amplo, abarcando todas as atividades praticadas pela vítima.



Fonte: Gráfico produzido pela autora, 2015.

Desse quadro, podemos compreender que o número de homicídios lidera os casos narrados pelas reportagens com 58% dos casos; os casos de lesões graves viriam na segunda posição com 23% dos casos narrados, enquanto os demais casos viriam com menor número de publicações, respectivamente 10% para os casos de lesões leves e 9% para os demais casos de abuso, especialmente os de estupro. Apesar desse número expressivo de casos de homicídio, optamos por estabelecer um recorte que visasse apenas os casos de lesões graves, exclusivos, além dos casos de homicídios, os demais casos. Isso porque foi possível observar duas características principais que diferenciaram as notícias sobre lesões graves de homicídios ou outros atos cometidos contra a mulher. São elas:

- a) Apresentação de entrevistas ou pequenas transcrições de falas das vítimas;
- b) Não identificação dos envolvidos com uso de nomes próprios, diferente dos casos de homicídios.

Depois de observadas essas características e estabelecidos os critérios, realizamos uma última seleção dentre as notícias arroladas, que narravam casos de agressão graves realizadas contra a mulher dentro de tipo de relacionamento afetivo-conjugal e, assim, estabelecemos o número final de 8 (oito) notícias, entre as 50 (cinquenta) selecionadas, todas extraídas do jornal impresso diário *A Gazeta*, publicadas em 2013, para aplicação da análise qualitativa de acordo com as categorias escolhidas. Todo o desenrolar metodológico esteve motivado pela busca de um *corpus* que pudesse atender às necessidades desta pesquisa, que propõe identificar e explicitar o funcionamento de ideologias sexistas, na construção do discurso midiático, e contribuir para demonstrar as possibilidades de análise de uma proposta sociocognitiva multidisciplinar, como é o caso da Análise Crítica do Discurso, principalmente a desenvolvida por van Dijk.

5.2 Aspectos teórico-metodológicos para escolha de categorias de análise

A fim de procedermos à análise qualitativa das reportagens selecionadas para amostragem neste trabalho, realizamos a seleção de oito categorias de processamento discursivo e estruturas linguísticas que trabalham para o discurso manipulador no processo de aquisição e reprodução das ideologias dominantes. Essas categorias foram escolhidas tendo em vista a sua natureza, pois algumas são categorias linguísticas que irão promover um enfoque no significado, no léxico, na sintaxe, por exemplo, e essas estruturas revelam modelos mentais de contexto e são organizados pelos mesmos modelos, que, por sua vez, fazem parte de estruturas do processamento discursivo que estão diretamente ligados a nossa produção discursiva diária, em outras palavras, ao nosso discurso cotidiano. Já outras estruturas presentes na retórica e na estilística, como eufemismos ou dramatização/polarização, irão direcionar muito sobre o conteúdo desses discursos e as ideologias construtoras de modelos mentais.

Toda a seleção foi motivada pelo *corpus* a ser analisado, pois nosso objetivo é buscar categorias que possam direcionar nossa pesquisa para explicar, numa proposta que visa macroestruturas sociais, estratégias de manipulação ideológica recorrentes.

Dividimos, assim, a seleção realizada em um quadro teórico que apresenta as oito categorias de análise:

Quadro 5 – Categorias de análise adotadas para a análise do *corpus*

CATEGORIA DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA
AGENTIVIDADE Versus PASSIVIDADE	Caso específico de variação de perspectiva com foco na estrutura sintática entre estruturas ativas e passivas; podemos contar um ato como alvo em que alguém se engaja (Agente) ou como algo que alguém passa (Paciente). Sabemos que a voz passiva é a construção sintática em que o objeto direto toma a função de sujeito e o sujeito de agente da passiva (quando determinado) (ABREU, 2003, p 117) isso pode, semanticamente deslocar os atores sociais mais importantes e substituí-los por suas ações.
AUTORIDADE	Consiste em recorrer ou fazer menção a autoridades que podem dar suporte aos discursos. Esse recurso costuma utilizar-se de falácias ao apoiar-se em especialistas ou líderes nacionais.
EVIDENCIALIDADE	Consiste em reunir fatos ou evidências que possam comprovar os argumentos, conhecimento ou opiniões compartilhadas pelo discurso. Isso acontece por meio do uso de figuras de autoridade.
EUFEMISMO	Figura retórica que visa a amenizar ou suavizar o efeito semântico que certas escolhas podem despertar no receptor/leitor.
DESCRIÇÃO DE ATORES SOCIAIS	Consiste em utilizar-se de uma descrição pendular, os atores sociais serão descritos de acordo com a ideologia do grupo a que pertence. Há uma tendência em

	descrever positivamente os membros do intragrupo e negativamente os do extragrupo .
DRAMATIZAÇÃO E A POLARIZAÇÃO	Consiste em adotar um posicionamento ideológico específico e ignorar os outros posicionamentos possíveis;
LEXICALIZAÇÃO	Consiste em promover escolhas lexicais que podem acentuar ou atenuar certas características dos membros dos grupos e suas ideologias, de acordo com o interesse da instituição e do discurso manipulador.
VITIMIZAÇÃO	Consiste num posicionamento ideológico que constrói a imagem do receptor do discurso como incapaz ou não detentor de informação suficiente para produzir julgamento.

Fonte: Quadro produzido pela autora, 2015.

Definidos os critérios de análise, no próximo capítulo iremos desenvolver a análise do *corpus* norteada pelos objetivos já definidos nesta pesquisa.

CAPÍTULO 06

UM ESTUDO CRÍTICO DO DISCURSO IDEOLÓGICO CONSTRUÍDO EM NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER

6.1 A escolha do texto midiático como *corpus* e o papel das mídias na atualização de ideologias

Antes de problematizarmos o papel social das mídias em nossa pesquisa, será preciso dizer que van Dijk não se preocupa em definir mídia em seus trabalhos. Entendemos, contudo, que a definição de mídia proposta por Charaudeau (2006, p. 21) como “o conjunto dos suportes tecnológicos que têm o papel social de difundir as informações relativas aos acontecimentos que se produzem no mundo-espço público: imprensa, rádio e televisão” não se difere da noção tomada por van Dijk como pressuposto em seus textos.

Ainda que não proponha, especificamente, um conceito de mídia, van Dijk deixou explícito o conceito amplificado de *News Media* com o qual trabalha. Ele não está interessado em todo tipo de mídia, mas em mídia jornalística e se debruça sobre um gênero específico: a notícia jornalística. No texto *News as Discourse* de 1988, ele apresenta três diferentes noções de notícia e escolhe aquela que dialoga com seu trabalho “um novo item ou uma nova matéria, um texto ou discurso no rádio ou TV, ou no jornal no qual estão vinculadas novas informações sobre fatos recentes”¹⁴ (VAN DIJK, 1988, p13)

Aqui nos interessa as notícias jornalísticas impressas em jornais, e nisso dialogamos com van Dijk que afirma ser esse o material de estudo de sua pesquisa (VAN DIJK, 1988, p14). E por que estudar a mídia jornalística por meio da notícia impressa de jornal? Muitas razões são citadas pelo autor, mas uma delas é de grande importância para esta pesquisa, van Dijk afirma que é possível obter *insights* específicos das

¹⁴ A news item or news report, i.e., a text or discourse on radio, on TV or on the newspaper, in which new information is given about recente events. Tradução nossa.

notícias que visam a estrutura discursiva de notícias ao redor do mundo, ou seja, ele já sinalizava para a construção aparentemente padronizada do texto da notícia em vários jornais do mundo. Por isso, entendemos que estudar as notícias impressas em jornal capixaba nos auxiliará a entender as estruturas contextuais dos jornais de todo o Brasil.

Van Dijk não poderia incluir a internet e seus suportes como mídia para a época, que se tornou popular e acessível no fim dos anos 90 e constitui um dos maiores e mais acessados suportes de massa. Ainda assim, nos dias atuais, as notícias jornalísticas impressas não perderam força como supunha os adeptos do mundo digital, mas encontra na sociedade contemporânea sua funcionalidade e credibilidade diante do público leitor. Segundo Hernandez, no texto “A mídia e seus truques” (2006), o analista precisa descobrir as estratégias que desvelam como os jornais obtêm atenção e laços com o público ou poderia acrescentar a necessidade de conhecer como ele usa sua influência a fim de garantir a manipulação. Partimos do pressuposto de que a mídia manipula e não é meramente informativa, até mesmo os jornais que adotam ideologias contra dominantes tendem a manipular e não meramente apresentar ideias. Embora nem todo jornal esteja a serviço de grupos sociais dominantes, aqueles que estão a serviço das minorias, geralmente, não alcançam igual visibilidade e credibilidade como os demais.

Ainda de acordo com Hernandez (2006) o jornalismo não está longe dos demais comerciantes que visam lucrar com seus produtos e manter sua clientela satisfeita. O autor também afirma que os jornais impressos não estão preocupados em escrever para todos os públicos, existe um público-alvo que eles chamam de “elite” para os quais eles escrevem (HERNANDES, 2006, p. 165) e, para tanto, estão elencadas as estratégias que, segundo o autor, são postas em funcionamento pelo corpo editorial a fim de garantir a lucratividade e a credibilidade diante do público/receptor – tudo isso sob a máscara da objetividade e imparcialidade. Outra estratégia comentada pelo autor é o fato de o jornal se valer outras vozes, ou seja, as vozes de outros atores sociais dentro do texto para legitimar suas afirmações. Com isso, o uso da terceira pessoa afirma-se como uma tendência corrente, pois o “eu” é substituído pelos eles disseram, alguém disse.

Por fim, van Dijk (1988) afirma, especificamente, sobre a questão dos comentários ou mostras de opinião do jornalista que não deveriam estar presentes no texto e passam despercebidos. O autor afirma que tais comentários e opiniões expressos pelo jornal não deveriam estar diluídos no texto e sim deveriam aparecer ao final do texto de maneira discriminada. Entretanto isso não acontece, van Dijk comenta que essas opiniões acontecem sob duas categorias maiores: “a evolução e expectativa” (VAN DIJK, 1988, p 66). Esta se refere uma opinião evolutiva a respeito dos fatos atuais no texto, já aquela formula consequências políticas ou de outra ordem que podem ser desencadeadas pela situação ou fato atual do texto. Podemos dizer, portanto, que a construção textual produz uma evolução da sequência textual e uma expectativa para futuras previsões do que poderá acontecer. Uma vez que o leitor não seja detentor de conhecimentos bastantes para produzir seus próprios julgamentos e previsões, ele irá deduzir aquilo que a construção jornalística desejar e, dessa forma, o leitor poderá compartilhar das ideologias do jornal, não de maneira direta e invasiva, mas de maneira sutil e gradativa.

6.2 O gênero notícia: um lugar para um discurso oportuno

Apresentados os motivos pelos quais foi escolhido o gênero notícia para esta pesquisa e as definições fundamentais de gênero e mídia. Ainda assim, sabemos que tanto a identificação quanto a classificação dos gêneros jornalísticos não são fácil tarefa, pois esses textos acabam por serem confundidos em seus diferentes estilos e funções comunicativas. Quando o leitor lê um gênero jornalístico como a notícia, especialmente, ele as lê acreditando que se trata de um índice do real, o leitor acredita na existência do que se denomina acordo de cavalheiros entre ele e o jornalista, o que possibilita a leitura da notícia nos moldes de realidade que os dois acreditam ser real ou ser verdade.

Isso nos remonta à credibilidade do texto jornalístico diante do seu leitor e na possibilidade de haver abuso de poder por parte das instituições ou mesmo uma quebra desse pacto de cavalheiros. Hernandes (2006) fundamenta sua questão sobre o relacionamento entre instituição jornalística e leitor com base nas estratégias adotadas pelo jornal para manter o leitor numa espécie de cativeiro. O autor propõe um questionamento em seu livro:

como os jornais obtêm atenção e laços com o público? Os produtos jornalísticos devem atrair, administrar e manter elevado o nível de atenção dos seus respectivos públicos para que exista sustentação e aumento de audiência (caso das TVs, rádios e internet) ou de tiragem (nos jornais e revistas), base da lucratividade das empresas. Como tentaremos mostrar no livro, essa é a principal coerção dos noticiários. Todas as outras operações – como a busca de efeitos estéticos, afetivos, a sensação de imediatismo do jornalismo on-line e globalizado, os conteúdos diferenciados – se filiam e fazem parte dessa necessidade vital de manter o público sempre cativo, longe do controle remoto, do dial, de outro site, dos concorrentes (HERNANDER, 2006, p 55).

Daí entraria uma questão de suma importância para um estudo crítico do discurso da mídia: a questão do poder, do acesso e do controle. Diz-se nesses termos do poder que elas podem exercer e exercem sobre seu público leitor; o acesso seria outra questão delicada, pois não se remete apenas a quem pode ler o jornal, mas também quem pode escrevê-lo. E entraria, então, outro questionamento, diretamente relacionado a quem possui acesso à elaboração dos textos. Poder-se-ia estabelecer a seguinte constante: os grupos sociais dominantes detêm o acesso ao discurso e, ao controlar os discursos, controlam, conseguinte, as ideologias neles contidas. O acesso às mídias não seria apenas um privilégio e sim uma condição crucial que poderia definir a situação de um grupo social:

O acesso das minorias à mídia de massa é uma condição crucial para a sua participação na definição pública de sua situação. Apesar de os jornalistas em geral se autodefinirem liberais, a falta de acesso das minorias à mídia é uma das propriedades mais visíveis da dominância simbólica das elites brancas (VAN DIJK, 2012a, p. 98).

É especialmente por essa característica que a mídia de massa torna-se um grande alvo dos estudos crítico-discursivos, uma vez que representam uma elite com ideologias bem definidas e não estritamente liberais, como querem comunicar algumas instituições jornalísticas.

Dentro dessa macroestrutura característica da mídia de massa, os gêneros adotados irão configurar estruturas linguísticas moldadas sob diferentes estilos e recursos retórico-argumentativos que poderão revelar as ideologias presentes nesses discursos, interpretadas pelo grupo social que as elabora, atualiza e difunde. Assim, os gêneros *notícia* e *reportagem* estão muito próximos da ideia de liberalismo e

imparcialidade presente no discurso dos jornalistas. Tais gêneros estariam mais servientes ao pacto de cavalheiros supostamente estabelecido, pela máscara da imparcialidade. Caberá aqui deixar determinado que o *corpus* será constituído de notícias, ainda que definir as reportagens em contraste com as notícias possa ser fundamental para compreendê-las.

Trata-se de uma diferenciação tênue, porém necessária, pois a notícia estaria muito mais ligada ao real, ao fato ocorrido, numa tentativa de recortar e excluir aquilo que possa parecer opinião. O jornalista deveria negociar aquilo que deve ser escrito, informado, difundido com a maior fidelidade possível ao acontecimento referido. A pertinência ao assunto da notícia é tão importante quanto sua própria existência, pois será o grau de relevância e de novidade das quais se nutrirá o leitor. A notícia se propõe a expor a novidade, torná-la pública e notícias de grande impacto serão responsáveis pela produção de reportagens que propõem ir mais além no assunto noticiado (FRANCESCHINI, 2004).

Outro fator que diferencia a notícia é o tempo. O fato narrado precisa ser do hoje, do agora, deve haver um anúncio do fato imediato; não prescindir da atualidade é inerente à notícia e isso pode impactar socialmente uma região, pois o número de notícias publicadas sobre um mesmo tipo de acontecimento pode valorizar aquele fato na esfera local ou global e colocá-lo em foco por um tempo, o que por sua vez pode afetar todo um sistema (FRANCESCHINI, 2004).

Por outro lado, o apagamento ou a não publicação de determinados fatos, ou mesmo o esquecimento de certos acontecimentos históricos e sociais, também podem influenciar o curso de outros acontecimentos. Um exemplo é o poder de influência que a grande produção de notícias que culminam em reportagens sobre fraudes públicas e corrupção política apresenta, uma vez que, suprimidas essas informações, movimentos populares de oposição poderiam não acontecer.

Nesse aspecto, surge uma última questão que diz respeito tanto à notícia, quanto à reportagem ou a qualquer outro gênero jornalístico que se possa fazer menção. Trata-se da urgência ou não urgência editorial encontrada nas produções jornalísticas: uma catástrofe aérea ou um terremoto é algo tão amplo e tão perceptível que, se um jornal não noticiá-lo, ele será passível de perder a credibilidade durante um período de tempo, pois todos os olhares estariam voltados àquele acontecimento excepcional.

Entretanto, uma reportagem que comentasse sobre despreparo de países pobres diante de catástrofes iminentes seria uma escolha de todo um corpo editorial e iria depender das ideologias com as quais dialoga a instituição, entre outros fatores.

Portanto, escolher notícias como *corpus* de análise é delimitar o que se pretende alcançar em um corpo rígido, pois a estrutura da notícia é uma estrutura mais estável composta de partes específicas e mais estanques. Além disso, é uma busca que poderá desmistificar ou confirmar a ideia de compromisso com a verdade, isenta de opinião, a que se propõe a notícia. Especificamente neste trabalho, escolher a notícia é colocá-la à prova e tentar desvendar-lhe as arestas dentro de um dos acontecimentos que tem continuamente chocado a sociedade atual: o número de mulheres agredidas e mortas em uma violência do sexo, frutos de um sexismo brutal.

Estabelecidos os critérios motivadores da escolha de um *corpus* jornalístico, estabeleceu-se escolha de *A Gazeta* como nossa fonte para coleta desse *corpus*. Um jornal fundado em 1928 que parece ter um histórico a favor dos governos elitistas e pró-militares desde sua fundação e mesmo após o domínio acionário em 1949 pela família Lindenberg¹⁵, constitui-se, desde então, um jornal de grande credibilidade no Estado do Espírito Santo, com uma linha editorial peculiarmente elitista. Dentro do código de ética da empresa, encontramos a seguinte descrição dos valores¹⁶ que para ela são fundamentais:

a) O sucesso vem de clientes satisfeitos com:

- O atendimento às expectativas;
- As relações duradouras;
- A ética;
- A transparência.

¹⁵ Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com/index.php?id=/redegazeta/quemsomos/index.php>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

¹⁶ Disponível em: http://www.redegazeta.com.br/wp-content/uploads/2015/05/rede_de_valores_edicao2013_2014-10469-5122270d220bb4-Copy.pdf. 20 fev. 2015.

b) O respeito ao ser humano e um bom ambiente de trabalho serão buscados por meio:

- Da ética;
- Do comprometimento;
- Do diálogo;
- Da realização pessoal e profissional;
- Do desenvolvimento;
- Da qualidade de vida. A busca de resultados satisfatórios será efetivada por meio da:
- Rentabilidade;
- Valorização do negócio;
- Contribuição social.

c) Produto editorial ético e de qualidade, que deverá ser:

- Isento;
- Múltiplo;
- Independente;
- Com clara diferenciação entre os materiais jornalísticos e os comerciais.

É interessante perceber que o jornal A Gazeta relaciona rentabilidade e valorização da empresa com isenção e independência, por isso a escolha dessa instituição jornalística é de grande valor para os estudos midiáticos capixabas, pois prega-se a existência de isenção e transparência com atendimentos às expectativas, basta-nos conhecer de quem são essas expectativas que o jornal deseja alcançar, pois acreditamos não ser possível atender a toda e qualquer expectativa. Vejamos se este jornal possibilitará atender às expectativas desta pesquisa: investigar se há ideologias subservientes ao controle hegemônico na produção de suas notícias, principalmente, as ideologias sexistas

6.3 Análise do *corpus*

6.3.1 Análise Modelo: “Empregada doméstica tem o corpo queimado pelo namorado”

Nos últimos três anos, como já adiantamos, principalmente no ano de 2013, o jornal *A Gazeta* publicou, quase em regime diário, notícias sobre casos de violência contra a mulher. Dentre as reportagens e notícias sobre o tema, escolhemos 8 (oito) notícias. A primeira que iremos apresentar tem o título “Empregada doméstica tem o corpo queimado pelo namorado”. O texto foi publicado em 02/09/2013 e apresenta uma pequena entrevista com a mulher que sofreu a agressão. A fim de desenvolver a análise que pretendemos, vamos expor toda a notícia e depois faremos recortes e marcações no texto de acordo com a seguinte proposta: nessa primeira análise realizaremos uma tentativa de elencar a maior quantidade de recursos sintáticos, lexicais e retórico-argumentativos possível de ser analisada. Nas demais análises, iremos privilegiar questões mais marcantes naquela notícia específica, pois consideramos que cada análise irá acrescentar elementos que podem se destacar mais que em outras, e assim por diante. Segue, então, a primeira notícia na íntegra, seguida, sempre que necessário, por seus recortes:

SERRA

Empregada doméstica tem o corpo queimado pelo namorado

O homem jogou éter na vítima e riscou um fósforo; mulher teve ferimentos nos seios

▲ PATRICIA MACIEL
pmaciel@redgazeta.com.br

Uma empregada doméstica de 33 anos teve parte do corpo incendiado pelo namorado, na madrugada de ontem, no bairro Jardim da Serra, município da Serra.

O agressor jogou éter na mulher, acendeu um fósforo e ateou fogo acima dos seios da namorada, causando queimaduras. Já em casa, na manhã de ontem, após ser atendida e medicada em um hospital, a mulher conversou com a reportagem e contou o

que aconteceu.

A vítima relatou que estava em um bar próximo de casa quando, por volta das quatro horas, o namorado se aproximou e chamou por ela. “Ele já chegou me puxando para fora e jogando éter em cima de mim. Não sei direito o que aconteceu”, disse a doméstica. Desesperada e sentindo muitas dores, a mulher pediu ajuda a um amigo. Ele chamou o socorro.

Uma ambulância do Samu 192 esteve no local e levou a vítima para o Hospital Jayme Santos Neves, também na Serra. A doméstica recebeu alta por volta das 6h30. Uma viatura da Polícia Militar esteve na



Vítima conta que estava num bar quando foi queimada

RICARDO MEDEIROS

casa da família, mas o suspeito não estava mais no local.

O agressor, segundo testemunhas, estava transtornado pelo uso de drogas e, mesmo após praticar o crime contra a namorada, permaneceu deitado em uma calçada próxima à casa da vítima por algumas horas.

Parentes da vítima informaram que o casal se relacionava há sete meses. Policiais da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) investigavam o caso na manhã de ontem no bairro, mas, até o fechamento desta edição, o suspeito ainda não havia sido localizado pela polícia.

Mulher é torturada e estuprada

« Uma mulher, não identificada, foi encontrada, por volta das 11h, com sinais de tortura, lesões na cabeça e queimadura pelo corpo em Cobilândia, Vila Velha.

Segundo a polícia, moradores viram um carro de onde saltaram três homens carregando uma mulher amarrada para o terreno. Eles começaram a queimá-la com ferro utilizado para marcação de gado. Ela ainda teria sido espancada com pedaços de madeira e estuprada. A vítima está em coma.

Apresentado todo o texto, já um primeiro item nos chama atenção: é a manchete da notícia. A construção do enunciado, nesses termos, parece atenuar ou mudar a perspectiva da cena que se quer evocar. Aquele que pratica a ação não está em primeiro plano na perspectiva. O sujeito é a empregada o verbo ter apresenta um objeto direto “o corpo queimado” e pelo namorado é complemento nominal. Porém, se atribuirmos um valor de verbo para queimado, não de predicativo do objeto, podemos fazer a pergunta corpo queimado por quem? A resposta seria “pelo namorado” como um objeto indireto, muitas vezes confundido com o complemento nominal. Tudo isso foge à construção numa ordem direta da oração que poderia ser reescrita da seguinte maneira: “namorado queima o corpo da namorada”, esta construção discursiva mudaria a perspectiva do enunciado, mas isso não acontece. A construção do título contribui para a estratégia de “dramatização”, uma vez que dramatizar significa evocar uma cena que tem por função sensibilizar, o que acontece ao proceder a leitura de “corpo queimado” e, ainda, afasta o agressor da cena que seria o namorado.

Essa manobra de escolha estrutural e de descrição de atores e da ação pelo jornalista, reconhecido neste trabalho como um ator social, que representa uma instituição e faz parte de uma elite simbólica, está, para nós, apoiada no processo ideológico de manipulação do leitor, por meio do apelo a sua sensibilidade e interferência na perspectiva do fato narrado. Isso afasta do foco a ação praticada pelo namorado e se enquadra numa estratégia que pode estar a serviço da manipulação, porque “a manipulação nesse caso pode residir no fato de que, ao chamar atenção para a informação **a** em vez da informação **b**, o resultado da compreensão pode ser parcial ou tendencioso” (VAN DIJK, 2012a, p. 242). E é exatamente isto que esse recurso permite: que o discurso já inicie com uma tendência polarizante; em outros termos, que haja o apagamento e a incompletude de certos fatos e informações que dizem respeito aos atores sociais.

Uma vez que “manipular pessoas envolve manipular suas mentes, ou seja, as crenças das pessoas, tais como seus conhecimentos, suas opiniões e suas ideologias” (VAN DIJK, 2012 a, p. 240), o léxico escolhido, a fim de descrever a cena e construir a perspectiva, aponta para a construção de uma ideologia dominante, que baseia sua análise em uma relação de grupos sociais sob a ótica de uma dominação, que por sua vez leva em consideração a situação socioeconômica do grupo. Assim, algumas palavras são reveladoras dessa ideologia materialista de classes. É o caso de

substituir o uso de pseudonismo ou um código para caracterizar ou denominar a mulher por sua posição social “empregada doméstica”. Também é possível notar que a presença dessa informação não é indispensável para entender o caso, pois se trata de agressão contra a mulher, e é isto que deveria estar evidenciado.

Já no caso de “corpo”, o leitor poderá entender que todo o corpo da mulher (empregada doméstica) foi queimado, mas a própria reportagem explica que não foi todo o corpo; nesse caso, há o apelo pelo uso da metonímia. O apelo sensorial faz parte de um atalho cognitivo utilizado pelo jornal para acessar as mentes dos leitores e provocar emoções fortes ou evocar traumas que podem deixá-los vulneráveis e mais aptos a aceitarem as ideologias e modelos mentais preferidos (VAN DIJK, 2012a).

Assim, a cena evocada na manchete, a de um corpo completamente queimado, sofre um processo de reescrita e lexicalização: a ideia do “todo” é trocada pela “parte” e isso também ameniza, metonimicamente, a ação. Com sua imagem apagada por esses dois processos, o do deslocamento do sujeito na oração e o do eufemismo, o ator social não pode ser bem caracterizado como agressor, e isso pode influenciar grandemente a possibilidade de julgamento do leitor. Ademais, pode influenciar diretamente a construção de modelos mentais do evento narrado, pois o fato de o sujeito estar localizado no final da cadeia sintagmática torna-o o menos importante na ordem direta dos acontecimentos.

Nesse sentido, é que se pode ler que essa escolha feita pelo jornalista coloca em cena a estratégia de vitimização do leitor, uma vez que este último é considerado como incapaz de construir uma leitura crítica das informações presentes na reportagem ou ainda que ele não é capaz de perceber as estratégias manipuladoras e simplesmente aceita como verdade ímpar aquilo que está presente no texto.

Da mesma maneira que os verbos escolhidos não carregam o mesmo valor semântico de verbos como “incendiar”, e “queimar”, o sintagma “ferimentos nos seios” não apresenta o mesmo efeito de sentido que “queimaduras nos seios”. Além disso, a escolha lexical da manchete, que reforça a classe a que pertence a agredida, empregada doméstica, é no *lead* substituída por “vítima” e por “mulher”, mas o substantivo “mulher” [+ feminino] é utilizado junto a uma estrutura que parece amenizar a agressão sofrida e, ao mesmo tempo, colocar ênfase em uma parte íntima

da mulher que, além de sofrer a agressão, tem também a intimidade do seu corpo revelada.

A discussão dessas escolhas lexicais na estrutura da notícia nos faz pensar se podemos dizer que jogar éter e riscar o fósforo é o mesmo que incendiar; se a resposta for não, então como se explica os ferimentos nos seios da mulher? Caso a resposta seja sim, por que motivo o jornal não escolheu verbos que retratariam melhor o ato cometido pelo agressor? As notícias na imprensa apresentam uma estrutura rígida que mencionamos anteriormente, composta de categorias como sumário (título + *lead*), eventos principais, *background* (eventos prévios, contexto, história), comentários e avaliação (VAN DIJK, 2012a, p.145), e tal estrutura oportuniza um planejamento bem-organizado a favor dos interesses editoriais. Por isso, “os títulos das notícias tendem a enfatizar as características negativas das minorias” (VAN DIJK, 2012a, p. 145) e as instituições que representam os grupos dominantes querem sempre colocar em evidência as informações que são compatíveis com seus interesses e vão ao encontro de seus objetivos. Isso é possível quando ativadas no texto as estratégias discursivas que atuam como atalhos cognitivos a favor da manipulação.

No primeiro parágrafo da reportagem, identificamos uma sequência lexical que, inclusive, retoma a questão do corpo queimado, e não apenas ferimentos nos seios, e apresenta as informações centrais da notícia, função característica do *lead* e *sublead*. O *lead* é o primeiro parágrafo de uma notícia e sua principal função é expor de maneira sintética as informações mais importantes sobre o fato a ser narrado. Ele deve responder, para isso, a alguns critérios. Todavia, o jornalista pode não ter condições de discorrer sobre a sequência mais relevante de fatos logo no primeiro parágrafo e, com isso, poderá ocupar mais um e compor o *sublead* da notícia. O *lead*, também chamado de cabeça da matéria, tem dupla funcionalidade: uma é resumir os fatos de maneira dinâmica e a outra é aguçar a curiosidade do leitor para prosseguir a leitura; é também fruto dos tempos modernos, em que a urgência e a rapidez devem ser aliadas. Se bem-construído, o *lead* cumprirá seu papel decisivo na apresentação da matéria.

Isso posto, a escrita dessa parte do texto segue alguns critérios que podem ser resumidos em perguntas norteadoras que definem o cenário: “quem?” (os envolvidos),

“o quê?” (o fato ocorrido), “quando?” (tempo), “por quê?” (causa, motivo ou finalidade), “como?” (o modo ocorrido) e “onde?” (lugar dos acontecimentos). Tudo isso se apresenta com grande relevância para esta pesquisa e analisar criticamente o *lead* das notícias poderá situar o lugar dos acontecimentos, e a sequência de fatos descrita nos dirá muito sobre a ordem de importância para o jornal. Vejamos o *lead* destacado da notícia em análise:

<p>▲ PATRICIA MACIEL pmaciel@redegazeta.com.br</p> <p>Uma empregada doméstica de 33 anos teve parte do corpo incendiado pelo namorado, na madrugada de ontem, no bairro Jardim da Serra, município da Serra.</p> <p>O agressor jogou éter na mulher, acendeu um fósforo e ateou fogo acima dos seios da namorada, causando queimaduras. Já em casa, na manhã de ontem, após ser atendida e medicada em um hospital, a mulher conversou com a reportagem e contou o</p>	<p>namorado se aproximou e chamou por ela. “Ele já chegou me puxando para fora e jogando éter em cima de mim. Não sei direito o que aconteceu”, disse a doméstica. Desesperada e sentindo muitas dores, a mulher pediu ajuda a um amigo. Ele chamou o socorro.</p> <p>Uma ambulância do Samu 192 esteve no local e levou a vítima para o Hospital Jayme Santos Neves, também na Serra. A doméstica recebeu alta por volta das 6h30. Uma viatura da Polícia Militar esteve na</p>
--	--

Podemos perceber que existem respostas para algumas perguntas essenciais para a construção de um *lead*, como: “quem?” (uma empregada doméstica, o namorado); “o quê?” (parte do corpo incendiado); “quando?” (na madrugada de ontem); “onde?” (no bairro Jardim da Serra, município de Serra). Já perguntas que remontam a “como” o fato ocorreu e “por que” ocorreu só foram respondidas no *sublead*. Essa parte do texto amplia o que aconteceu e oferece alguns detalhes (o agressor jogou éter na mulher, acendeu um fósforo e ateou fogo acima dos seios da namorada); o motivo, entretanto, não seria respondido, pois ao transcrever parte da fala da vítima para responder ao motivo da agressão, correspondente à pergunta do “por quê”, ela diz “não sei direito o que aconteceu” e assim o *lead* ficou incompleto.

Essa incompletude, no entanto, não pode ser atribuída a uma falha do jornalista, uma vez que ele deu voz à vítima, que não foi capaz de apresentar a explicação. Assim, o

que aparenta ser um gesto em direção à vítima e à verdade, pode ser visto, também, como um ato contra a vítima. Ao dar voz a uma pessoa desesperada e sentindo muitas dores, em um tipo de estresse pós-traumático, por exemplo, segundo informou o próprio jornal, é possível obter resposta nenhuma. Além disso, a explicação para o motivo poderia ser apontado pelo próprio jornal, caso o veículo de comunicação usasse a lei para isto. Segundo a Lei Maria da Penha (2010), art. 5º, parágrafo primeiro:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2010, p. 18)

Se seguirmos o padrão da lei ou mesmo o conhecimento dela, podemos dizer que o motivo da ação pode ser inexistente, uma vez que se configure um crime contra a mulher. Por isso, podemos fazer as seguintes perguntas: seria uma manobra do jornal para eximir-se no reconhecimento do crime? Ou estaria o jornal só mantendo um distanciamento dos fatos? Acreditamos que o restante da análise nos ajudará a responder essa questão.

Ainda no terceiro parágrafo do texto jornalístico, observamos uma mudança ainda maior na variação do enfoque, que se refere a uma constante variação de perspectiva e de distanciamento do fato ocorrido. Nessa parte da reportagem, os modelos mentais preferidos poderão vir à tona e serem mais bem delineados, já que no segundo parágrafo, após o título, há uma tentativa de repetição da informação encontrada no parágrafo subsequente. Dessa maneira, a informação “acima dos seios” contrasta com a informação inicial “nos seios”. Isso pode estar ligado à representação de sensibilidade e à dramatização provocada pelo fato de haver ênfase nos seios queimados, uma vez que já comentamos a relação de intimidade e símbolo da feminilidade dessa parte do corpo da mulher

Mas esse fenômeno de oscilação, polarização e incompletude não diminui ao longo do texto; pelo contrário, a ausência de informações e detalhes proporciona a continuidade do processo de manipulação: isso pode atenuar o ato do agressor e dar

descrédito ou incapacitar a vítima. Entendemos que há distanciamento da perspectiva que assumia a mulher como vítima e o namorado como agressor, sugeridos no *lead* e *sublead*, e marca-se o início de um conflito no decorrer da narrativa jornalística. Tal mudança de perspectiva acontece no primeiro parágrafo do corpo do texto, marcada pelo seguinte enunciado:

A vítima relatou que estava em um bar próximo de casa quando, por volta das quatro horas, o namorado se aproximou e chamou por ela. “Ele já chegou me puxando para fora e jogando éter em cima de mim. Não sei direito o que aconteceu”, disse a doméstica. Desesperada e sentindo muitas dores, a mulher pediu ajuda a um amigo. Ele

Aqui recebemos uma informação que deveria ser secundária, mas toma a cena e chama atenção do leitor devido a certas crenças compartilhadas em nossa sociedade, que ainda conserva o ideal de mulher que não frequenta bares, principalmente sem a companhia de seu parceiro afetivo, e ainda temos o discurso autorizado para a informação de que ela estava em um bar, pois, segundo o jornal, foi a própria vítima (mulher agredida) que relatou isso. Outra questão é que no mesmo parágrafo é registrada a informação de que ele chegou ateando fogo na mulher, mas o relato anterior diz que ele chamou por ela. Isso nos faz pensar que ela não respondeu ao chamado e, então, ele foi até a vítima e a forçou a ir para fora.

O enunciado “ele já chegou me puxando para fora e jogando éter em cima de mim” pode produzir uma imagem mental de que, sem a menor explicação ou motivo, o agressor foi ao encontro da agressão, o que van Dijk chama de movimento “indo até”

a agressão. Por outro lado, a informação de que ele chamou por ela pode evocar a ideia de que ele quis conversar e ela não atendeu, legando a ela uma aparente participação no motivo da agressão, num movimento de “vindo até” a agressão, na qual a vítima de alguma forma parece provocar o ato de violência por não atender ao chamado do parceiro e por estar em um bar sem sua companhia. Assim, não saber ao certo o que aconteceu pode motivar a indecisão por parte do leitor e pode iniciar a crença de que a mulher não apresenta capacidade para julgar os fatos, ou que ela possivelmente esconde informações. O que não poderá ser evidenciado é se a mulher retém informações ou se é o jornal que está a fazê-lo.

Isso muda a perspectiva inicial que parecia estar a favor da vítima e pode ativar certos modelos mentais preferidos que poderão permanecer ao longo da leitura na memória episódica do leitor, polarizando sua compreensão a favor do agressor, ou produzir um certo descontentamento com a incapacidade da vítima (ator social feminino) em julgar e detalhar informações necessárias para corroborar a ideia de que sofreu uma agressão sem precedentes ou que algo anterior havia acontecido, como ameaças ou outras agressões que poderiam qualificar mais precisamente o homem como agressor.

Já no segundo parágrafo é a própria mulher que fala, em discurso direto, sobre o ato de agressão e, talvez, longe de causar uma compaixão, sua voz não tem força argumentativa nenhuma, já que nem ela mesma sabe o que aconteceu para que o namorado agisse daquela forma. Assim, a voz da mulher agredida é minimizada, senão abafada pela negação da intenção. Ao mesmo tempo, a notícia reforça essa “ausência” de voz, ao utilizar novamente a escolha lexical “doméstica” para qualificar sua fala e reforçar sua posição social que pode ativar modelos mentais cristalizados em nossa sociedade que relaciona a classe profissional das “domésticas” à falta de instrução.

Entender a mulher como frágil, débil e incapaz de compreender o motivo da agressão corrobora com a passagem descrita no terceiro parágrafo, na qual o jornalista despeja sobre ela os adjetivos que atuam como recortes e outros pequenos atalhos que auxiliarão o leitor na ativação da ideologia sexista ambivalente.

Embora nessas situações pareça haver uma valorização da mulher (FORMIGA; NETA, 2009), ainda existe a sua subjetivação como um ser sentimental, presa à sua

natureza biológica, maternal, um tanto instintiva, o que lega à mulher uma condição marginal na tomada de decisão ou em papéis sociais que denotam poder, pois ela não foi capaz de se defender do ato do agressor e não pôde explicar o fato ocorrido, dependeu de outros para chamar socorro, e este outro era um homem, um amigo que provavelmente estava no bar com ela. Nesse aspecto, não há diferença entre a **perspectiva hostil e benévola**, pois ambas constituem um conjunto de crenças e valores humanos, construtos ideológicos criados por elites simbólicas masculinas e aceitas pelo grupo social subalterno, sendo esses conjuntos de crenças e valores incorporados às ideologias do grupo social dominado, ou seja, o grupo das mulheres (VAN DIJK, 2005, GRAMSCI, 1978).

Outra questão é o fato de o jornal enfatizar a informação de que a mulher estava em um bar e acompanhada por outro homem, um amigo. Desde que foi apresentada no início do corpo da notícia, esse dado está presente em vários momentos do texto, como legenda da foto da mulher — que se encontra de costas, enfaixada — e como parte da entrevista que, por sinal, não acrescenta nenhuma informação nova; pelo contrário, pode reforçar a leitura de que nem a própria mulher agredida entende o motivo da agressão ou pode, ainda, reforçar outra ideologia machista que se apoia no ciúme doentio de quem vinha com “umas conversas meio bestas”. Ademais, a continuidade de sua fala editada pelo jornal confirma uma aparente culpa por saber que corria perigo já que ela mesma admite “Falei que ele ia acabar me matando”. Vejamos os fragmentos da entrevista:

ENTREVISTA						
<p>FALEI QUE ELE ACABAR ME MATANDO”</p> <p>33 anos pregada doméstica</p>	<p>▲ Chorando de dor física e emocional, a vítima declarou que se arrepende de ter se envolvido com o homem que a incendiou.</p> <p>Como tudo aconteceu?</p>	<p>Só o vi me chamando, me puxando e jogando éter em cima de mim.</p> <p>Você estava onde?</p> <p>Eu estava aqui no barzinho. Ele me chamou e saiu pegando o meu braço. O bar estava cheio.</p>	<p>Você acha que ele fez isso por quê?</p> <p>Não sei se por ciúmes, não sei. Ele já vinha falando bem antes umas conversas meio bestas. Falei que ele ia acabar me matando.</p>	<p>Ele estava te ameaçando?</p> <p>A gente estava muito bem. Não sei o que pode ter acontecido.</p> <p>Ele bebe ou usa drogas?</p> <p>Usa e bebe também.</p>	<p>Como você se sente?</p> <p>É muito ruim. Estava queimando tudo. Está queimando até agora.</p> <p>Você se arrepende do namoro?</p> <p>Com certeza. Quem vê cara não vê coração.</p>	

encontra-se às margens do foco do conteúdo e nada pode ser apanhado quando se diz respeito às características sociais do agressor, exceto por dois itens: que

testemunhas afirmaram que ele usa drogas e que o suspeito, antes agressor, não foi encontrado.

A gravidade da situação parece ser destacada quando a notícia informa sobre o socorro que a vítima recebeu do Samu que a conduziu ao hospital. No entanto, as vozes oficiais, que têm o dever de registrar esse tipo de ocorrência e investigá-las aparecem no texto pela tentativa de elucidação do fato, já que a “Polícia Militar esteve na casa da família”, só que é a contra-argumentação, pelo uso do marcador discursivo “mas” que acaba por diminuir a importância do ato e da figura do agressor que vira “suspeito”, já que não houve prisão e ele não foi encontrado; portanto, o próprio fato em si pode ser negado.

Em seguida, como estratégia para confirmar o eufemismo do parágrafo anterior que suaviza o ato brutal contra a mulher, a narrativa aposta no discurso indireto para, novamente, suavizar, agora pela voz das testemunhas, o ato de agressão, uma vez que o “agressor” estava drogado e, portanto, não pode responder por seu ato, tanto que sua letargia, sua incapacidade, é evidenciada pelo fato de ele estar indiferente, tão torpe que “permaneceu deitado em uma calçada próxima da casa da vítima por algumas horas”. Tempo suficiente para que não fosse encontrado pela Polícia Militar e argumentos aparentemente plausíveis para justificar o ato pela sua insanidade devido ao uso de drogas. Assim, a culpa é sempre transferida, quer seja para a mulher, que estava no lugar errado (bar), quer seja para a própria sociedade, para as políticas públicas que não conseguem erradicar as drogas que destroem famílias.

Talvez por isso o próximo parágrafo da notícia traga justamente a voz de parentes da vítima, em discurso indireto, para reforçar a convivência entre os envolvidos no caso da agressão. No entanto, novamente, quando a voz é transferida para a autoridade, é enfatizada a contra argumentação que descreve o ator social, agressor, como suspeito e não existente, porque não localizado.

Não se pode deixar de analisar, ainda, duas questões importantes que são trazidas para dentro da notícia: a foto da mulher agredida durante a entrevista ao jornal:



Nesse sentido, a mulher aparece de costas na foto, com a parte do corpo queimado coberto de faixas que nos permitem verificar a veracidade do ato de agressão; no entanto, a escolha da reportagem para legendar a foto é, no mínimo, tendenciosa, já que enfatiza o local onde estava a mulher e não o fato em si: “Vítima conta que estava num bar quando foi queimada”. Da mesma forma, a entrevista, ao mesmo tempo em que parece dar voz e lugar ao tema da violência, quando diz que a vítima estava chorando de dor física e emocional, enfatiza, quando acompanhamos o encaminhamento do diálogo, o arrependimento da vítima por relacionar-se com o agressor, bem como o fato de que ela estava ciente de que algo ruim iria lhe acontecer, tanto que disse, em discurso direto, bem destacado na entrevista “falei que ele ia acabar me matando”, ou seja, ela assumiu o risco e, ainda, a possível causa da agressão, o ciúme, que pode reforçar aquela leitura que fizemos sobre o fato de ela estar frequentando um lugar que não deveria ou fazendo alguma coisa considerada como inaceitável pela sociedade. Vemos aqui o que van Dijk chama de *move* que pode ser interpretado como “indo até a agressão”, ou seja, passa-se a impressão de que a mulher procurou por alguma(s) da(s) consequência(s) sofrida por ela e que a mulher tem parte na culpa da agressão.

Esse tipo de sexismo – o benévolo ou sutil – ao ser explicado a partir dessas funções valorativas, permite compreender que a pessoa que adere a esses valores seria capaz de produzir um discurso conformista em relação à dinâmica social, considerando-a

inalterável; sendo assim, não lutar contra e aceitar a evolução das informações do jornal e atender às suas expectativas. Seguindo essa linha de pensamento, as notícias que se seguem serão analisadas e poderão apresentar-nos maiores dados do discurso manipulador ou ainda confirmar aquilo que já foi dito sobre a primeira notícia.

6.3.2 “Vendedora é agredida com garrafa quebrada”

Vendedora é agredida com garrafa quebrada

MARCOS FERNANDEZ

O agressor já namorou a vítima e foi preso após ferir também os dois filhos dela

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma vendedora de 35 anos e os dois filhos dela, de 10 e 14 anos, foram agredidos pelo ex-namorado da mulher na madrugada de ontem, em Boa Vista, Vila Velha. O homem utilizou dois cascos de cerveja vazios para ferir as vítimas. No fim da tarde, ele acabou sendo detido.

O acusado é Frank da Silva Ganda, que namorou com a vendedora por seis meses. Há 4 meses, a mulher terminou o relacionamento ao descobrir que ele tinha envolvimento com o tráfico de drogas e outros crimes. Ele insistiu várias vezes para reatar, mas ela não aceitou.

REVOLTA

Revoltado, ele foi até a casa da vendedora na madrugada de ontem, com dois cascos de cerveja nas mãos, e tentou conversar com a vítima. Com a negativa dela, Frank arrombou a porta e começou a bater na mulher com as garra-



Frank da Silva Ganda arrombou a casa da vendedora

Semana teve mais dois casos

Nesta semana, ou dois casos envolvendo a lescentes e padrastos ex-companheiros da 1 terminaram em tragédi

No último domingo, lavrador Edinho Rossi, anos, matou com dois t a ex-enteada Maria Ade de dos Santos Calmon, anos. A irmã dela foi questrada e abandon horas depois. Segundo temunhas, há seis mes acusado vinha ameaça matar a ex-mulher e a mlia dela porque não a tava a separação do ca há cerca de seis mese; acusado continuava fido até a noite de ont

No mesmo dia, um a lescente de 13 anos ma o padrasto, o pedr Washington Ferreira Amorim, 41 anos, com t facada no pescoço. Dej do crime, que acontecet bairro São Francisco, Cariacica, o menino fug

fas. Por ironia, na porta arrombada há um quadro com a mensagem: “Aqui mora uma família feliz”.

Os filhos da vendedora ouviram os gritos e tentaram defender a mãe, mas também foram agredidos. Uma vizinha viu a confusão e chamou a polícia. O suspeito fugiu antes da chegada da PM e ameaçou a ex dizendo que voltaria para matá-la.

A mulher e os dois filhos foram levados para o Hospi-

tal Antônio Bezerra de Faria, com cortes no corpo causados pelos cacos de vidro.

Durante a tarde, Frank foi detido após se envolver em uma confusão no bairro Itapoã. No tumulto, um carro teria ficado destruído. Segundo informações obtidas pela vítima no Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vila Velha, o agressor tem várias passagens na polícia por tráfico de drogas e porte ilegal de arma.

Fonte: A Gazeta, sexta-feira, 29 de março de 2013.

A manchete dessa notícia — “Vendedora é agredida com garrafa quebrada” — já inicia com o duplo processo de distanciamento e apagamento do ator social que entendemos ser o agressor. Não há indicação de quem cometeu o ato de agressão. A oração encontra-se na voz passiva. Há dois tipos de voz passiva: a) analítica ou b) sintética. Na voz passiva analítica “o objeto passa a ocupar a função de sujeito, e o que tinha a função de sujeito é transferido para o predicado, precedido, em geral, pela preposição por” (ABREU, 2003, p.117). Outro elemento de grande importância para a

voz passiva analítica é a presença do complemento agente da passiva, ou apenas agente da passiva. “Trata-se, pois, de um termo que ocorre nas frases passivas, ligado ao verbo geralmente pela preposição por, e que cumpre o papel de autor da ação verbal” (ABREU, 2003, p.118). Dito isso, voltemos à análise sintática da oração na voz passiva analítica “Vendedora é agredida com garrafa quebrada” para que possamos identificar os elementos determinados na oração:

- a) Vendedora – sujeito paciente
- b) É agredida – locução verbal na voz passiva, verbo ser + verbo principal na forma nominal particípio
- c) Com garrafa quebrada – complemento nominal

Podemos averiguar que o agente da passiva não está presente e não está na posição de indeterminado, caso este se o verbo estivesse na 3ª pessoa do plural seguido ou não de pronome apassivar (se). Neste caso há uma supressão do agente da passiva na construção da oração na voz passiva, ele deveria estar presente, uma vez que não há índices de indeterminação do sujeito. Ou seja, aquele a quem se reporta a ação verbal não está em nenhum plano na oração.

Podemos, assim, sinalizar duas razões para esta escolha do jornal: para chamar maior atenção ao ato e à maneira como ele foi realizado, “com garrafa quebrada” que descreve o instrumento utilizado; a outra razão seria um recurso estratégico de apagamento proposital do autor da ação, a fim de não chamar atenção para ele.

Vale ressaltar que, em nenhuma das duas situações, o agressor está em foco no título e não parece ser prioridade que seu discurso apareça. Já a categorização dos atores sociais contribui, também, para acentuar ou não determinada participação no fato que a notícia pretende descrever e informar: a mulher é chamada de “vendedora”; de novo vemos o uso da posição social, aliada à ocupação da pessoa, como escolha do jornal para caracterizar a mulher que sofre o crime de agressão, enquanto o termo “vítima”, não usado em manchetes, seria autorrepresentação positiva da mulher, por exemplo; mas “vendedora” é diferente de “vítima”, assim como “namorado” é diferente de “agressor”, ou seja, observamos o quanto o jornal aposta no uso de léxicos específicos com valores semânticos específicos para confundir o leitor.

Em seguida, no texto, vemos o subtítulo “O agressor já namorou a vítima e foi preso após ferir também os dois filhos dela”. Segundo a construção desse enunciado, o ator social (homem) já é caracterizado como agressor e, além disso, consta a informação de que ele já namorou a vítima, ou seja, existiu um envolvimento afetivo, e, ao que parece, ele foi preso apenas após ter ferido os dois filhos da mulher agredida. Essas informações poderão auxiliar na identificação dos *moves* indicados por van Dijk, isto é, tentaremos identificar os movimentos “indo até” ou “vindo até a agressão”, que podem apontar os atalhos cognitivos utilizados pelo jornal e pelo discurso da notícia para manipular.

Já no *lead*, no primeiro parágrafo da notícia, podemos iniciar a construção do cenário noticiado. A estrutura da notícia deve ser uma sequência de descrições do mais para o menos, tudo o que o corpo editorial julgar mais importante até o menos importante. Toda opinião deve ser de fora, deve ser devidamente autorizada por alguém que não o jornalista.

As opiniões emitidas devem ser de testemunhas e envolvidos, devidamente sinalizadas e indicadas no texto. Como já dissemos anteriormente, a função do *lead* é apresentar um resumo de tudo o que mais importa no fato narrado, respondidas a partir de perguntas essenciais: “quem?”, “o quê?”, “quando?”, “por quê?”, “onde?”, “como?”, temos a descrição do cenário. A construção da cenografia nos mostrará a perspectiva adotada pelo jornal e desvelará o processo ou não de polarização.

Iniciaremos com os envolvidos: a vendedora e os dois filhos. Suas idades foram reveladas: um tem 10 e o outro filho tem 14 anos. O agressor é apresentado como “ex-namorado” e a mulher, além de vendedora, é também “vítima” juntamente com os filhos; depois informa-se quando e onde: na madrugada do dia 28 de março de 2013, em Vila Velha, no bairro Boa Vista. Mais para o fim da sequência narrativa é que o texto diz como e ainda acrescenta um desfecho para o então ex-namorado, antes “agressor” e agora apenas “o homem”. Essas variantes lexicais sugerem uma graduação entre a primeira impressão do fato e a evidencialidade a favor dessa impressão. A impressão que podemos ter é a de que o jornal vai absolvendo o ator social agressor ao longo da narrativa e tornando-o um namorado, companheiro, homem entre outros.

Esse último item é descrito desta maneira: “o homem utilizou dois cascos de cerveja vazios para ferir as vítimas. No fim da tarde, ele acabou sendo detido”. Já o questionamento “por quê” permaneceu sem resposta no *lead*, podendo ser respondido no *sublead*, ou não, o que pretendemos apurar. Vejamos o fragmento do *lead* e *sublead* abaixo:

▲ **DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA**

Uma vendedora de 35 anos e os dois filhos dela, de 10 e 14 anos, foram agredidos pelo ex-namorado da mulher na madrugada de ontem, em Boa Vista, Vila Velha. O homem utilizou dois cascos de cerveja vazios para ferir as vítimas. No fim da tarde, ele acabou sendo detido.

O acusado é Frank da Silva Ganda, que namorou com a vendedora por seis meses. Há 4 meses, a mulher terminou o relacionamento ao descobrir que ele tinha envolvimento com o tráfico de drogas e outros crimes. Ele insistiu várias vezes para reatar, mas ela não aceitou.

Por ora, chama-nos atenção especial o enunciado “ele acabou sendo detido”; isso pode indicar que ele fugiu do local ou ainda que ele não foi detido pelo crime contra a mulher e seus filhos, mas sim por outro motivo. Ao analisarmos a expressão “acabou sendo”, verificamos que é diferente de “foi detido”, pois a primeira parece indicar outros atos envolvidos com o agressor ou até a detenção por outro tipo de ato, enquanto a segunda construção pareceria indicar melhor que a prisão foi pelo crime de agressão à mulher (vendedora) e a seus filhos, e não por outro ato. Esse tipo de manobra pode fazer parte de um recurso a favor da manipulação, pois “contar uma história significa formular o modelo mental pessoal, subjetivo, que temos de alguma experiência. E compreender uma reportagem jornalística ou uma história envolve a construção desse modelo mental (subjetivo) pelos receptores” (VAN DIJK, 2012b, p.243).

No segundo parágrafo da notícia ou *sublead*, vemos uma tentativa de resposta do motivo da agressão: o jornal acrescenta que a vendedora rompeu o relacionamento após descobrir que o agressor estava envolvido com o tráfico de drogas. Essa informação já o qualificaria como criminoso duas vezes, uma vez pelo crime contra a mulher e outra pelo tráfico de entorpecentes. Outra questão é o ator social agressor, pois nesse momento da narração é chamado de acusado e o jornal não diz qual é a acusação especificamente.

Além disso, o último enunciado do parágrafo informa que ele insistiu várias vezes para reatar o namoro e ela teria recusado. Intriga-nos a relevância dada ao enunciado; afinal, se for olhada com maior atenção, a recusa da mulher parece ser um ato de “indo até a agressão”, ou seja, ela provocou a agressão com sua negativa. Essa suspeita que aqui levantamos pode ser confirmada pelo próprio jornal ao apresentar de maneira singularmente arrojada o corpo da matéria com o subtítulo “revolta” em negrito e caixa alta. Vejamos:

<p>envolvimento com o tráfico de drogas e outros crimes. Ele insistiu várias vezes para reatar, mas ela não aceitou.</p>	<p>fas. Por ironia, na porta arrombada há um quadro com a mensagem: “Aqui mora uma família feliz”.</p>	<p>tal Antônio Bezerra de Faria, com cortes no corpo causados pelos cacos de vidro.</p>
<p>REVOLTA</p>	<p>Os filhos da vendedora ouviram os gritos e tentaram defender a mãe, mas também foram agredidos. Uma vizinha viu a confusão e chamou a polícia. O suspeito fugiu antes da chegada da PM e ameaçou a ex dizendo que voltaria para matá-la.</p>	<p>Durante a tarde, Frank foi detido após se envolver em uma confusão no bairro Itapoã. No tumulto, um carro teria ficado destruído. Segundo informações obtidas pela vítima no Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Vila Velha, o agressor tem várias passagens na polícia por tráfico de drogas e porte ilegal de arma.</p>
<p>Revoltado, ele foi até a casa da vendedora na madrugada de ontem, com dois cascos de cerveja nas mãos, e tentou conversar com a vítima. Com a negativa dela, Frank arrombou a porta e começou a bater na mulher com as garra-</p>	<p>A mulher e os dois filhos foram levados para o Hospi-</p>	

A primeira palavra que inicia o corpo da matéria é “revoltado”. O uso desse adjetivo já soa tendencioso e seria condenado por muitos manuais técnicos de construção do texto de maior credibilidade do jornalista, a notícia. A opinião deve vir da fonte e não do jornalista e jornal. Para que a informação valorativa não afete a opinião do leitor. Em termos críticos, diríamos que ela não deve afetar a construção dos modelos mentais de evento, da experiência do leitor diante do tópico/assunto da notícia, e os

modelos de contexto na formação de sua própria opinião e outros discursos com base nessa experiência (VAN DIJK, 2012a e 2012b).

Mas isso não acontece. O jornal emite opinião e parece dar voz ao agressor quando o caracteriza como revoltado, afirmando a manobra cognitiva e o *move* “indo até a agressão” inaugurado pela mulher com sua negativa para reatar o relacionamento. Nesse momento, podemos acionar crenças socialmente compartilhadas, frutos de um sexismo hostil, como mulheres atraem sexualmente e depois rejeitam os homens, mulheres procuram poder controlar aos homens (FORMIGA; GOUVEIA; SANTOS, 2002), entre outras ideologias que norteiam as atitudes dos mais diversos grupos sociais de homens e de mulheres.

E ainda acrescenta que com dois cascos de cerveja nas mãos ele tentou conversar. Não seria essa uma forma de mascarar o sexismo malévolo em uma aparência de sutil? O texto ainda continua com o mesmo movimento ao relatar que apenas após a negativa da mulher ele arrombou a porta e começou a agredi-la com as garrafas quebradas. Tal construção poderia despertar no leitor algum pensamento semelhante a este: se ela tivesse conversado nada disso teria acontecido.

Acreditamos que, ao emitir opinião e construir um texto tendencioso, o jornal estabelece uma polarização, ainda que a intenção seja mostrar os dois lados do ocorrido, pois algumas informações acrescentadas ao texto podem conduzir o leitor a uma possível confusão na assimilação dos fatos e à certa dúvida. São elas: a imagem mostrada no texto é de uma casa com porta gradeada devidamente trancada sem sinais de arrombamento, a informação de que “por ironia” a vendedora possui um quadro escrito “Aqui mora uma família feliz” que confronta a ideia de felicidade e êxito familiar com a situação vivida pela mulher.

Ao final do texto, temos a indicação do motivo da prisão do agressor e podemos inferir que ele não fora preso em flagrante e enquadrado no artigo 7º da Lei Maria da Penha, pois o jornal conclui a notícia dizendo que somente após ter-se envolvido em uma confusão no bairro Itapoã ele foi preso e o motivo parece ser a destruição de um carro no local. Vale ressaltar que Itapoã é um bairro considerado de classe média, enquanto o Bairro Boa Vista não. Seria relevante dizer que a ação policial, nesse caso, pareceu ser mais efetiva no bairro de classe média, o que seria apenas uma suposição; afinal

a notícia não deixa nenhum relato de que a mulher chamou a polícia no momento da agressão e sim que a vizinha o teria feito.

E mais, as informações sobre o acusado — em relação a suas passagens pela polícia e seu envolvimento com o tráfico de drogas — foram relatadas pela vítima e não pelos policiais, dentro do Departamento de Polícia Judiciária (DPJ), e não de uma delegacia Especializada Contra Crimes contra a Mulher. Por fim, o leitor, além estar confuso, pode estar também acreditando que já se tratava de um criminoso antes mesmo da agressão e que o assunto principal, que é agressão contra a mulher, parece ter-se distanciado.

6.3.3 “Secretária leva sete facadas em casa, e ex-namorado é suspeito

Notícia 3 – “Secretária leva sete facadas em casa, e ex-namorado é suspeito”

Secretária leva sete facadas em casa, e ex-namorado é suspeito

O pedreiro de 35 anos foi visto por vizinhos fugindo do local com uma faca nas mãos

GLACIERI CARRARETTO
gcarraretto@redogazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma secretária de um hospital público na Serra foi ferida com sete golpes de faca, por volta das 6h de ontem, no bairro Feu Rosa, na Serra. O ex-namorado da vítima é o principal suspeito.

Segundo informações da Polícia Civil, a vítima, de 55 anos, fazia o café da manhã, antes de seguir para o trabalho, quando foi surpreendida pelo suspeito. Vizinhos, porém, afirmam que foi a própria auxiliar quem abriu o portão da casa para que o ex-namorado entrasse.

O suspeito, um pedreiro de 35 anos, subiu ao segundo andar da residência, onde a vítima mora. Testemunhas contaram que minutos depois ele foi visto saindo do local, pela varanda, e escapando por um muro. Nas mãos, o homem carrega-



A vítima fazia café quando foi surpreendida pelo ex-namorado ontem

Vizinhos estão assustados com a brutalidade do crime

Os vizinhos da secretária contaram que ela é uma pessoa muito discreta, educada e trabalhadora. Sobre o suspeito, o pedreiro de 35 anos, os populares disseram não saber se ele já

foi namorado da vítima, porém, confirmaram que o homem já trabalhou na reforma e construção das casas de propriedade da vítima. “Estou assustado com essa violência. Minhas esposa

e minha filha estão aterrorizadas e com medo até de passar no corredor depois de verem a mulher naquele estado”, disse um vizinho da secretária, que não quis ser identificado.

va uma faca que estava suja de sangue.

A secretária foi atingida por pelo menos sete golpes. Mesmo ferida, a mulher conseguiu descer a escada até o primeiro andar e pedir ajuda a vizinhos.

“Ela bateu na minha porta. Quando abri, vi que estava ensanguentada e pedindo para eu salvá-la. Ainda tinha uma bolsa a tiracolo, com as chaves do carro dela”, contou um morador que prestou socorro à vítima.

A secretária foi levada para o Hospital Dório Silva, em Laranjeiras, onde foi encaminhada para o centro cirúrgico. No final da tarde de ontem, o quadro de saúde dela era estável, segundo a Secretaria de Estado de Saúde (Sesa). A secretária seria transferida, em seguida, para o Centro de Tratamento Intensivo (CTI).

Investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) estiveram no bairro à procura de informações. O suspeito do crime não havia sido preso até o final da tarde.

Na vé casal na de

Na noite de ontem, o casal foi atingido por pelo menos sete golpes de faca. A vítima, que não tinha nenhum ferimento com ele. Pedreiro vai à delegacia de Polícia Civil, onde a vítima foi levada para o Hospital Dório Silva, em Laranjeiras, onde foi encaminhada para o centro cirúrgico.

No entanto, a vítima não tem nenhuma informação sobre o crime. Ela não tem nenhuma informação sobre o crime. Ela não tem nenhuma informação sobre o crime. Ela não tem nenhuma informação sobre o crime.

[ator social₁ - mulher agredida/vítima (representada por sua posição social) + ação atenuada (voz passiva ou verbos com menor carga semântica) + ator social₂ -

homem/agressor (representado por sua posição no relacionamento com a mulher ou suprimido) = título ou manchete.¹⁷

Essa opção estratégica de construção das manchetes pode estar a serviço do abuso de poder e, nesse caso, da manutenção de modelos mentais privilegiados, pois a “sintaxe dos títulos também pode ser tendenciosa a favor do indogrupo (*ingroup*), por exemplo, quando as construções passivas diminuem sua responsabilidade para as ações negativas” (VAN DIJK, 2012b, p. 145) e esse parece ser o caso das notícias aqui em análise até o momento. Alguns recursos sintáticos, como a passividade e o apagamento do agente da passiva como no caso de “vendedora é agredida com garrafa quebrada”, e nas demais notícias como “secretária leva sete facadas em casa, e ex-namorado é suspeito” e ainda em “empregada doméstica tem o corpo queimado pelo namorado”, podem significar uma proposta de inversão na ordem comum dos sintagmas, a fim de distanciar o ator social₂, o homem ou agressor, da cena principal da qual ele é autor da ação verbal principal.

Poderíamos parafrasear o título e adotar um envolvimento mais direto entre os atores sociais e a ação, como no seguinte enunciado: “ex-namorado é suspeito de dar sete facadas em secretária em casa”. Ainda assim essa construção preservaria muito das características da opção editorial do jornal, pois os atores são identificados pela profissão ou posição no relacionamento, o sintagma verbal “dar sete facadas” permanece mais eufêmico que “golpeou sete vezes com faca” ou ainda “esfaqueou sete vezes”. Entretanto o ator social₂ estaria no lugar em que acreditamos dever estar, no centro da ação, mas uma estratégia ainda amenizaria seu grau de envolvimento com a ação, com o sintagma “é suspeito”. Esse sintagma nominal não atribui a ele nenhuma ação, apenas o caracteriza como provável e, ao mesmo tempo, incerto.

Vejamos o fragmento do *lead* e *sublead*:

¹⁷ A fórmula foi inferida a partir dos resultantes das análises até aqui realizadas. Por isso será aplicada e atestada nas demais análises. A partir deste momento da pesquisa, podemos denominar a mulher agredida de ator social 1 e o homem agressor de ator social 2. Chegamos a essa conclusão através do posicionamento da construção jornalística, que usa do processo de lexicalização para caracterizar o homem e a mulher em conformidade com o papel assumido por eles no relacionamento.

▲ **GLACIERI CARRARETTO**
 gcarraretto@redogazeta.com.br
 DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma secretária de um hospital público na Serra foi ferida com sete golpes de faca, por volta das 6h de ontem, no bairro Feu Rosa, na Serra. O ex-namorado da vítima é o principal suspeito.

Segundo informações da Polícia Civil, a vítima, de 55 anos, fazia o café da manhã, antes de seguir para o trabalho, quando foi surpreendida pelo suspeito. Vizinhos, porém, afirmam que foi a própria auxiliar quem abriu o portão da casa para que o ex-namorado entrasse.

No *lead*, por sua vez, vimos que as mesmas condições igualmente se repetem. As perguntas “quem?”, “quando?”, “onde?” e “como?” podem ser respondidas nesse parágrafo primeiro, contudo quando se pensa em “por quê?” ou motivo da ação, essa resposta parece estar no *sublead* inicialmente e espalhar-se por toda a narração dos acontecimentos. Pode parecer que, por ocupar grande parte do texto, a explicação do motivo da agressão apareça com detalhes de maneira clara e objetiva. Não é isso que encontramos ao proceder a leitura. Sabemos que se trata de uma secretária de um hospital público da Serra (“quem?”), que, por volta das 6hs da manhã (“quando?”), foi esfaqueada no bairro Feu Rosa na Serra (“onde?” e “como?”) e que parece ter sido pelo ex-namorado dela (“quem?”).

Já o *sublead*, geralmente encarregado de iniciar a explicação do porquê dos fatos, inicia com o discurso da Polícia Civil que apurou o caso. Segundo o jornal, o órgão informou ter sido a secretária (mulher agredida) surpreendida pelo suspeito (agressor) em casa quando fazia o café, antes de ir ao trabalho. Uma informação pertinente é a de que o discurso apresenta uma tendência a imparcialidade, ao passo que deseja relatar tanto o discurso da vítima quanto do agressor e, por fim, apurar os fatos. Mas

nesse caso representaria apenas o da vítima, pois o suspeito (agressor) ainda não havia sido encontrado.

Outra informação que este trabalho entendeu ser relevante é a de que agentes policiais estiveram no local em busca de informações, mas ainda assim optaram por relatar um discurso contrário ao que optou o jornal, que privilegiou o relato de uma fonte terceira, os vizinhos da mulher agredida, e atribuiu crédito a ele e não ao da Polícia e, por consequência, ao da mulher agredida.

É o que podemos inferir do restante da leitura do *sublead* e do corpo da notícia. Nesse momento, é dada voz aos vizinhos, que contrariam o discurso anterior dito pela Polícia. Eles afirmam ser a própria mulher quem abriu a porta para o ex-namorado (suspeito/agressor) entrar e que ele teria subido até o segundo andar onde mora a mulher agredida. Eles também afirmam terem visto o suspeito fugir da casa com uma faca ensanguentada nas mãos. Percebemos o quanto esse momento da narração é singular, pois os vizinhos deixam de ser simples fontes para se tornarem um tipo de testemunhas oculares do crime e, ainda assim, a Polícia não atribuiu crédito a essa informação. Portanto, a pergunta cabível seria: por que não? Por que motivo teria a Polícia optado pelo relato da vítima e não das fontes? Se o procedimento padrão do jornal é manter a imparcialidade e utilizar-se de fontes para ampliar essa imparcialidade e, ainda, mostrar os dois lados do ocorrido a todo tempo para garantir a objetividade e menor grau de influência na recepção do leitor, essa notícia não obteve o êxito esperado, porque adotou o ponto de vista da fonte e não procurou confrontá-la ao longo do texto com nenhum outro discurso.

Já quanto a pergunta — por que a Polícia privilegiou o discurso da vítima e o jornal não —, isso poderia ser respondido da seguinte forma: de acordo com as teorias com as quais dialoga este trabalho. Primeiramente, adotar o ponto de vista policial poderia envolver a notícia em outro tipo de estratégia editorial, pois poderia não se tratar de um crime passional e sim de uma tentativa de homicídio motivada por outros elementos e não por envolvimento afetivo. Baseamos no relato indireto do próprio jornal, apresentado em negrito de forma desconectada da sequência narrativa, o qual sugere a incerteza dos vizinhos quanto ao envolvimento afetivo da mulher com o suspeito, podendo esse relacionamento estar restrito ao profissional. Vejamos no trecho a seguir:

Vizinhos estão assustados com a brutalidade do crime

Os vizinhos da secretária contaram que ela é uma pessoa muito discreta, educada e trabalhadora. Sobre o suspeito, o pedreiro de 35 anos, os populares disseram não saber se ele já foi namorado da vítima, porém, confirmaram que o homem já trabalhou na reforma e construção das casas de propriedade da vítima. “Estou assustado com essa violência. Minhas esposa e minha filha estão aterrorizadas e com medo até de passar no corredor depois de verem a mulher naquele estado”, disse um vizinho da secretária, que não quis ser identificado.

No trecho acima, a palavra “vizinho” é substituída por “populares”, manobra que poderá confundir o leitor quanto à natureza dessa informação. Relembramos que esta é uma estratégia do jornal sinalizada por Hernandes (2006) de substituir a primeira pela terceira pessoa e usar de outras vozes para corroborar a evolução dos fatos e sua veracidade.

E é passível de ser inferida a ideia de que o homem apenas tenha prestado serviço à mulher em sua propriedade. A estratégia da dramatização também é acionada a fim de evocar cena da agressão, mas novamente a imagem prevê apenas a mulher, ensanguentada à procura de ajuda. A imagem do ato de agressão, ou seja, do agressor esfaqueando-a brutalmente, não é evocada. Outra questão é que a informação nesse trecho poderia contradizer toda a narração, pois o jornal informou até o fim que o suspeito seria ex-namorado da vítima.

Uma segunda tentativa de resposta para a opção feita pelo jornal é a possibilidade de manipular o leitor para que ele obtenha uma compreensão parcial dos fatos. Uma compreensão parcial ou confusa influencia negativamente na formação de modelos mentais antissexistas. E ainda, questionar a credibilidade do relato da Polícia e não procurar ouvir a vítima é um indício de que a imparcialidade aqui é questionável. Embora a vítima estivesse hospitalizada, nada se sabe sobre seu quadro no jornal, a não ser que era estável àquele momento e não houve nenhuma tentativa pelo jornal em explicar por que não pode ou não quis ouvi-la.

6.3.4 “Motorista esfaqueia ex-mulher.”

Motorista esfaqueia ex-mulher

Depois do crime, Jocemir Gonçalves dos Santos se feriu com a arma do crime

▲ **GLACIERI CARRARETO**
gcarrareto@redogazeta.com.br

▲ **PATRICIA MACIEL**
pmaciel@redogazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

O motorista Jocemir Gonçalves dos Santos, 33 anos, é acusado de esfaquear várias vezes a ex-mulher, Ana Paula Xavier Rosa, 27, e, depois, golpear o próprio peito com a arma do crime. O fato aconteceu na noite de domingo, na casa onde a vítima mora com o pai, no bairro Santo André, em Cariacica. Ana trabalha como atendente de padaria.

Segundo o pai dela, o aposentado João Batista Rosa, 50, Jocemir e a vítima mantiveram um relacionamento durante aproximadamente um ano e meio, período em que eles moraram na casa dele. Ana decidiu terminar o relacionamento há quinze dias, por causa de ciúmes e agressividade do companheiro.

Jocemir não estaria aceitando o fim do relaciona-



MARCOS FERNANDEZ

da”, contou o pai de Ana.

SOCORRO

Policiais chegaram à casa onde aconteceu o crime logo depois da mulher ser socorrida pelo pai. Eles socorreram Jocemir Gonçalves, que foi levado para o Hospital São Lucas, em Vitória. Desde então, o caminhoneiro está sendo escoltado na unidade hospitalar. O estado de saúde dele é estável, segundo a Secretaria de Estado de Saúde (Sesa).

O caso foi levado pelos militares para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de Cariacica. O delegado de plantão, Marcelo Cavalcanti, autuou Jocemir pelo crime de tentativa de homicídio. “Ele permanecerá escoltado até receber alta da unidade hospitalar, quando será encaminhado para uma unidade prisional”, afirmou o delegado. Investigadores foram encaminhados ao hospital na tentativa de colher informações sobre o caso.

A jovem passou por cirurgias. “Agora, só quero que a Justiça seja feita e que não haja mais violência”, disse o pai dela.

namento e foi à casa de Ana Paula na noite de domingo. João Batista acreditava que o ex-genro tinha a intenção de reatar com a filha dele e, como gostava do rapaz, permitiu que ele esperasse a vítima voltar do trabalho na sala da casa dele.

ENCONTRO

Os dois assistiram à te-



Vítima foi ferida no rosto, pescoço, costas e pernas

levisão, enquanto Jocemir tomava uma lata de cerveja. Por volta das 20h30, assim que ouviu o barulho do portão da casa e percebeu que a ex-mulher estava chegando, o acusado saiu da sala e foi até a varanda, para se encontrar com Ana Paula.

“Fiquei tranquilo, porque pensei que eles iam só conversar. Foi aí que ouvi

os gritos dela: ‘pai, socorro!’ Sai correndo e vi caída no chão. Eu perguntei ‘tá ficando doido, rapaz?’. Então, ele levantou o braço com a faca na mão. Pensei que ele ia me furar. Eu podia estar morto agora. Mas, para minha surpresa, ele virou e deu umas três facadas no peito dele. A intenção dele era matá-la e depois dar fim à própria vi-

Fonte: A Gazeta, terça-feira, 19 de fevereiro de 2013.

Essa notícia chamou muito a nossa atenção, porque, em um primeiro momento, ela parece ser um contradiscurso a tudo que já dissemos nesta pesquisa. A começar pelo título que parece ser o contrário da fórmula apresentada anteriormente, em que o ator social₂ (agressor/ namorado/ ex-marido) se apresentava em relação à mulher no relacionamento. Aqui a ordem direta “motorista esfaqueia a ex-mulher” parece seguir o ideal proposto neste trabalho, no qual o ator social₂ se apresenta como aquele que pratica ação verbal e não distanciado dela, e a mulher (ator social₁) está em relação a ela, e não o contrário. Mas, toda essa manobra parece ser apagada por outra que

confiremos logo em seguida. Seguindo, por sua vez, para o subtítulo “depois do crime, Jocemir Gonçalves dos Santos se feriu com a arma do crime” podemos observar uma informação aparentemente indiferente, caso ele tenha se ferido acidentalmente, por exemplo; essa informação é irrelevante para a gravidade do crime.

Entretanto, logo adiante, no *lead*, vemos que a informação não está presente por simples acréscimo. Ao respondermos as perguntas norteadoras do primeiro parágrafo, percebemos que o motorista, como é chamado nessa parte do texto, é acusado de proferir vários golpes contra a ex-mulher Ana (“como” o crime ocorreu). Isso já encontramos nas primeiras linhas do parágrafo. Esse recurso faz com que a perspectiva da narração se concentre na ação e não nos atores. Outro fato é que o acusado também golpeou o próprio peito com a arma do crime, segundo relato do jornal. O fato aconteceu na casa da vítima, em Santo André (“onde”), na noite de domingo (“quando”). O motivo da agressão, como nas demais notícias, ficará para os próximos parágrafos.

Vemos que a tendência em destacar a posição social dos envolvidos é uma constante nas notícias. Nas últimas linhas do *lead*, o jornal destaca que Ana é atendente numa padaria. Até o fato de ele ter-se golpeado com a faca parece ser uma informação importante a destacar-se, mas o jornal também dialoga com outras informações que parecem contribuir para que o agressor não escape do crime, mas seja absolvido pelo leitor.

Adiante, temos o primeiro contato com o motivo ou a causa do crime, como o próprio jornal denominou. Nessa parte, que compõe o segundo parágrafo do texto, entra em cena o pai da mulher agredida, que presenciou o ocorrido e é a principal testemunha do crime. O relato dessa fonte é muito importante para a construção da notícia, tanto quanto a da vítima e do agressor. Mas, como nas demais notícias, a perspectiva adotada é a da fonte, que afirma ter a filha se queixado de ciúme e agressividade do motorista, acusado e companheiro da vítima. O agressor não parecia estar de acordo com o término e queria reatar o relacionamento. O jornal narra que o pai da vítima não apenas permitiu que o agressor entrasse na casa dele, mas que esperasse por ela e que ainda tomasse uma cerveja enquanto esperava.

Toda essa sequência relatada pelo jornal para demonstrar a confiança que o pai da mulher agredida depositava no agressor e, ainda, a presença da cerveja, sendo

apenas uma, não parece ser relevante para o caso narrado, a menos que se tenha a intenção de amenizar o ato do agressor unindo três informações até agora apresentadas: o agressor queria reatar o relacionamento + o agressor ingeriu bebida alcoólica + o agressor golpeou o próprio peito.

Até aqui o leitor pode ser induzido a entender que o agressor não estava em um estado mental equilibrado no momento da ação. Assim, ainda que o jornal tenha escolhido expor o ator social₂ agressor, aqui ele se utiliza de uma sequência narrativa tendenciosa com aparência de imparcialidade, a fim de amenizar o ato do agressor. Mas não só isso. A partir desse momento, inicia-se uma construção que pode ativar modelos mentais construídos sob influência de atalhos cognitivos, que, por sua vez, são frutos de ideologias sexistas.

Um recurso que pode ser usado a favor da manipulação é a evidencialidade. O jornal se apropria de evidências de uma fonte para validar seu discurso e não comprometer a credibilidade depositada pelo leitor. Nessa notícia, a polarização não é tão perceptível quanto nas demais, mas ela está presente e se move em direção ao agressor, suscitando de maneira implícita certas bases comuns culturalmente aceitas e disseminadas que são influenciadas por ideologias sexistas.

Podemos, também, listar algumas suscitadas pelos próprios fatos evidenciados pelo jornal por meio da fonte principal (pai da vítima). Para isso vamos destacar a entrevista realizada com ele:

<p>“NÃO TENHO PALAVRAS. EU CONFIEI NELE”</p> <p>João Batista Rosa Pai de Paula Xavier Rosa</p>	<p>aconteceu? Ele (Jocemir) parecia tranquilo, conversou comigo normalmente. Disse que ainda gostava muito dela. Ele esperou ela chegar do serviço. Quando ouviu o barulho do portão, foi lá para fora. Fiquei tranquilo, porque pensei que eles iam só conversar. Foi aí que ouvi os gritos dela: ‘pai, socorro!’. Saí correndo lá para fora, e a vi caída no chão. Eu perguntei: ‘tá ficando doido, rapaz?’. Então, ele levantou o braço com a faca na mão. Pensei que ele ia me furar. Eu podia estar morrendo agora. Mas, para mi-</p>	<p>nha surpresa, ele virou e deu umas três facadas no próprio peito. A intenção dele era matá-la e depois dar fim à própria vida.</p> <p>Qual a reação do senhor? Foi muito desespero. Em nenhum momento pensei em revidar a violência, apenas em socorrer a minha filha.</p> <p>Ele era violento? Ele era um cara bom, trabalhador. Nunca vi fazer nada de mal à minha filha. O único problema era que não aceitava a separação. Estou muito surpreso com isso. Nunca imaginei que ele fosse ca-</p>	<p>paz de fazer uma coisa dessas com ela.</p> <p>Ela falou por que terminou o relacionamento? Ela falou que o Jocemir estava muito ignorante e ciumento. Disse que não dava mais certo.</p> <p>Como se sente, com a sua filha no hospital? Não tenho nem palavras. Não é fácil. O que mais dói é que eu coloquei o cara para dentro de casa. Eu confiei nele.</p> <p>O que espera que aconteça agora? Quero Justiça. Mais violência não vai resolver nada. Acho que o que pode ser feito é isso.</p>
--	---	---	---

Um cotejo entre a entrevista destacada e o corpo da matéria poderá revelar essas bases comuns de que falamos e corroborar a ideia que se pretende defender neste texto, de que embora o jornal tenha iniciado a construção da notícia com uma abordagem mais direta em relação ao ator social agressor, ela se afasta dessa ideia de maneira sutil, ao acrescentar crenças socialmente compartilhadas, aliadas ao relato da fonte autorizada e à ação autopunitiva do agressor ao se ferir com a arma do crime. Incipientemente, é preciso destacar que, segundo a fonte (pai da vítima), ela terminou o relacionamento por ciúme e agressividade.

Entretanto, o pai rejeitou o discurso da filha e depositou sua confiança no agressor, permitindo que ele se encontrasse com ela mesmo assim. Aliado a isso, está a pergunta feita pelo jornal na entrevista: “ele era violento?” A resposta, além de negativa, acrescenta informações do tipo, “ele era bom”, “nunca vi fazer nada de mal à minha filha”, “o único problema era que não aceitava a separação”. Em nossa sociedade sexista, os sentimentos e queixas das mulheres são subjugados pelos valores e normas estabelecidos pelas ideologias sexistas criadas pelos homens. Assim o leitor poderá compartilhar as seguintes bases comuns, baseado apenas nesses relatos: a) mulheres se ofendem muito facilmente, b) mulheres interpretam ações inocentes como sexistas, c) mulheres não dão valor a tudo que os homens fazem por elas (FORMIGA; GOUVEIA; SANTOS, 2002).

Tais bases comuns são conhecimentos compartilhados por uma nação, indo além de grupos sociais. Estão intimamente impregnadas em nossa cultura e podem revelar que o sexismo presente no discurso do pai, destacado pelo jornal ao construir as perguntas, pode ser considerado hostil ou malévolo, pois assume uma postura de total descrédito ao que fora relatado pela vítima ao pai. Além disso, o fato de que o jornal, no prenúncio à entrevista, já destaca que o casal tinha um bom relacionamento coloca ainda mais em xeque a credibilidade do discurso da mulher.

Outra questão é que ao perguntar se a filha falou porque terminou o relacionamento, o jornal não acrescenta uma nova informação que possa creditar a fala da mulher, pois a resposta do pai aparece em poucas linhas, falando de ignorância e ciúme. O leitor pode não encontrar respaldo para o término da relação nesses termos, pois em nossa sociedade existem base comuns relacionadas a um sexismo benévolo que prediz: a) quem ama cuida, b) o homem tem ciúme da mulher que ama, c) o homem

não se sente completo sem o amor de uma mulher (FORMIGA; GOUVEIA; SANTOS, 2002). Essas crenças compartilhadas constroem ideologias e atitudes ideológicas respaldadas em nossa sociedade, que não só promovem desigualdade social, mas impunidade.

Embora sem precedentes nas análises anteriores, o jornal destaca a fala do agressor, por meio de seu relato à polícia. Vejamos o trecho destacado:

Vítima e agressor estão no mesmo hospital

Após ser ferida, Ana Paula Xavier Rosa foi socorrida por vizinhos. Jocemir foi levado ao hospital por policiais militares. Ontem, os dois estavam internados no Hospital São Lucas, em Vitória. A jovem passou por uma cirurgia e o estado de saúde dela era grave, segundo a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Ela foi esfaqueada no rosto, pescoço, costas, braços e pernas.

Já Jocemir encontrava-se estável e escoltado por policiais militares. Ele disse à polícia

que amava muito a ex-mulher e que praticou o crime com a “cabeça quente”, mas estava arrependido.

Depois que sair do hospital, o acusado será encaminhado à delegacia para prestar depoimento sobre o crime. Em seguida, deve ser encaminhado para um presídio do Estado.

A reportagem tentou entrar em contato com familiares do acusado durante todo o dia, mas ninguém foi localizado no endereço dele ou no hospital.

O jornal dá voz ao agressor pela primeira vez em quatro notícias e destaca que ambos os envolvidos encontram-se no mesmo hospital, ou seja, suas condições são as mesmas ou semelhantes e que o agressor não fugiu ou esteve em vantagem. Ademais, o relato do agressor, obtido por meio da polícia, diz que ele amava a vítima e fez isso de “cabeça quente”. A expressão vem em destaque por aspas, acrescida da informação de ele estava arrependido.

Além de impressionado com a brutalidade do acontecido, nesse momento o leitor, por estar comovido com o caso ou mesmo absolvendo o agressor, encontra-se munido pelas seguintes evidências apresentadas: 1) o homem era bom, não era violento, eles viviam bem (relato do pai da vítima) + 2) ele estava inconformado + 3) ele estava

alterado (cabeça quente) e bebeu cerveja + ele amava muito a vítima + 4) ele tentou se matar com a própria arma do crime, ele estava arrependido. O que pareceu iniciar com a identificação de um criminoso acaba por construir evidências para uma absolvição; ainda que a Polícia o tenha sob custódia, o leitor poderá realizar o julgamento do agressor a favor de uma desconstrução gradual da imagem de criminoso para a de um homem que “perdeu a cabeça” motivado por amor e inconformismo, isto é, sentimento *versus* razão.

6.3.5 “Marido coloca fogo na casa, e vendedora escapa da morte”

Marido coloca fogo na casa, e vendedora escapa da morte

Segundo a mulher, o marido queria matá-la quando incendiou a residência

▲ **GLACIERI CARRARETTO**
gcarrareto@redgazeta.com.br
▲ **PATRICIA MACIEL**
pmaciell@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma vendedora de 36 anos escapou de morrer queimada depois que o marido incendiou a residência onde o casal vivia junto, na noite de quinta-feira, em Carapina II, na Serra. Ela disse que teve um pressentimento momentos antes do crime e foi para a casa do vizinho, de onde assistiu o marido atear fogo na casa.

Segundo relato da vendedora feito no Plantão de Especializado de Atendimento à Mulher (PEM), em Vitória, o casal estava em um churrasco na casa de familiares, no mesmo bairro, onde a briga começou.

Para encerrar a discussão, a mulher foi embora do evento e seguiu para casa. No caminho, segundo relatou, ela teve um pressentimento de que al-



Os móveis e os materiais que estavam na residência ficaram destruídos

go ruim aconteceria. Resolveu então, ir para a casa de um vizinho.

DESTRUIÇÃO

De lá, a vendedora assistiu ao marido quebrar a janela da sala, entrar na casa e usar um isqueiro para atear fogo em roupas.

A vendedora disse para a polícia que ouviu o marido falar: “Ela vai morrer queimada”. Essa afirmação a fez ter certeza de que o homem pretendia ma-

tá-la no incêndio.

A Polícia Militar foi acionada, assim como o Corpo de Bombeiros. Porém, quando os bombeiros chegaram ao local, pouco havia para salvar. O fogo destruiu boa parte dos eletrodomésticos e também móveis que estavam na residência.

FUGA

A mulher foi levada para a delegacia onde prestou depoimento. O mari-

do dela conseguiu escapar e não foi localizado.

A delegada de plantão, Ana Luíza Marrara, pediu medida protetiva para a dona da casa e encaminhou o depoimento juntamente com os demais documentos como crime de tentativa de assassinato.

A vítima contou ainda que, há cerca de um mês, o marido havia a agredido, mas a vendedora não procurou a polícia para denunciar a violência.

REVOLTA

“ESPERO QUE ELE VÁ PRESO E PAGUE PELO QUE FEZ”

Vendedora
36 anos

▲ Lamentando pelos bens que perdeu, mas aliviada por estar viva, a vendedora contou que não perdoaria o marido.

Você viu o incêndio?

Escutei um vidro caindo no chão e vi que ele havia quebrado a janela. Ouvi ele dizer: “Se você está aí, você vai morrer”. Ele ateu fogo em umas roupas que eu peguei para vender e umas roupas de cama. Ele gritava: “Quem estiver aí dentro vai queimar!”, e os vizinhos gritavam meu nome, pensando que eu estava lá dentro. Em pouco tempo, foi derretendo todas as minhas coisas. Perdi tudo. Fiquei desesperada.

Como a senhora se sente depois de tudo?

Aliviada, porque estou viva. Ao mesmo tempo sinto revolta, pelo sa-
fício que faço para ter minhas coisas. Eu havia pegado mercadoria para vender e perdi tudo.

O que você fez ao ver a casa pegando fogo?

Tinha uma torneira perto da janela, e comecei a fechar os baldes e tentar apagar o fogo. Mas os vizinhos me tiraram de lá, porque havia o risco de a botija de gás explodir.

Ele fugiu?

Quando os bombeiros estavam lá, vi que ele estava perto, mas depois a viatura procurou e não o encontrou.

Você o perdoa?

Nunca perdoaria. Depois disso, vi que a gente conhece as pessoas. Quem era aquela pessoa? Eu não conheço. O que você espera que aconteça agora? Espero que ele vá preso e pague pelo que ele

O título dessa notícia retoma a fórmula anteriormente apresentada: apesar de o ator social₂ (homem/agressor) vir primeiro na sequência, ele continua caracterizado pelo papel desenvolvido no relacionamento (marido) e a mulher continua caracterizada pela posição social (vendedora), enquanto a ação principal “coloca fogo na casa” não está integrada aos dois envolvidos, pois uma vírgula separa a ação principal da secundária que é “vendedora escapa da morte”. Segunda a gramática normativa, usa-se a vírgula antes da conjunção “e” se ela tiver um valor semântico de oposição e não de adição, como nas orações coordenadas aditivas. Então poderíamos reescrever o período: marido coloca fogo na casa, mas vendedora escapa da morte; acreditamos que desta forma o ato de colocar fogo estaria diretamente ligado a uma tentativa de feminicídio contra a vendedora, ou seja ela escapa de um atentado contra a vida dela.

Podemos, também, observar o mesmo jogo de variantes estruturais encontrado em outras análises e bastante discutido na primeira análise deste trabalho: a que chamamos de análise modelo. “Atear fogo”, “colocar fogo” carrega uma carga semântica mais atenuada do que “incendiou”; já em “escapa da morte” chama atenção pela dramatização e apelo ao leitor pela gravidade da ação. Essa quebra da sequência direta de envolvimento entre os atores sociais e os fatos já é uma estratégia discursiva conhecida neste texto e está a serviço do discurso manipulador.

No *lead* a causa inaugura o parágrafo junto com a descrição dos envolvidos: diz-se que a vendedora escapou da morte após o marido ter incendiado a residência onde o casal vivia (“onde”), numa quinta- feira (“quando”), em Carapina II, na Serra (“onde”). Ainda se acrescenta uma informação extra ao “como” aconteceu, o fato de que ela assistiu o marido a atear fogo na casa da casa de um vizinho, após ter um pressentimento. Essa informação irá transitar ao longo do texto e parece ser de grande interesse do jornal em destacar tais informações. Diferente das demais notícias, nesse texto temos o privilégio do relato da mulher em relação às fontes. Acreditamos ser essa uma manobra que irá ao encontro do jogo credibilidade *versus* evidencialidade, ou seja, as evidências precisam autorizar o discurso da fonte, uma sequência lógica é necessária para que o leitor atribua crédito ao que é lido. Supõe-se, nesse discurso, que o jornal parece fornecer evidências de que não se pode dar crédito ao discurso da vítima. Nosso texto será uma tentativa de sequenciar essas evidências e revelar os protótipos manipuladores por detrás dessas evidências.

O primeiro fato apresentado pela mulher a ser contestado como evidência é a forma como ela saiu do churrasco em família, explicação extra como parte do *sublead*; conforme já antes apontado neste texto, faz parte da resposta ao motivo da ação/agressão. A mulher diz ter saído para evitar maiores problemas, entretanto parece ter deixado o marido trancado para o lado de fora da casa, pois, segundo a própria mulher, ele teve que quebrar a janela para entrar. Isso se agrava quando entra o segundo fato, ela diz ter tido um pressentimento de que algo ruim iria acontecer e, em vez de ir para casa, foi para casa de um vizinho. O jornal não procurou ouvir os vizinhos e nenhuma outra fonte que autorizasse o discurso da mulher e lhe conferisse maior credibilidade. Assim, a confiabilidade do discurso da mulher pode ser colocado em cheque por ideias socialmente compartilhadas como: um mulher casada não deve estar sozinha na casa de um vizinho, afinal o jornal não diz nada sobre o vizinho. Caso seja um homem, do sufixo –o masculino em vizinho, o que o leitor pode inferir que a mulher agiu mal e que foi ao encontro da agressão por contrariar, quem sabe, uma vontade do marido.

Além disso, o que seria um pressentimento? Seria esse “pressentimento” fruto de ameaças anteriores à ação do agressor, não relatadas pela vítima? Isso seria possível, pois afinal, segundo o jornal, ela já havia omitido um crime antes. É o que se percebe quando o jornal acrescenta a informação de que o marido já a havia agredido há um mês antes do acontecido e que ela (a mulher) não procurou a polícia para prestar queixa. O jornal, também, não investiga por que a mulher não quis ir à autoridade policial, informação que julgamos ser de grande relevância para se conhecer os motivos que levam à impunidade dos agressores. Assim, o leitor pode ser influenciado a acreditar que, se a mulher havia omitido a agressão uma vez, poderia fazê-lo novamente e isso desabona grandemente a evidencialidade a favor do discurso da vítima.

Ao final, as perguntas direcionadas pelo jornal parecem tendenciosas e repetitivas. Podemos observar perguntas como “Você o perdoa?” e “Ele fugiu?”. Ao proceder a leitura da entrevista, é difícil não perceber que a maior parte das indagações estão projetadas para provocar emoções na vítima como “você viu o incêndio?” “O que você fez ao ver a casa pegando fogo?” “Como a senhora se sente depois de tudo?”. Nesse ponto, o leitor pode estar contestando até mesmo a posição da mulher de vítima ou a tentativa de assassinato, se ela foi mesmo real, pois o único relato que sinaliza para

uma tentativa de homicídio seria o da mulher, que afirmou ter ouvido o agressor dizer que queria matá-la no incêndio. Talvez se imagine que não houve crime contra a mulher a esse passo, mas não é bem isso que prevê a Lei Maria da Penha, que adiciona crimes ao patrimônio da mulher, entre os tipos de violência descritos pela Lei. A falta de conhecimento da Lei, entretanto, por parte do leitor, poderá auxiliar na confusão e conflito, entre o que ele acredita ser verdade e o relato da mulher.

6.3.6 “Bilhetes salvam mulher agredida”

Bilhetes salvam mulher agredida

MARCOS FERNANDEZ

Vítima foi mantida pelo namorado, por sete horas, em apartamento de Jardim da Penha

▲ GLACIERI CARRARETTO
gcarraretto@redogazeta.com.br

Uma dona de casa foi salva das agressões do namorado, que a manteve refém por sete horas, dentro do apartamento do casal, depois de escrever bilhetes com pedido de socorro e passá-los por baixo da porta. A vítima foi espancada e teve os cabelos cortados pelo agressor.

A mulher de 40 anos foi espancada pelo companheiro na manhã de sábado, em Jardim da Penha, Vitória. Ela contou à polícia que, no início da manhã, se envolveu numa discussão com o namorado, o segurança Geraldo Carlos Domingos Júnior, 41.

O homem havia ingerido diversos tipos de bebidas alcólicas desde a noite de sexta-feira, seguindo com o mesmo padrão de consumo até a manhã de sábado.



Casal mora na Rua Carlos Orlando de Carvalho

No meio da discussão, a dona de casa diz que Geraldo passou a xingá-la e, por ciúmes, rasgou as fotos do seu primeiro casamento. Depois de quebrar diversos objetos de dentro de casa, o segurança agarrou a namorada e a arremessou contra a parede. E, em seguida, passou a dar socos no rosto da companheira, provocando ferimentos no nariz e na boca. Até os cabelos dela foram cortados pelo agressor.

Por volta das 8h, a mulher foi trancada dentro do quarto pelo namorado. Para impedir que ela pedisse ajuda, o segurança quebrou o aparelho celular da vítima e, armado com uma faca de cozinha, a ameaçou de morte, caso gritasse.

“SOCORRO”

Após horas trancada, a mulher pediu para usar o banheiro. Sempre mantendo as ameaças, o homem permitiu. Foi nesse

Outro caso no mesmo bairro

▲ Em janeiro deste ano, no mesmo bairro de Jardim da Penha, a vendadora J. C., 32 anos, caiu do segundo andar de um prédio. Momentos antes da queda, ela teria discutido com o noivo, de 38 anos, que foi preso em flagrante e autuado por tentativa de homicídio.

momento, segundo a vítima, que ela conseguiu escrever dois bilhetes com o seguinte recado: “Socorro, chame a polícia. Socorro, ele vai me matar”.

Ela conseguiu passar os papéis sob a porta, sem que ele percebesse, na esperança de que algum vizinho, ao ler o pedido de socorro, pudesse salvá-la. Foi por meio desse recado que a Polícia Militar foi acionada e conseguiu retirar a vítima de casa e deter o agressor.

Vizinho leu mensagens deixadas sob a porta

▲ O bilhete escrito pela dona de casa agredida em Jardim da Penha foi lido por um vizinho, que o entregou ao irmão e à mãe dela. Os parentes foram até o apartamento depois que Geraldo Júnior fez uma ligação para eles, com frases soltas e sem sentido, e pelo histórico do casal.

O segurança e a vítima estavam juntos havia apenas seis meses e já tiveram um desentendimento anterior. A dona de casa, porém, havia perdoado Geraldo, e os dois voltaram a se relacionar, segundo relato da própria vítima.

PORTA ARROMBADA

Com a permissão do irmão da dona de casa, policiais militares arrombaram a porta e encontraram a vítima bastante desorientada, segundo relatório da PM. A mulher tinha ferimentos no

nariz, na boca e no corpo.

O agressor foi detido em flagrante, mas negou que tivesse ameaçado a vítima com uma faca, alegando que existem objetos cortantes por toda a casa devido as atividades de artesanato da namorada.

Ele negou a acusação de que teria mantido a vítima trancada no quarto e que tivesse impedido que ela entrasse em contato com outras pessoas.

O segurança, porém, confessou as agressões. Ele foi autuado em flagrante pelos crimes de lesão corporal, ameaça e cárcere privado pela delegada no Plantão Especializado da Mulher (Pem), Natália Tenório.

Os três crimes juntos não dão direito ao benefício de fiança. A delegada também solicitou, em caráter de urgência, medidas protetivas para a vítima.

O título da notícia inaugura um estilo que muito se assemelha à proposta anteriormente analisada, a qual distancia o agressor da cena e mantém o foco em algum fato ou na ação narrada pelo jornal. Aqui a escolha está na forma como a mulher foi salva e o ator social₁, a mulher, é chamada pela primeira vez de mulher agredida. O agressor, entretanto, é denominado no subtítulo de namorado, ainda que tenha realizado cárcere privado e tortura contra a mulher, incluindo espancamento e corte dos cabelos.

A falta de posicionamento do veículo de comunicação diante dos fatos não parece ser uma manobra a favor da objetividade e imparcialidade, mas uma ausência de caracterização desse ator social, que entendemos ser o agressor, e criminoso, segundo as evidências apresentadas pela própria notícia, pois, como o leitor comum, não temos informações completas sobre o caso, não temos gravações de áudio dos envolvidos e ainda fontes terceiras como os vizinhos para ouvir. Por isso, confiando no acordo de cavalheiros, temos que nos conformar com as informações recortadas pelo próprio jornal e confiar na credibilidade depositada.

Vemos, entretanto, que essa relação de confiança pode ser abalada ao leitor mais atento e ainda mais para o analista crítico. A apresentação oferecida pelo *lead* não contém as indicações de “onde” e “quando” o fato ocorreu. Sabemos apenas, pelo subtítulo, que se trata do bairro Jardim da Penha. O primeiro parágrafo atuou como um resumo da narração, começado pelo desfecho do caso, mantendo relação com o título, que já fala em salvamento. As respostas para “onde?” e “quando?” aparecem no *sublead* e o motivo da agressão é indicado aqui como um envolvimento numa discussão da mulher agredida com o namorado, assim apresentado pelo jornal. O jornal não se preocupa em questionar o motivo da discussão ou o que teria sido o gatilho para tamanha agressão, mas a sequência narrativa descreve um fato que está intimamente ligado ao julgamento que se pode ter sobre o agressor. Vejamos:

A mulher de 40 anos foi espancada pelo companheiro na manhã de sábado, em Jardim da Penha, Vitória. Ela contou à polícia que, no início da manhã, se envolveu numa discussão com o namorado, o segurança Geraldo Carlos Domingos Júnior, 41.

O homem havia ingerido diversos tipos de bebidas alcóolicas desde a noite de sexta-feira, seguindo com o mesmo padrão de consumo até a manhã de sábado.

No meio da discussão, a dona de casa diz que Geraldo passou a xingá-la e, por ciúmes, rasgou as fotos do seu primeiro casamento. Depois de quebrar diversos objetos de dentro de casa, o segurança agarrou a namorada e a arremessou contra a parede. E, em seguida, passou a dar socos no rosto da companheira, provocando ferimentos no nariz e na boca. Até os cabelos dela foram cortados pelo agressor.

É possível notar que a escolha lexical “espancada” aparece duas vezes na sequência, acarretando um grande valor semântico para a gravidade do caso e, então, vemos o movimento do jornal que parece mais uma vez justificar o ato ou dar uma explicação extraordinária a ele. O jornal traz a informação de que o homem ingerira vários tipos de bebidas alcoólicas desde a noite de sexta-feira até o sábado em um ritmo intenso. Depois a narração conta que ele passou a xingá-la, agredi-la e que, por ciúmes, cometeu alguns atos como rasgar o álbum do primeiro casamento da mulher agredida. É uma sequência de cenas de tortura sem explicação concisa, pois a ingestão de bebida alcoólica não torna uma pessoa agressiva, ou torna? Será que é isso que o periódico deseja evidenciar? Que não há explicação racional para o que aconteceu? Podemos perceber que, em todas as notícias analisadas até agora, há dois distanciamentos: da imagem do agressor racional, motivado por ideologias que sustentam violência e abuso de poder contra as mulheres e outras minorias, e da efetiva causa da agressão. Esses dois elementos são cruciais para entender-se os casos e desvendar-lhes as arestas.

O restante do corpo da matéria refere-se a uma continuidade das agressões até o clímax da narrativa, a forma de salvamento. Parece que ninguém pôde ouvir a agressão e, por isso, a vítima deixou um bilhete pedindo socorro embaixo da porta e isso pôde promover seu socorro. O jornal relata duas situações de fatos secundários e tendenciosos. O primeiro é o fato de que eles já haviam se desentendido antes, mas ela o havia perdoado, e o segundo é que só estão juntos há seis meses. Sempre que a vítima perdoa ou não denuncia o agressor, ela torna-se sua cúmplice e sua credibilidade em relação ao leitor diminui.

Outra questão é que o homem negou o cárcere privado, o que foi ignorado pela delegada no Plantão Especializado da Mulher, que o indiciou por lesão corporal, cárcere privado e ameaça. Acreditamos que uma construção mais objetiva do texto, sem tantos relatos indiretos do agressor, que nunca é ouvido diretamente, apesar de ser uma fonte de suma importância para o combate a agressão, seria mais adequado. Manipular é conduzir a mente das pessoas para os objetivos do manipulador e as mulheres também são manipuladas pelos agressores em muitos momentos, quando cedem e não denunciam, ou quando perdoam, cedendo a chantagens emocionais do agressor arrependido. Assim, conhecer a mente do agressor é educar as vítimas e

evitar futuras agressões. Mas tudo isso parece ser ignorado em nome da manutenção das ideologias com as quais o jornal dialoga.

Outro fator é a distribuição descontínua dos eventos no texto. Esta função não é mero acaso da geografia do jornal e do espaço que deve ocupar a notícia. Trata-se de um controle estratégico da hierarquia dos tópicos centrais em relação aos adjacentes, o que pode comprometer a concepção do que é ou não mais relevante para o caso (VAN DIJK, 1992, p. 143)

6.3.7 “Grávida de seis meses espancada por marido”

Grávida de seis meses espancada por marido

O pedreiro de 23 anos se aborreceu porque mulher pediu para ele abaixar o som

▲ **DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA**

O pedreiro Leonardo da Silva Fernandes, de 23 anos, foi preso acusado de agredir a mulher, uma dona de casa, 18, que está grávida de seis meses, na noite de domingo, no bairro Barrameres, em Vila Velha.

A jovem contou que, por volta das 17h30, estava na casa onde mora quando Leonardo chegou embriagado de uma distribuidora

de bebidas onde também trabalha como entregador.

Segundo ela, mesmo estando bêbado, o acusado continuou a ingerir bebida alcoólica em casa, até que, momentos depois, saiu e voltou às 21h30. Leonardo teria chegado, ligado o aparelho de som e ido deitar.

Enquanto isso, a vítima saiu com o filho, de 2 anos, fruto de outro relacionamento. Ao voltar para casa e ver o som ligado, pediu para o marido desligar o aparelho, pois queria ligar a TV.

Segundo a dona de casa, Leonardo levantou-se

alterado e partiu para cima dela, agredindo-a com socos no rosto e no braço, e ainda empurrando-a.

A vítima acionou a Polícia Militar, e os PMs levaram o casal para o Plantão Especializado da Mulher. Em depoimento, Leonardo alegou que teria saído de casa para comprar sorvete para a mulher, mas, como demorou, ela teria ficado alterada e jogado uma panela de pressão em cima dele. Ele disse ainda que não ingeriu bebida alcoólica antes de chegar em casa, e que só teria bebido três cervejas no local.

Já a dona de casa ressaltou que esta foi a segunda vez que apanhou do acusado. A primeira agressão teria ocorrido há dois meses, mas ela não o denunciou para a polícia. A jovem acrescentou que Leonardo é usuário de cocaína. Apesar de admitir que é usuário, ele negou que usou drogas antes da briga.

Leonardo já havia sido apreendido por roubo, quando era adolescente. Ele foi autuado por lesão corporal e, como não pagou a fiança de R\$ 2.500, foi levado para o presídio.

Fonte: A Gazeta, terça-feira, 29 de outubro de 2013.

A construção da manchete dessa notícia segue o modelo da voz passiva com a obstrução do verbo ser, pois a construção adequada seria “Grávida de seis meses é espancada pelo marido”. O subtítulo diz que o pedreiro (antes denominado “marido”)

se aborreceu porque a mulher pediu para ele abaixar o som. Que mulher? Nesse caso, seria a mulher, a esposa dele, grávida de seis meses. O recurso estratégico da passividade já conhecido de títulos anteriores, ocorrendo em alguns deles, já a obstrução do verbo é uma novidade nesse caso. Segundo Abreu (2003) o verbo no particípio não apresenta condições de servir de âncora temporal, função que é assumida pelo verbo ser, um verbo semanticamente vazio. Neste caso, o jornal pode ter suprimido o verbo ser por uma questão de espaço na folha do jornal destinado à notícia, mas ao fazer isso ele suprime informações temporais, não sabemos se ela foi, é, será espancada, pela manchete, sabemos apenas que ela foi por se tratar de uma notícia que narra fatos no passado recente.

Outra questão é a de que esse título se encaixa na fórmula que inferimos nas páginas anteriores: [ator social₁ - mulher agredida/vítima (representada por sua posição/papel social) + ação atenuada (voz passiva ou verbos com menor carga semântica) + ator social₂ - homem/agressor (representado por sua posição no relacionamento com a mulher) = título ou manchete. Essa dinâmica faz parte da ideia de que os “artigos noticiosos têm também uma *forma* convencional, um esquema que organiza o conteúdo global, são as *superestruturas* ou esquemas” (VAN DIJK, 1992, p. 143).

Esse esquema que montamos para as manchetes de *A Gazeta* funciona como um esquema para a edição jornalística e, ainda que saia dele, como ocorreu no caso da notícia 6.2.4 analisada anteriormente, produz o mesmo efeito, pois os princípios que servem para a “produção estratégica” do discurso da notícia também influenciam a “leitura estratégica”, ou seja, a “compreensão e memorização por parte do leitor” (VAN DIJK, 1992, p 142) e isso é mais que persuadir, é manipular.

No *lead*, as perguntas “quem?”, “o quê?”, “como?”, “onde?”, “quando?” e “por quê?” são parcialmente respondidas. Sabemos que o pedreiro de 23 foi acusado de agredir a mulher de 18 anos, grávida de seis meses. O jornal acrescenta que a mulher é dona de casa, quando bastava ser denominada “mulher” ou “pessoa”, para informar a agressão, mas existe a opção constante em comunicar a ocupação da mulher e sua posição socioeconômica, por conseguinte.

“Como” aconteceu e o “porquê” do ocorrido ficarão para depois, como nas situações anteriormente narradas. Nenhum fato chamou-nos atenção por diferenciar-se das narrações anteriores. A partir do *sublead*, porém, vemos uma construção que se inicia

com o relato da mulher agredida, indiretamente narrado pelo jornal, que será confrontado com o depoimento dado à polícia pelo agressor, uma espécie de contradiscurso em referência ao da vítima.

Segundo a narrativa realizada pelo jornal com base no relato da vítima, temos a seguinte sequência: o homem chegou em casa embriagado, continuou bebendo, ainda que já estivesse bêbado. Ele saiu de casa e retornou por volta das nove horas da noite, ligou o rádio, foi dormir, ela (a vítima) saiu com o filho de dois anos, de outro relacionamento, logo após o homem. Quando voltou queria que o marido desligasse o som para poder assistir televisão, e por fim ele agride a mulher com socos e empurrões.

É importante compreender os modelos mentais que podem ser ativados por essa sequência de evidências e como elas irão construir uma representação negativa da mulher. Primeiramente, o homem já tem o hábito de beber ou é alcólatra (ele bebeu em serviço, chegou em casa bêbado), quando o homem saiu a mulher deveria saber que ele iria ingerir mais bebida, pois as evidências levam a crer que ele saiu para isso, pois ele saiu de casa e só voltou às nove e meia.

Outra questão é que ele chegou embriagado e foi dormir (ligou o rádio e foi dormir), se o volume do rádio estava alto e mesmo assim ele não acordou, a mulher deve ter feito um barulho muito maior para acordá-lo, e se ele estava dormindo, pois a narrativa não diz se ele acordou, porque ela mesma não desligou o rádio e foi assistir à televisão sem encomodá-lo? (pediu ao marido que desligasse o aparelho, pois queria ligar a tv).

Por fim, o leitor poderá questionar a condição da mulher como vítima e pode direcioná-la para a condição de alguém que caminha em direção à agressão. Assim o leitor será convidado a ativar modelos mentais sexistas em relação a ela, pois ela estava no segundo relacionamento, com dezoito anos, foi mãe aos dezesseis anos, e estava grávida de um homem num intervalo menor que dois anos entre um relacionamento e outro.

Muito além de mera sequência de fatos, o jornal constrói um narração incompleta e falta de informações atua na estratégia de vitimização do leitor em dois estágios, pela omissão de informações secundárias complementares e por fornecer informações adjacentes sobre a mulher como ter dezoito anos, já ter um filho de dois anos, estar

no segundo relacionamento, ter saído com o filho sem informar para onde. Tudo isso será corroborado pela informação que parece concluir a desconstrução da credibilidade do discurso da mulher agredida. No trecho abaixo podemos observar que ela já havia sido agredida por ele e não denunciou:

Já a dona de casa ressaltou que esta foi a segunda vez que apanhou do acusado. A primeira agressão teria ocorrido há dois meses, mas ela não o denunciou para a polícia. A jovem acrescentou que Leonardo é usuário de cocaína. Apesar de admitir que é usuário, ele negou que usou drogas antes da briga.

Leonardo já havia sido apreendido por roubo, quando era adolescente. Ele foi autuado por lesão corporal e, como não pagou a fiança de R\$ 2.500, foi levado para o presídio.

É a própria mulher que relata ter sido agredida há dois meses pelo acusado (agressor) e não denunciou. É notório, nesse caso, que toda a narração apresenta um *move* “indo até” a agressão, pois a mulher parece ser coadjuvante na agressão, uma vez que não denunciou e ainda foi acordar o marido agressivo bêbado para desligar o rádio. Acreditamos que nada pode justificar a agressão, pois agressão contra a mulher é um crime, previsto por lei. Mas muitas crenças socialmente compartilhadas podem confirmar a participação negativa da mulher na cena e seu grau de culpa, crenças como: mulheres falam demais, mulheres são implicantes, mulheres são frágeis e interpretam tudo como violência, mulheres grávidas são muito sensíveis e estão hormonalmente vulneráveis, mulheres afirmam situações sem saber ao certo (focam).

Tudo isso pode ser confrontado pelo depoimento do agressor, presente na notícia. Segundo consta na notícia, ele não bebeu no trabalho, somente em casa; ele saiu de casa para comprar sorvete para a mulher; ele demorou e ela teria ficado alterada; ela jogou uma panela de pressão sobre ele. Podemos ver que esse discurso se opõe ao da mulher agredida, na medida em que ela seria a pessoa sem controle emocional e ele não teria feito nada demais. O leitor poderá até concordar com ele em parte, pois o discurso da mulher é omissivo em detalhes, por isso certas lacunas como: se ele permaneceu dormindo com o rádio ligado, para onde ela foi? Como foi a discussão e agressão da última vez, por que aconteceu? Nada disso pode ser respondido e seria de grande utilidade para a compreensão total da ação e seu desenvolvimento. Percebemos também que a informação de que ele já havia efetuado roubo na adolescência não está intimamente ligada ao crime de agressão, e o relato de que ele usaria drogas como cocaína não foi averiguado pela polícia ou não consta na narração do jornal, que tem a polícia como fonte.

6.3.8 “Ex agride empresária na Praia do Canto”

Ex agride empresária na Praia do Canto

Jovem jogou bebida no acusado, que reagiu dando um soco no olho dela, em bar

▲ **RUHANI MAIA**
ruhani.maia@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma microempresária de 21 anos foi agredida pelo ex-namorado, de 29, que também é microempresário, na frente de um bar que fica no Triângulo das Bermudas, na Praia do Canto, em Vitória.

A agressão, que foi denunciada à polícia no domingo, foi presenciada por dezenas de pessoas que estavam nos bares da região, na noite de sábado.

A microempresária contou que estava no bar com um grupo de amigos quando

Acusado ameaça publicar fotos íntimas

▲ Além de ter agredido a ex-namorada, o acusado também ameaçou publicar na internet vídeos e fotos íntimas dos dois. “Enquanto estava na delegacia para registrar

a ocorrência, ele ficava enviando mensagens para o meu celular, me ameaçando. Eu já informei isso para a polícia, e se algo acontecer, vou saber que foi ele”, declarou.

um deles fez um gesto, perguntando se poderia falar com ela. Segundo a jovem, assim que ela respondeu ao amigo, fazendo um gesto de que não poderia conversar com ele, o acusado, que também estava no bar, mas em outra mesa, se aproximou de onde eles estavam e começou uma discussão.

“Ele partiu para cima do

meu amigo e começou a discutir com ele. Meu amigo ainda dizia que não queria confusão. Depois, meu ex chegou perto de mim e começou a me xingar. Foi uma humilhação”, lembrou.

Diante dos insultos, a microempresária reagiu e deu um tapa no braço do ex-namorado. Ele, então, empurrou a jovem, que estava se-

gurando um copo de energético e acabou jogando a bebida no rosto do acusado. “Depois que eu fiz isso, ele me deu um soco no olho, me empurrou, e eu fiquei caída no chão. Os amigos dele chegaram e o tiraram de lá. Eu sai e fui direto para a delegacia”, detalhou.

O acusado fugiu e não foi encontrado pela polícia. Segundo a microempresária, o namorado durou dois anos e três meses, mas havia terminado há 15 dias. “Tudo isso aconteceu porque ele tinha muito ciúmes de mim, e não aceitou o fim da nossa relação”, disse. A ocorrência foi registrada no Plantão Especializado da Mulher, e encaminhada para a Delegacia de Atendimento à Mulher de Vitória.

Fonte: A Gazeta, terça-feira, 30 de dezembro de 2013.

O conjunto manchete + *lead* deve apresentar a sumarização de rápida leitura para os fatos narrados e, nesse momento, a escolha das variantes lexicais e sintáticas é realizada pelos modelos mentais de contexto, responsáveis por toda a construção do discurso naquele momento. O modelo mental de evento formado pela situação experimentada pelo indivíduo quando presenciou ou conheceu os fatos também irá atuar na construção do conteúdo desse discurso (VAN DIJK, 2012a e b). Já para o leitor acontece o contrário: a leitura da notícia, as escolhas feitas pelo jornal, as construções sintáticas e lexicais irão despertar crenças compartilhadas não só pelo indivíduo em seus grupos sociais, mas também por conhecimentos compartilhados por comunidades culturais, que são as ideologias e bases comuns, nessa ordem. Certas variantes lexicais, fatos narrados, sequências de fatos irão despertar determinadas ideologias e, muitas vezes, essas ideologias estão a serviço do discurso manipulador. Quando isso acontece, certas palavras e construções sintáticas servirão de atalhos cognitivos para um despertar rápido de informações pertinentes aos interesses do jornal.

Na última notícia escolhida para compor este *corpus*, temos o título “ex agride empresária na Praia do Canto”. A princípio, podemos achar que a empresária reside na Praia do Canto, fato que seria uma novidade, pois em todas as notícias analisadas os bairros não eram considerados áreas nobres como a Praia do Canto, em Vitória, e os envolvidos não eram empresários, por exemplo. O que nos chamou atenção foi a relação direta entre o ator social₂ ex (agressor), a ação (agride) e o ator social₁ empresária (mulher agredida, vítima). Entretanto, numa análise anterior vimos que esse enunciado não se sustentou diante da apresentação da ação como um todo na notícia e é isso que pretendemos confirmar ou desmitificar na presente notícia.

No subtítulo, encontramos o seguinte enunciado: “jovem jogou bebida no acusado que reagiu e deu um soco no olho dela, em bar”. Vemos que a influência do subtítulo para a continuidade da leitura e para a memorização do assunto por parte do leitor é fundamental. Aqui poderia ser interrompida a leitura pela escolha de certas palavras e sintagmas pelos modelos de contexto. São elas: jovem, jogou bebida, reagiu, deu um soco no olho, bar. A expressão “mulher agredida” apresenta um apelo à ação de

agressão que a palavra “jovem” não apresenta; além disso, a palavra “jovem” evoca outros modelos mentais que sugerem inexperiência, descoberta, vivacidade, rebeldia, geralmente contrários aos modelos sobre responsabilidade, sabedoria, experiência, domínio próprio. O mesmo se aplica à palavra “reagiu”, que evoca modelos mentais de defesa e carrega um menor valor semântico em relação à violência daquele que agrediu. Se compararmos a ação dela com a ação dele — “jogou bebida” e “deu um soco no olho” —, vemos que uma possível reação seria fazer o mesmo, jogar bebida na mulher, mas ele deu um soco no olho dela. O peso da ação da mulher não se compara ao do homem em relação ao dano físico causado, mas o verbo “reagiu” cria um atalho cognitivo rápido no processo de leitura e pode contribuir para distanciar na compreensão do leitor o fato de que a reação foi brutal e desigual.

Ainda centrado no contraste entre título e subtítulo, após a leitura do subtítulo, o leitor pode não estar mais motivado a concluir a leitura por compreender que não se trata de uma agressão, mas uma reação à agressão ou ainda o fato de a mulher ter jogado bebida no homem pode motivar um sentimento de que ela procurou a agressão e isso anularia o tom de crime.

Caso o leitor prossiga a leitura e vá para o *lead*, encontra o resumo de “quem”, “o quê”, “quando” e “onde”, ou seja, dois microempresários, ela com 21 e ele com 29; ele a agrediu, no Triângulo das Bermudas, na Praia do Canto. O *sublead* inaugura a explicação de “como” e “por que” o fato aconteceu, como também o foi nas notícias anteriores. A informação de que o fato foi relatado à polícia é de suma importância para a credibilidade da sequência narrativa apresentada. Entretanto, alguns fatos parecem que não foram bem explicados. Observemos a narração adiante:

<p>Jovem jogou bebida no acusado, que reagiu dando um soco no olho dela, em bar</p> <p>▲ RUHANI MAA ruhani.maa@redagazeta.com.br DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA</p> <p>Uma microempresária de 21 anos foi agredida pelo ex-namorado, de 29, que também é microempresário, na frente de um bar que fica no Triângulo das Bermudas, na Praia do Canto, em Vitória.</p> <p>A agressão, que foi denunciada à polícia no domingo, foi presenciada por dezenas de pessoas que estavam nos bares da região, na noite de sábado.</p> <p>A microempresária contou que estava no bar com um grupo de amigos quando</p>	<p>Acusado ameaça publicar fotos íntimas</p> <p>▲ Além de ter agredido a ex-namorada, o acusado também ameaçou publicar na internet vídeos e fotos íntimas dos dois. “Enquanto estava na delegacia para registrar</p> <p>a ocorrência, ele ficou enviando mensagens para o meu celular, me ameaçando. Eu já informei isso para a polícia, e se algo acontecer, vou saber que foi ele”, declarou.</p> <p>um deles fez um gesto, perguntando se poderia falar com ela. Segundo a jovem, assim que ela respondeu ao amigo, fazendo um gesto de que não poderia conversar com ele, o acusado, que também estava no bar, mas em outra mesa, se aproximou de onde eles estavam e começou uma discussão.</p> <p>“Ele partiu para cima do</p>	<p>gurando um copo de energético e acabou jogando a bebida no rosto do acusado. “Depois que eu fiz isso, ele me deu um soco no olho, me empurrou, e eu fiquei caída no chão. Os amigos dele chegaram e o tiraram de lá. Eu saí e fui direto para a delegacia”, detalhou.</p> <p>O acusado fugiu e não foi encontrado pela polícia. Segundo a microempresária, o namorado durou dois anos e três meses, mas havia terminado há 15 dias. “Tudo isso aconteceu porque ele tinha muito ciúmes de mim, e não aceitou o fim da nossa relação”, disse. A ocorrência foi registrada no Plantão Especializado da Mulher, e encaminhada para a Delegacia de Atendimento à Mulher de Vitória.</p>
---	--	--

De acordo com a sequência apresentada, podemos acionar alguns modelos mentais de evento motivados pelos modelos mentais de contexto presentes, todos influenciados por ideologias e bases comuns, frutos de um sexismo ambivalente: a) um bar não é lugar de mulher - sexismo hostil (a microempresária estava num bar com um grupo de amigos); b) o amigo que queria falar com ela, não era bem um amigo e estava flertando com ela e ela recusou (ela respondeu dizendo que não poderia falar com ele); c) o término do namoro, além de recente (havia terminado há 15 dias um namoro de dois anos), não parecia estar totalmente efetivado (o agressor estava no mesmo bar que ela em outra mesa); d) ela recusou o flerte do amigo porque se sentiu coagida pelo ex (ele viu o gesto do amigo e começou a agredi-lo). Essas e outras crenças podem ser despertadas durante a leitura e promover evidências de que a mulher teria ido em direção à agressão e, nesse caso, a ação de reação do agressor poderia ser justificada. Estratégia de sutis negações da agressão são percebidas aqui e autoapresentação positiva da vítima falha, dando base para uma representação não tão negativa do agressor.

Vejamos o fragmento do texto destacado abaixo:

Acusado ameaça publicar fotos íntimas

„ Além de ter agredido a ex-namorada, o acusado também ameaçou publicar na internet vídeos e fotos íntimas dos dois. “Enquanto estava na delegacia para registrar a ocorrência, ele ficava enviando mensagens para o meu celular, me ameaçando. Eu já informei isso para a polícia, e se algo acontecer, vou saber que foi ele”, declarou.

Percebemos uma mostra do tipo de concepção de intimidade e privacidade compartilhada pelo grupo social masculino. Em uma sociedade sexista, a mulher precisa impor seu valor e não pode esperar que o outro o faça, há um consenso de que o homem é livre para fazer o que bem entender de sua sexualidade e a mulher que se permite fazer o mesmo não é de boa fama. Ainda há a concepção de que a mulher que se deixa filmar em uma situação de intimidade não impõe respeito e que isso pode ser usado contra ela quando o relacionamento não mais existir. Esse pensamento sexista hostil em relação ao tipo de envolvimento íntimo que homens e

mulheres devem ter corrompe a sociedade com falsas alegações do que se constitui como caráter e integridade.

O desfecho da narração segue com o relato de “como” ocorreu a ação de ambos. Ela teria dado um tapa no braço do agressor e, com isso, derramado o conteúdo do copo que ele segurava no rosto dele. O jornal explora essa informação e acrescenta duas confirmações para o acontecimento que serviu como gatilho para a agressão física: o relato direto da vítima no desfecho da matéria e o depoimento da vítima na entrevista. No relato direto, ela afirma ser apenas depois do que ela fez que ele a agrediu. Já na entrevista ela apresenta maiores evidências de que ela teria desencadeado a reação e não ação do homem (agressor).

A abordagem do jornal em favor da ideia de que ação da mulher provocou uma reação no homem pode ser evidenciada também pelo fato de não haver uma notória graduação na caracterização do ator social homem; em nenhum momento, a notícia o denominou agressor. Esse fator é ainda mais visível na caracterização do ator social mulher, pois ela em nenhum momento é chamada de vítima ou mulher agredida, somente de empresária ou microempresária.

Voltemos nossos olhares à entrevista dessa notícia, que deveria apresentar maiores detalhes ou novas fontes que comprovem o ocorrido. Nesse caso, trata-se da mesma fonte adotada como perspectiva para toda a narrativa, a mulher agredida, e se apresenta com perguntas tendenciosas e estratégicas. Vejamos:

ENTREVISTA

“QUERO QUE ELE SEJA PUNIDO PARA APRENDER”

Microempresária
Agredida na Praia do Canto

✦ Afirmando estar triste e, ao mesmo tempo, revoltada pela agressão praticada pelo ex-namorado, a micro-empresária disse que gostaria que o acusado fosse punido, e adiantou que está decidida a não voltar a namorar com ele.

Você já havia sido agredida por ele antes?

Não. Mas ele era muito grosso, ignorante. Quando a gente brigava, ele só falava comigo na ignorância. Também tratava a mãe dele assim.

Ele e o seu amigo já se conheciam?

Sim. Ele não gostava do meu amigo porque eu conheci esse amigo numa época que nós tínhamos terminado. Acredito que alguém que me viu no Triângulo ligou para o meu ex-namorado e ele acabou indo para lá.

Quando viu meu carro, parou e chegou a ligar para mim, mas eu não vi a chamada. Depois, quando me encontrou, puxou o meu braço e disse “eu tô vendo o jeito que você está sofrendo”, mas eu me afastei e não falei nada para não arumar confusão.

Por que acha que ele a agrediu?

Eu acho que ele me bateu porque eu reagi. Acho que ele não iria me dar o soco se eu não tivesse jogado o energético nele. Mas não me arrependo do que fiz.

Acho que independente do que acontecesse, ele não tinha o direito de me agredir. E também foi ele que começou a confusão, me xingando. Se não tivesse feito isso, não ia acontecer nada. ***O que gostaria que acontecesse com ele?*** Que ele fosse punido. Seria bom para ele aprender a ter mais respeito pelas pessoas, inclusive pela mãe dele. Não pretendo voltar. Se agora aconteceu isso, imagina o que poderia acontecer depois. Estou triste com a situação.

A entrevista constrói perguntas que parecem servir a um propósito que vai além da simples apuração dos fatos. Ao que aparenta, essas perguntas são estratégicas para tentar suscitar a confirmação do *move* instaurado em toda a sequência da narração e que se move em direção à agressão e é desencadeado pela mulher. A pergunta: “Você já havia sido agredida por ele antes?” traz à cena o passado do casal por uma manobra estratégica; ao responder não, ela está afirmando que seu gesto fez o homem perder a cabeça, pois a ação é sem precedentes. Caso ela dissesse que sim, o jornal poderia questionar se foi realizada denúncia anterior ou alguma outra medida para denunciar o agressor. Em todo o caso, há uma transferência de responsabilidade para a mulher.

A pergunta “ele e seu amigo se conheciam?” traz à tona uma explicação para o fato de ele não ter gostado do envolvimento da mulher com esse amigo, ela disse ter conhecido o rapaz em um momento de término entre os dois, anterior a esse, ao que parece. Isso revela uma informação implícita: a de que o casal já havia passado por separações antes. Já quando é questionada sobre a agressão, a mulher parece compartilhar da visão que se pode obter da narração do jornal, a de que ela tem uma parcela de culpa na agressão. Ela diz que ele fez isso porque ela reagiu e ainda que acha que ele não teria feito isso se ela não tivesse derramado o líquido nele. Aqui não apenas temos evidências de que o discurso da mulher absorve certa parcela de culpa, ainda que ela não se sinta arrependida. O leitor, por sua vez, poderá inferir que, além de ter provocado o homem (agressor) e ter assumido isso, ela não se arrepende do que fez e isso se apresenta negativamente contra a autoapresentação positiva dela, pois ela pagou uma agressão com outra agressão. Novamente entram em cena crenças construídas pelo sexismo hostil de que as mulheres seduzem os homens e os rejeitam, as mulheres exageram, as mulheres obtêm vantagem nos relacionamentos, as mulheres querem controlar os homens com quem se relacionam, entre outras. Apesar de as fontes serem autênticas e os fatos terem acontecido, talvez até mesmo na ordem narrada pelo jornal, a construção do discurso fica comprometido pelas estratégias de manipulação.

6.4 Síntese das análises

Após concluídas as análises, é possível perceber que a violência contra a mulher é mais que uma ação com desigualdade social e abuso de poder como consequência. Ela é fruto de um conjunto de crenças socialmente compartilhadas, ou seja, ideologias que influenciam diretamente a atitude de grupos sociais e estão fortemente presentes nas notícias criticamente estudadas. Uma vez que manipular é manipular as mentes (VAN DIJK, 2012b), o jornal utiliza estratégias na construção das notícias a fim de promover e perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres na própria narração dos fatos, a fim de influenciar os modelos mentais ativados pelo leitor no momento de leitura e memorização do acontecimento.

A investigação empírica constituiu um conjunto de oito notícias, entre as quais foi possível perceber certas “superestruturas” ou “esquemas” que, de uma maneira global e constante, regiam as macroconstruções das notícias analisadas. Esse foi o caso do esquema ou fórmula apontado por esta pesquisa para as manchetes ou títulos e ainda a constante ausência da causa/motivo da ação nos *leads*, sendo transferido ao *sublead* ou ocupando todo o corpo do texto. Foi possível depreender, também, que os subtítulos trabalharam, em alguns momentos, como uma espécie de ampliação do título e, em outros, como um contradiscurso ao discurso instaurado no enunciado do título; esse contradiscurso existiu quando o título apresentou uma ligação direta entre o agressor, a ação e a vítima, por exemplo, nas notícias “motorista esfaqueia a ex-mulher” e “ex agride empresária na Paria do Canto”, nos quais o título parece incriminar o agressor, mas a continuidade do texto, iniciando pelo subtítulo, construiu uma tentativa de absolvição do ator social entendido neste trabalho como agressor.

Ainda foi possível notar a participação de entrevistas como um *background* de tudo que já foi narrado na notícia. Isso ocorreu em quatro notícias, na “empregada doméstica tem o corpo queimado pelo namorado”; “motorista esfaqueia a ex-mulher” “marido coloca fogo na casa, e vendedora escapa da morte” e na última “ex agride empresária na Paria do Canto”. Em nenhuma delas, a função de esclarecer, ampliar, promover maiores detalhes sobre se o ocorrido alcançou êxito; parece haver uma tentativa de sensibilizar o leitor com o estado emocional da vítima ou da fonte que forneceu a entrevista do que necessariamente informar e dissolver dúvidas sobre o motivo da agressão. Outro fator é a constante presença de perguntas que denotam uma tentativa de justificar a agressão ao contrário de explicá-la, tais como “ele bebe ou usa drogas?”. Já outras pretendem testar a credibilidade do discurso da vítima

(mulher agredida) como esta: “Você o perdoa?” “O que você gostaria que acontecesse com ele?”, entre outras perguntas, que constroem expectativas na construção da resposta; tudo o que destoar daquilo que o leitor já espera como resposta pode soar duvidoso.

Nota-se também uma graduação na apresentação dos atores sociais pelo jornal. A palavra “agressor” é poucas vezes utilizada e, quando aparece, vem se degradando com variantes lexicais como “marido”, “ex-marido”, “namorado”, “ex-namorado”, “acusado”, “suspeito” e quase nunca “agressor”. Já a mulher é denominada “vítima” em casos em que a polícia já autuou o agressor e ele não havia fugido. Além disso, a caracterização constante da mulher por sua posição social/ocupação na sociedade é um fator de demarcação de classes sociais, pois em todos os casos não se trata de pessoas de alto poder aquisitivo: em sete de oito notícias, os envolvidos são pessoas das classes socioeconômicas de baixo poder aquisitivo; embora a última reportagem apresente a aparência de tratar-se da classe média, a mulher antes apresentada como empresária muda para microempresária e não consta a informação de onde ela mora e sim de onde o ato ocorreu, um local de concentração de bares na Praia do Canto. Essa constante divisão pode sustentar a crença de que esses casos só acontecem ou acontecem com maior ocorrência em bairros da periferia, com pessoas de pouco poder aquisitivo. E isso pode ser uma falácia, uma vez que o jornal pode optar por não noticiar os casos na classe média ou ainda que mulheres na classe média e média alta não denunciam os agressores.

Em geral, as ocorrências nos permitem inferir o sexismo hostil em forte presença, pois foi possível atualizar ideologias sexistas que dialogam com um sexismo hostil como: mulheres atraem sexualmente para depois rejeitá-los, mulheres interpretam atitudes comuns como sexistas, mulheres exageram problemas, mulheres querem controlar os homens com que se relacionam, entre outras crenças compartilhadas em nossa sociedade (FORMIGA; GOUVEIA; SANTOS, 2002).

Compreendemos, por hora, como o sexismo se apresenta autorizado pelo discurso dos próprios envolvidos ou de fontes autorizadas, como o pai da vítima. O jornal não apresenta uma constância quando o assunto é a perspectiva adotada. Adota-se a perspectiva que privilegia o discurso jornalístico e a visão que o jornal deseja adotar

e com esse recurso a imparcialidade fica comprometida, pois ao adotar-se apenas um dos envolvidos ou apenas a visão de uma fonte, a informação fica polarizada e tendenciosa. Vimos também que ao agressor não é dada voz, salvo de maneira indireta, em que a fonte é a polícia e as informações apresentadas sobre ele não contêm muitos detalhes, prendendo-se apenas ao fato de ele ser usuário ou não de drogas, se ele pode ser considerado uma boa pessoa ou não, isto é, todas as informações que contribuem para a construção da imagem do agressor e não para explicação do ato na visão dele.

Por fim, pudemos elencar, conforme os Quadro 6 e 7, os principais recursos de argumentação, estilo e retórica, que fizeram parte da construção das notícias, bem como as estratégias que foram utilizadas a favor da manipulação de modelos mentais de contexto e evento no processo de leitura e memorização das informações pelo leitor:

Quadro 7 – Síntese dos principais recursos e estratégias de manipulação da categoria de argumentação utilizados na construção das notícias analisadas

Quadro I: Categoria de Argumentação			
CATEGORIA LINGUISTICA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	APLICAÇÃO AO DISCURSO MIDIÁTICO MANIPULADOR	OCORRÊNCIA NO CORPUS
AGENTIVIDADE Versus PASSIVIDADE	Caso específico de variação de perspectiva com foco na estrutura sintática entre estruturas ativas e passivas; podemos contar um ato como alvo em que alguém se engaja (Agente) ou como algo que alguém passa (Paciente).	<ul style="list-style-type: none"> • Uso em manchetes e subtítulos, <i>para dar ênfase em partes do texto, destacando-os;</i> • Ativação de modelos mentais preferidos pelo jornal; • Contribuir na estratégia de desclaims. • Distanciamento do ator social agressor da cena e da ação praticada por ele. 	O Jogo entre agentividade versus passividade é constante no corpus. Em duas notícias, ou seja, 25% do corpus, a manchete se utiliza da passividade como manobra para distanciar o ator social agressor da ação. Já nas demais notícias analisadas, a agentividade aliada à lexicalização e ao eufemismo, cumpre esse papel.

AUTORIDADE	Consiste em recorrer, ou fazer menção a autoridades que podem dar suporte aos discursos. Esse recurso costuma utilizar-se de falácias ao apoiar-se em especialistas ou líderes nacionais, fontes que são testemunhas etc.	<ul style="list-style-type: none"> • Contribui para o processo de vitimização do leitor; • Contribui para polarização do discurso; • Esta aliada à estratégia de evidencialidade; • Pode contribuir para explorar uma informação específica pelo jornal em favor da ação, ou de um dos atores sociais. 	Em todo o <i>corpus</i> , ou seja em 100% das notícias analisadas o jornal constrói uma perspectiva baseada no discurso autorizado, e nem sempre é o dos envolvidos. O jornal motiva sua escolha em favor do distanciamento do agressor da cena e da ação
EVIDENCIALIDADE	Consiste em reunir fatos ou evidências que possam comprovar os argumentos, conhecimento ou opiniões compartilhadas pelo discurso. Isso acontece por meio do uso de figuras de autoridade.	<ul style="list-style-type: none"> • Contribui para autorrepresentação positiva ou negativa dos atores sociais • Aumenta a credibilidade do jornal; • Contribui no processo de vitimização do leitor/receptor 	Estratégia presente em todo o <i>corpus</i> está intimamente a serviço da apresentação positiva do agressor, ou de uma tendência de absolvição do ator social agressor.

Fonte: Quadro produzido pela autora, 2015.

O primeiro quadro relaciona as categorias de argumentação que fizeram parte da estratégia de apresentação polarizada da construção narrativa das notícias. Cada uma das categorias contribui para a representação negativa das mulheres agredidas e apagamento do agressor. Além disso, são construtos dos modelos mentais de contexto, basicamente. Já as categorias subsequentes atuam diminuindo o valor social da ação dos agressores e, efetivamente, constroem a imagem representativa dos atores sociais no fato narrado. Elas são construtos dos modelos de contexto e atuma na construção dos modelos de evento da experiência de leitura da notícia. São elas:

Quadro 8 – Síntese dos principais recursos e estratégias de manipulação da categoria dos significados utilizados na construção das notícias analisadas

Quadro II: Categoria de Significado			
CATEGORIA LINGUISTICA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	APLICAÇÃO NO DISCURSO MIDIÁTICO MANIPULADOR	OCORRÊNCIAS NO CORPUS
EUFEMISMO	Figura retórica que visa a amenizar ou suavizar o efeito semântico que certas escolhas podem despertar no receptor/leitor.	<ul style="list-style-type: none"> • Aliada às estratégias de descrição dos atores, passividade e agentividade; • Contribui para o processo de manipulação do leitor/receptor, • Atua nos títulos e na descrição dos atores sociais. 	Ocorre em todo o <i>corpus</i> analisado, principalmente na construção das manchetes na voz ativa e na descrição dos atores sociais.
GRADAÇÃO NA DESCRIÇÃO DE ATORES SOCIAIS	Consiste em utilizar-se de uma descrição pendular, os atores sociais serão descritos de acordo com a ideologia do grupo a que pertence. Há uma tendência em descrever positivamente os membros do intragrupo e negativamente os do extragrupo .	<ul style="list-style-type: none"> • Principal estratégia no processo de desclairs; • Contribui para situar ideologicamente o discurso; • Atua na manutenção de ideologias elitistas; • Influencia o julgamento dos fatos, realizado pelo leitor. 	Principal estratégias evidenciada em todo o <i>corpus</i> , atua na identificação duvidosa ou fugidia do ator social agressor.
DRAMATIZAÇÃO E A POLARIZAÇÃO	Consiste em adotar um posicionamento ideológico específico e ignorar os outros posicionamentos possíveis;	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta o nível de incompletude do discurso; • Acentua o processo de vitimização do leitor; • Pode promover a sensibilização pelo apelo imagético; 	Em todo o <i>corpus</i> estão presentes o jogo estratégico entre a dramatização e a polarização. Pudemos evidenciar com grande ênfase no item 6.2.1, tomado como modelo de análise dessas estratégias de manipulação.
LEXICALIZAÇÃO	Consiste em promover escolhas lexicais que podem acentuar ou atenuar certas características dos membros dos grupos e suas ideologias, de acordo com o interesse da	<ul style="list-style-type: none"> • Contribui significativamente para a polarização do discurso; • Pode acentuar a vitimização do leitor; • Atua na graduação do grau de envolvimento dos 	Pode ser observada em todas as notícias, atuou fortemente na descrição dos atores sociais e no processo de eufemismo nas manchetes.

	instituição e do discurso manipulador.	atores sociais com a ação; <ul style="list-style-type: none"> • Promove desequilíbrio na sequencia narrativa. 	
VITIMIZAÇÃO	Consiste num posicionamento ideológico que constrói a imagem do receptor do discurso como incapaz ou não detentor de informação suficiente para produzir julgamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Influencia o nível de incompletude do discurso; • É o objetivo principal do discurso manipulador 	É o ponto de maior relevância dessa pesquisa, acontece em todo o <i>corpus</i> analisado. É uma síntese de todas as estratégias de manipulação analisadas.

Fonte: Quadro produzido pela autora, 2015.

Os dois quadros convergem para uma exemplificação dos dados coletados pelas análises, diluídos ao longo do texto, e, com eles, podemos observar a grande ocorrência do sexismo ambivalente em sua manifestação hostil ou malévola. Apesar de a correlação entre o sexismo hostil e benévolo ser inerente, ideologias sexistas hostis podem estar mais presentes que outras da modalidade benévola. Esse é o caso das manifestações neste *corpus*: o sexismo ambivalente está presente em todas as notícias, mas a modalidade hostil é a grande influência de toda a construção jornalística analisada, pois a imagem da mulher não é exatamente a de um ser frágil ou de um ser que deve ser muito bem-tratado social e amorosamente. Vê-se uma representação da mulher como alguém que usa suas características para seduzir e enganar ou uma mulher que não valoriza o amor do homem que se relaciona com ela, entre outras crenças. Já o agressor, cuja ação representa uma manifestação do sexismo hostil, é gradativamente liberto de sua condição de criminoso e os modelos mentais privilegiados pelo jornal ativam um processo de absolvição desse ator social, distanciando-o da ação praticada.

CONCLUSÃO

A violência contra a mulher é uma realidade brasileira e capixaba. O número crescente de notícias e reportagens que narram as ocorrências desse ato criminoso contra a mulher faz-se presente em nossos dias de diversas formas. São atos verbais, físicos, patrimoniais e a Lei Maria Da Penha atua na caracterização desses tipos diferentes de crimes.

A postura do analista crítico do discurso diante das atitudes dos grupos sociais que representam as elites simbólicas e praticam abuso de poder contra os grupos sociais que representam as minorias não é passiva ou imparcial. Entendemos a necessidade de posicionamento diante da realidade dos fatos analisados e mantemos uma postura científica engajada com as necessidades dos grupos que sofrem desigualdade social. Por isso, entendemos que os atos cometidos contra as mulheres, noticiados pelo *corpus*, configuram-se crimes de tentativa de feminicídio, ou seja, tentativa de assassinato contra a mulher em menor ou maior grau, fruto de atitudes sexistas, cuja sustentação e respaldo se encontram em ideologias sexistas, principalmente em sua vertente hostil.

De modo geral, as estratégias de manipulação utilizadas pelo jornal configuram uma tentativa de manipular o leitor para privilegiar os modelos mentais escolhidos pelas elites simbólicas e a ideologia sexista configura-se como base para a superestrutura ou esquema das notícias de *A Gazeta*, que aqui representa uma dessas elites. Podemos dizer que um conjunto de crenças, fruto de um sexismo primitivo, gerador do sexismo benévolo, norteia toda a cadeia argumentativa e polariza o discurso para uma representação negativa da mulher agredida, enquanto a representação do agressor, ainda que não seja sempre positiva, caminha para sua absolvição mediante a evidencialidade construída pela sequência narrativa das notícias.

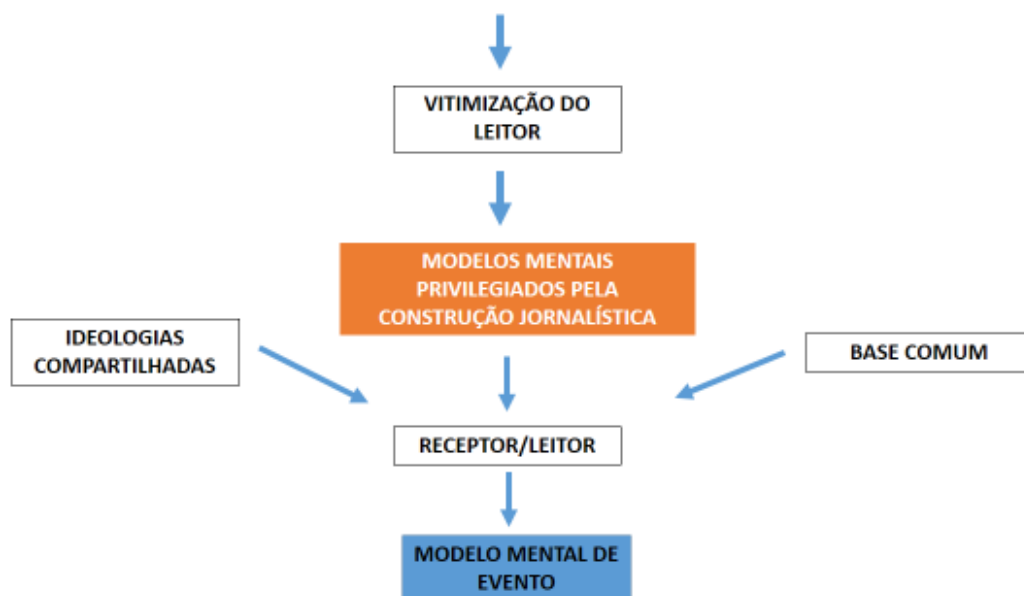
Podemos notar, também, que a condição social da mulher destacada em quase todo o *corpus* é uma condição social marginalizada e a do homem também encontra-se de maneira semelhante. Trata-se das classes mais pobres, de poucas oportunidades de acesso à educação de qualidade, por exemplo. Salvo apenas pelo caso da microempresária da Praia do Canto, ainda sim a ideia de microempresa não é a

mesma de empresa, por exemplo, pois entende-se que os microempresários não lucram tanto e não são ricos.

Além disso, parece ser constante a ideia de que as mulheres que sofreram agressão não apresentam uma vida amorosa estável. A maioria delas está com o agressor há menos de dois anos, o que influencia negativamente na imagem que o leitor faz da mulher nesses casos relatados, porque faz emergir crenças de que as mulheres manipulam as relações amorosas, que os homens correm atrás e elas não lhes dão valor, que elas seduzem sexualmente os homens para depois rejeitá-los.

Dessa forma, vão cristalizando-se ideias de que as mulheres tentam obter vantagens nos relacionamentos (FORMIGA; GOUVEIA; SANTOS, 2002) e isso influencia fortemente a sua representação negativa. Essa representação assegura a posição do homem como grupo dominante que deve permanecer no poder, partindo do princípio de que as mulheres não são confiáveis. Nisso está pautada toda a vida de opressão que sofreram as mulheres de nosso país e de outros cantos do mundo, resultante do sexismo, um conjunto de crenças elaboradas por homens que constrói a ideia dos papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres. Nessas crenças, a mulher sempre está em situação inferior ou subalterna, ou seja, essa conclusão de que o preconceito sexual existe e está enraizado em nossa sociedade é possível “pelo delineamento dos limites de poderes entre os grupos sociais minoritários e majoritários” (FORMIGA; ARAUJO; CAVALCANTE, 2007, p. 63).

É sempre importante ressaltar que manipular é manipular as mentes, e não só isso, é criar oportunidades de manipulação, isto é, criar atalhos cognitivos ao privilegiar os modelos mentais que se quer acionar no processo de leitura. Pudemos evidenciar nas análises que não é apenas de compreensão rápida de eventos momentâneos e específicos que se faz a comunicação, a maior parte dela é direcionada para a produção de uma manipulação mais estável, para a construção de ideias permanentes na memória de longo prazo. Por esse motivo é que certas estruturas linguísticas estão presentes repetidamente em notícias e reportagens jornalísticas, a fim de conduzir a manutenção das ideologias e informações as quais os grupos sociais dominantes desejam manipular e incutir na memória de longo prazo dos leitores de maneira rápida. Tudo isso apresenta-se embasado por ideologias dominantes.



Fonte: Quadro produzido pela autora, 2015.

Em outras palavras, esse quadro representa, além da verticalidade da recepção que facilita o processo de vitimização, o funcionamento do sexismo como ideologia dominante e sua grande influência na construção jornalística, em que o assunto é violência contra a mulher. Podemos perceber que o jornal tenta manipular o receptor e o coloca em posição de desigualdade social em relação ao próprio jornal. É possível notar que a instituição jornalística atua como um filtro direto da ideologia sexista e desenvolve uma superestrutura ou esquema para construir as notícias, o qual possa sustentar ou atualizar essa ideologia e ativar os modelos mentais sexistas no processo de leitura do outro. Esse outro é o receptor/leitor que se utiliza dessa instituição jornalística como fonte de conhecimento. Escolhemos oito estratégias de manipulação do discurso de ordem argumentativa e do significado para demonstrar a complexidade dessa construção arranjada de forma a garantir a manipulação. E é com base nelas que o leitor pode ativar os modelos mentais privilegiados pela elite simbólica, pois as estratégias se unem para dar vazão a um discurso polarizado com aparência de imparcial e comprometido com a realidade.

De modo geral, o processo de vitimização do leitor parece ser o principal objetivo da estrutura ou esquema montado pelo jornal *A Gazeta*, a fim de garantir a desigualdade

social entre ele e seu leitor, além de atualizar os modelos mentais do sexismo hostil primordialmente. Conhecer o sexismo ambivalente é fundamental para compreender a desigualdade social entre homens e mulheres e os fatores que levam o homem a colocar-se numa posição de superioridade em relação à mulher ou ser afetado pela crença de que a mulher sempre quer obter alguma vantagem no relacionamento. Quaisquer ideologias que conservem a representação da mulher numa condição que denota abuso de poder corrobora para manter a mulher na condição de minoria, de grupo social que não faz parte da elite dominante.

Caberá ao grupo social de mulheres compreender a condição de minoria em que se encontra, atentando para as arestas do sexismo hostil e benévolo em seu próprio discurso, fruto de um processo de vitimização do discurso produzido pelo grupo social de homens. Assim, poderão surgir manifestações antissexistas e contradiscursos que possam se opor ao discurso sexista dominante e tentar uma proposta mais igualitária para as relações entre homens e mulheres, na qual a mulher não seja uma figura de objeto sexual ou de sexo frágil, e sim de ser humano, cidadã do mundo, digna de respeito e autonomia, sem necessariamente transformar-se em um homem ou querer pensar como um homem. Basta ser respeitada por tratar-se de um ser pensante e não marcado por uma condição biológica ou de gênero/sexo. Além da punição dos agressores, desejamos que a Lei Maria da Penha traga mudança para a condição da violência e, ainda mais, que a mulher entenda a sua posição, não se conforme com o papel que lhe foi imposto, e que combata esse grande problema social: a violência gerada pelo sexismo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Carlos de. Estudo histórico sobre a condição jurídica da mulher no direito luso - brasileiro desde os anos mil até o terceiro milênio. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Código civil. 19 ed. São Paulo: Saraiva: 2004.

_____. [Lei Maria da Penha (2006)]. **Lei Maria da Penha: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CABRAL, K. M. **Direito da mulher de acordo com o Novo Código Civil**. São Paulo: De Direito, 2004.

CALDAS-COULTHARD, CARMEN ROSA. **Caro Colega: Exclusão Linguística e Invisibilidade**, *Discurso & Sociedad*, Vol 1(2) 2007, 230-246.

CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B.(Org.). **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola, 2010.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CLARK, H.H, S.E. BRENNAN. **Grounding in Communication excerpt: from Perspectives on socially shared cognition**. Washington: American Psychological Association, 1991.

Coleman, James S. (1990), **Foundations of Social Theory**, Cambridge, MA, Harvard University Press.

COLORADO, CÉSAR. **Una mirada al Análisis Crítico del Discurso. Entrevista con Ruth Wodak*** *Discurso & Sociedad*, Vol. 4(3) 2010, 579-596

ERBOLATO, MÁRIO. Notícia: matéria-prima do jornalismo. In: **Técnicas de codificação em jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York: Longman, 2000.

_____. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

FRANCESCHINI, Felipe. **Notícia e reportagem: sutis diferenças**. *Comum*, Rio de Janeiro, v.9, nº22, p.144-155, janeiro/junho 2004. Disponível em: <<http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum22/Artigo6.pdf>>. Acesso em 04 dez. 2014.

FORMIGA, N. S. **As bases normativas do sexismo ambivalente: a sutileza do preconceito frente as mulheres à luz dos valores humanos básicos**. Salvador: Editora UFBA, 2004.

FORMIGA, N. S., ARAUJO, T. T. V., & CAVALCANTE, C. P. S. (2007). **A manutenção da discriminação feminina no contexto brasileiro: Um estudo sobre a fidedignidade do sexismo ambivalente**. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 7, 1, 56-67.

FORMIGA, N. S., Gouveia, V. V., & Santos, M. N. **Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero**. *Revista Psicologia em Estudo*, 7, 1, 105-111, 2002.

FORMIGA, N. S., SILVA NETA, A. B. da. **Precisão preditiva das novas formas de sexismo a partir das orientações valorativas em brasileiros**. Porto Alegre: *Revista Psico*, 01-14, 2009.

GLICK, P.; FISKE, S. T. The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491 – 521, 1996.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**. São Paulo: Contexto, 2006.

LAGE, NILSON. **A estrutura da notícia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1999

LAKOFF, ROBIN. **Language and Woman's Place**: Language in Society, Vol. 2, p. 45-80. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

_____. **A reportagem, teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Record, 2001.

MELO, JOSÉ MARQUES. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARINHO, JANICE HELENA CHAVES; TOMAZI, MICHELINE MATTEDI. **Discurso Jurídico e Relações de Poder: gestão de Faces e de Lugares**. Revista (Con)Textos Linguísticos, Vitória, v.8, n. 10.1, p. 245-278, 2014.

OSTERMANN, A.C., FONTANA, B. (org.). **Linguagem, gênero, sexualidade: Clássicos Traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RODRIGUES, ADRIANO DUARTE. **O acontecimento**. Revista de Comunicação e Linguagem. Lisboa, n. 8, 1988.

SARTI, Cynthia Andersen. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.

STALNAKER, R.C. **Common ground**, *Linguistics and Philosophy*, 1999.

TANNEN, DEBORAH. **You Just Don't Understand: Women and Men in Conversation**. New York: Ballantine Books, 1990.

VAN DIJK, T.A. **Cognição, discurso e interação**. Ed. Contexto, 1992.

_____. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2012a.

_____. **Discurso e Contexto**. São Paulo: Contexto, 2012b.

_____. **Ideology and Discourse Semantics**. *Discourse & Society* 6(2):243-289, 1995.

_____. **Discourse, ideology and Context**. *Folia Linguistica*, 2001.

_____. **Discourse and Knowledge. A Sociocognitive Approach**. Cambridge University Press, 2014.

_____. **Ideology: A Multidisciplinary Approach**. London: Sage, 1998.

_____. Ideology and Discourse Analysis. **Revista Internacional de Filóso ñalbero americana y Teoría Social** / ISSN 1315-5216. CESA - FCES – Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela, 351-381, 2005.

_____. **Ideology: A Multidisciplinary Approach**. London: Sage. 1998.

_____. **Principles of Critical Discourse Analysis**. *Discourse & Society*, 4 (2): 249- 283. 1993

_____. **News as Discourse**. New Jersey: IM Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. 1988.

_____. **Terrorism, sexism, racism and other lethal –isms**. *Submitted to (but rejected by) ZNet, on the occasion of the terrorist attacks in Madrid on March 11, 2004*.

